



**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.05.11.1**

**PARTE ESPECÍFICA (QUADRO DE RESUMO)**

1.MODALIDADE	2.FORMATO	3.Nº DO PROCESSO	4.ENDEREÇO/LOCAL DA DISPUTA:	5.CÓDIGO DA UASG:	6.NÚMERO NO COMPRAS.GOV.BR:
PREGÃO	ELETRÔNICO	0501.260226.01/2026- SESAU	www.compras.gov.br (Comprasnet)	981253	90020/2026

**7.OBJETO:**

AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR DESTINADA AOS PACIENTES DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE.

8.DATA DA ABERTURA:	9.HORA DA ABERTURA	10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	11.TIPO:	12.MODO DE DISPUTA
02 DE JUNHO DE 2026	08H30MIN	MENOR PREÇO	POR ITEM	ABERTO/FECHADO
REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO UTILIZADAS PELO SISTEMA SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF.				

**13.ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):**

- SECRETARIA DE SAÚDE

14.LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COM COTAS PARA ME E EPP?	15.FORNECIMENTO:	16. PRAZO PARA ENTREGA:	17.VIGÊNCIA DO CONTRATO:	18. POSSIBILIDADE DE AMOSTRAS/PROVA DE CONCEITO?
SIM, COTA E EXCLUSIVA	FRACIONADO	ATÉ 10 (DEZ) DIAS CORRIDOS	12 (DOZE) MESES, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021	NÃO

**19.ESPECIFICIDADES DO PROCEDIMENTO:**

Todas as peculiaridades e especificidades do objeto encontram-se descritas no Termo de Referência - TR e Estudo Técnico Preliminar - ETP, as quais são peças integrantes da fase preparatória do procedimento e encontram-se nos anexos do edital.

**20.DOS ATENDIMENTOS, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E VISTAS AO PROCESSO**



Todos os **atendimentos** e demais tratativas com o(a) Pregoeiro(a) serão realizados **exclusivamente** por meio virtual, mediante pedido formal a ser enviado através do e-mail: **impug.esclarecimento@horizonte.ce.gov.br**, assim como os **pedidos de esclarecimentos, impugnações, recursos e pedidos de vistas aos autos**, nos termos consignados no presente edital.

#### 21.OBSERVAÇÕES IMPORTANTES E OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA:

- 1) O presente edital se apresenta em duas partes (parte específica e parte geral), onde, na parte específica serão disciplinadas as definições singulares do objeto, qualificação técnica específica, peculiaridades e demais disposições do julgamento. Já na parte geral teremos as demais condições e entendimentos padronizados relativos ao procedimento.
- 2) Existindo divergência entre as informações constantes da parte específica (quadro resumo) e dos demais campos do edital e seus anexos (parte geral), prevalecerão as informações constantes da parte específica.
- 3) Havendo discrepância entre os textos constantes do edital e seus ANEXOS, inclusive quanto a especificação dos produtos, unidades e demais detalhes antes aqueles constantes da plataforma COMPRAS.GOV.BR prevalecerão as informações constantes do edital e seus ANEXOS.
- 4) O Decreto Municipal nº 450, de 28 de dezembro de 2023 e suas alterações (Decreto Municipal nº 482/2024, de 07 de março de 2024) é parte integrante desse instrumento, assim como, todas as normativas complementares e regulamentadoras das contratações públicas desse município. As normas poderão ser visualizadas no seguinte endereço eletrônico [www.horizonte.ce.gov.br](http://www.horizonte.ce.gov.br) e no Diário Oficial do Município - DOM (28 de dezembro de 2023 - Ano I Edição nº 119 A - Página 02 a 218) e (08 de março de 2024 - Ano II Edição nº 164 - Página 2 e 3).

\*\*\*\*\*



## SUMÁRIO

1. DO OBJETO	4
2. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO	4
3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.	5
4. DISPOSIÇÕES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO PROPONENTE NO CURSO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.	6
5. DO CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE NA PLATAFORMA ELETRÔNICA.	7
6. PARÂMETROS DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO.	7
7. DA PROPOSTA DE PREÇOS	8
8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	14
9. DA SESSÃO PÚBLICA.	16
10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.	30
11. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)	31
12. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES	31
13. DO PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DO OBJETO	31
14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES	32
15. FRAUDE E CORRUPÇÃO	35
16. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, DILIGÊNCIAS, REVOG. E ANULAÇÃO	36
17. DISPOSIÇÕES GERAIS	37



**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.05.11.1**

**PARTE GERAL**

**PREÂMBULO**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE**, por meio da Agente de Contratação, ora denominada de Pregoeira, designada pela Portaria nº 1.620/2025 e por ordem da autoridade competente deste processo as quais constam acima relacionadas, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.05.11.1** do tipo e critério de julgamento assinalados no quadro resumo acima, do modo e nas condições fixadas no quadro de resumo inicial, a ser realizado em sessão pública por meio de comunicação via internet, através do endereço eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), dará início aos procedimentos de abertura e análise das propostas de preços, formalização de lances e análise e verificação dos documentos de habilitação e demais procedimentos atinentes ao processo, tudo mediante as condições estabelecidas e exigências previstas no presente Edital, na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 450, de 28 de dezembro de 2023 e suas alterações (Decreto Municipal nº 482/2024, de 07 de março de 2024 da Prefeitura Municipal de HORIZONTE), Decreto Municipal nº 35, de 22 de agosto de 2017, a Lei Federal Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e nas demais normas complementares.

A parte geral do presente edital é subdividida em duas outras partes, conforme a seguir apresentadas:

**SUBPARTE A – CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

**SUBPARTE B – ANEXOS**

ANEXO I – Termo de Referência e seus anexos;  
ANEXO II – Modelo da Proposta de Preços;  
ANEXO III – Minuta do Contrato.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR DESTINADA AOS PACIENTES DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo I do Edital.

**2. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO**

2.1. A disputa do presente procedimento licitatório terá o seguinte trâmite, em fases distintas:

- 2.1.1. Credenciamento na plataforma [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br);
- 2.1.2. Recebimento das “Propostas de preços” e “Documentos de Habilitação” via sistema;
- 2.1.3. Abertura das Propostas de preços apresentadas, verificação e classificação inicial;



- 2.1.4. Lances, aplicação do direito de preferência e critérios de desempate;
- 2.1.5. Amostras, se for o caso;
- 2.1.6. Negociação, se for o caso;
- 2.1.7. Apresentação de propostas ajustadas, se for o caso;
- 2.1.8. Fase de aceitabilidade das propostas;
- 2.1.9. Habilitação do proponente melhor classificado; e
- 2.1.10. Recursos.

### 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO.

#### 3.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.1.1. Quaisquer interessados na forma de **PESSOA JURÍDICA** que:

3.1.1.1. Esteja regularmente estabelecida neste País, credenciados junto ao portal de compras do Governo Federal, cadastrados ou não no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Horizonte/CE e que satisfaçam a todas as condições da legislação em vigor, deste edital;

3.1.1.2. Possua objetivos sociais / ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo, ainda, cumprir a legislações próprias quanto à forma constituição do tipo de empresa.

3.1.1.3. Possua registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação. A proponente que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

3.1.2. Tratando-se de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do COMPRAS.GOV.BR o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

3.1.3. A Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, caso contratada, será a responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006 em razão da presente contratação.

**3.1.4. A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste edital e seus ANEXOS, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, ficando, desde já, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, restando excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido do acesso e manuseio do plataforma, ainda que por terceiros.**

#### 3.2. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

3.2.1. O autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.2.2. O responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.3. Empresas reunidas em consórcio, conforme justificativa constante dos anexos;

3.2.4. Cooperativas, conforme justificativa constante dos anexos;



3.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.2.6. Instituições sem fins lucrativos, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637/1998, exceto se o objeto desta licitação se inserir entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017-TCU-Plenário).

3.2.7. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Horizonte-CE, tenham sido declaradas inidôneas e estejam impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, que estejam cadastradas positivamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

3.2.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.10. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.11. Que não tenham providenciado o credenciamento junto ao SICAF e aos demais requisitos da plataforma eletrônica de julgamento.

3.2.12. Que tenham em comum mesmo preposto ou procurador.

3.2.13. Os interessados que se encontrem em processo de falência decretada ou em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação.

3.2.14. É permitida a participação de empresa em condição de recuperação judicial desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos do acórdão nº 1.201/2020 do TCU.

3.2.15. Empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

3.2.16. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.

3.2.17. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

#### **4. DISPOSIÇÕES DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA PELO PROPONENTE NO CURSO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.**

4.1. O proponente interessado na participação da presente licitação fica OBRIGADO a:

- a) Responsabilizar-se pela proposta, declarações, documentos e demais informações cadastradas ou anexadas a plataforma eletrônica COMPRASNET, bem como pelos registros realizados no CHAT durante o processamento e julgamento do certame;
- b) Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta na plataforma eletrônica COMPRASNET, sem qualquer falseamento da verdade;



- c) Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus ANEXOS;
- d) Manter-se logado (online) ao COMPRASNET, acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica, atendendo tempestivamente aos chamados do(a) Pregoeiro(a) via CHAT;
- e) Cumprir integralmente a proposta comercial cadastrada ou o lance final registrado no COMPRASNET;
- f) Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;
- g) Não cometer fraude fiscal;
- h) Não formar conluio ou combinar proposta com concorrente(s);
- i) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de propostas, lances e/ou documentos;
- j) Não indicar, para fins de garantia do anonimato da fase competitiva, qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa no cadastro da proposta eletrônica no COMPRASNET;
- k) Manter atualizadas todas as informações da empresa no SICAF que possam facilitar a comunicação, particularmente telefones e e-mail;
- l) Não praticar qualquer ato lesivo à Administração Pública contido no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- m) Não se enquadrar em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do item 3.2 deste Edital.

## 5. DO CREDENCIAMENTO DO PROPONENTE NA PLATAFORMA ELETRÔNICA.

5.1. Os interessados aptos à participação do presente procedimento licitatório deverão providenciar o cadastramento do proponente junto a Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

5.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), no sítio [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O uso da senha de acesso pelo proponente é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.6. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à **PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE** ou ao COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.

5.7. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal na plataforma eletrônica implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## 6. PARÂMETROS DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NO PROCEDIMENTO.



6.1. Obrigatoriamente, os documentos deverão ser da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

6.2. Cada proponente deverá apresentar através do sistema COMPRAS.GOV.BR os documentos exigidos inicialmente por meio da internet, sendo:

- a) a Proposta de Preços e seus ANEXOS;
- b) os Documentos de Habilitação;

6.3. Os documentos, em formato de arquivo, a serem enviados via internet somente poderão ter as extensões \*.doc, \*.xls, ou \*.pdf.

6.4. Os documentos comprovadamente apresentados em formato corrompido ou incompatível com a versão sistêmica operada, poderão ser solicitados mediante nova anexação, por parte do(a) Pregoeiro(a), ficando a critério deste(a), de acordo com o caso concreto, realizar tal solicitação, a fim de que se façam as elucidações necessárias ao pleno julgamento.

6.5. É dever da proponente atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

## 7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

### 7.1. FORMALIDADES QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:

7.1.1. A Proposta de Preços Inicial, sob pena de desclassificação, será aquela cadastrada exclusivamente pela plataforma do COMPRAS.GOV.BR, caracterizando o objeto, o item proposto e a marca/modelo, nos campos discriminados pela própria plataforma.

7.1.2. Não se faz necessário a inserção do detalhamento dos itens, assim como, a anexação de proposta “em arquivo” juntamente com o cadastramento da proposta inicial. O proponente deverá realizar o preenchimento da proposta de acordo com as informações disponíveis na plataforma, a qual terá conformidade com o Termo de Referência – anexo I do Edital.

7.1.3. A proposta de preços inicial (cadastrada na plataforma) servirá para fins de verificação das condições da proposta, bem como, para realização de comparativo ante a proposta de preços final (consolidada), o qual, encontrada divergência entre as mesmas, salvo quanto a redução dos preços em virtude dos lances ou de melhor oferta, a proponente será desclassificada.

### 7.2. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

7.2.1. A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha de acesso individual a plataforma eletrônica COMPRASNET de cada proponente, mediante prévio cadastro da proposta até a data e horário previstos para abertura da sessão do certame.

7.2.2. Nos termos do art. 63, da Lei 14.133/2021, o proponente DEVERÁ, OBRIGATÓRIA E PREVIAMENTE, registrar sua proposta de preços (inicial) na plataforma do COMPRASNET, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

**OBSERVAÇÃO:** RECOMENDA-SE que também seja anexada junto ao SICAF (ferramenta integrante do COMPRASNET), no momento do cadastramento de sua proposta de preços inicial, todos os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO exigidos para fins de julgamento do certame, observadas as exigências contidas no edital.



7.3. Até a abertura da sessão do certame, o proponente poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos a habilitação. **Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.**

7.3.1. Nenhuma proposta de preços ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(a) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e consequente desclassificação.

7.3.2. O proponente deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, inclusive com indicação de marca, modelo e fabricação (se for o caso), a quantidade e os valores unitários e total do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

7.3.3. Não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa identificar o proponente, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta e aplicação de SANÇÃO ADMINISTRATIVA.

7.3.4. No momento do cadastro da proposta deverá o proponente realizar as DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS, disponíveis no próprio Sistema (conforme o caso). Caso a(s) declaração(ões) solicitada(s) para fins de habilitação já esteja(m) assinalada(s) na plataforma, a(s) mesma(s) será(ão) facultada(s) de sua apresentação em formato de arquivo.

7.3.5. As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pelo(a) Pregoeiro(a) na fase de habilitação, quando serão anexadas aos autos do processo de contratação juntamente com a documentação de habilitação.

7.3.6. A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas no item anterior sujeitará o proponente às sanções administrativas previstas no item 15 deste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

7.3.7. Para cadastramento da proposta no sistema COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), o licitante deverá se ater ao critério de julgamento definido ao presente certame, conforme definição no quadro de resumo constante do início deste edital, podendo ser: **POR LOTE, POR GRUPO ou POR ITEM**. Em ambos os casos, ao oferecer proposta e ofertar os lances no sistema COMPRAS.GOV.BR o valor a ser observado pelo fornecedor refere-se ao **PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

7.3.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá, quando do cadastramento da proposta, parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

#### **7.4. PRECAUÇÕES E COMPROMISSOS QUANTO A PROPOSTA DE PREÇOS:**

7.4.1. O registro de proposta de preços eletrônica, **seja ela inicial ou final**, vinculada ao presente certame implica, independente de declaração expressa, na(o):

- a) aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus ANEXOS;
- b) garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;
- c) compromisso do proponente para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (anexo I);
- d) impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e) submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus ANEXOS;



f) obrigação de participar ativamente do certame (ON-LINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

7.4.2. No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o proponente deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos itens constantes no CATMAT/CATSERV (COMPRASNET), as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO, para efeito de formulação da proposta de preços, os dados e especificações serão sempre aquelas constantes do Termo de Referência (anexo I).

7.4.3. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame, não cabe em nenhuma hipótese desistência de proposta.

#### **7.5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES, APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS FINAL E GARANTIA DA PROPOSTA:**

7.5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Pregoeiro e os licitantes.

7.5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

7.5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser compatível com o valor do lance mínimo estabelecido no termo de referência; e

7.5.9. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

7.5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.5.11.1. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.5.11.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.11.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.5.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela



equipe de apoio, se for o caso, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.5.11.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.6. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.6.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.6.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.6.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.6.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.6.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.7. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.7.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas neste item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.7.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.7.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.7.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.8. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



7.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta, devendo a proponente que cotou na proposta o menor preço reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao valor estimado pela administração. Nesse contexto, estando a proposta inicial inferior ao estimado, a mesma deverá ser considerada.

7.14. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.14.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.14.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.14.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.14.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.15. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.15.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.15.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.15.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.15.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.15.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.15.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará.



7.15.2.2. Empresas brasileiras.

7.15.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.15.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.16. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.16.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.16.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.16.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.17. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.18. Não serão adjudicadas Propostas de Preços com valores superiores aos preços unitários e global estimados para a contratação, os quais se encontram definidos no Termo de Referência deste edital.

7.19. O(A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO visando o atendimento a ampliação do princípio da competitividade, bem como, munido da utilização do formalismo moderado poderá, dentro da análise de conveniência e oportunidade e ante ao caso concreto, realizar o saneamento de eventuais erros ou divergências constantes das propostas de preços, seja ela inicial ou a final (adequada).

7.20. Encerrada a fase de lances e ou negociação, depois de declarado aceito o preço proposto quanto ao último lance ou ao valor negociado, o proponente vencedor deverá encaminhar **proposta de preços final (consolidada)**, devidamente assinada por representante legal da licitante, com os preços atualizados, no prazo máximo de **até 02h (duas horas) úteis**, contado da solicitação do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO no sistema.

7.20.1. Esse prazo poderá ser estendido e/ou prorrogado a critério do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou a pedido da autoridade competente, caso este constate a necessidade de maior tempo para elaboração da proposta de preço adequada.

7.20.2. A Proposta de preços final (consolidada) deverá ser apresentada nos mesmos padrões e formalidades exigidas a proposta de preços inicial.

7.20.3. A Proposta de Preços final (consolidada) deverá retratar os preços unitários e totais de cada item que compõe o orçamento ao novo valor proposto, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação.

7.20.4. Caso não seja possível o enquadramento do último valor global ofertado para o Item e ou lote/grupo quando da formulação da proposta de preços final (consolidada), a proponente poderá fazer a devidas adequações, desde que apresente valores inferiores ao seu próprio último valor ofertado.

7.20.5. **Na Proposta de Preços Final (Consolidada)**, devendo ter os preços unitários e totais de cada item das composições, devidamente ajustado para o valor arrematado na licitação.

7.20.6. A proponente deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado.



7.20.7. A qualquer momento, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO poderá solicitar parecer, consultas, análises e verificações por parte de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Horizonte ou da autoridade competente para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

7.20.8. Será CLASSIFICADA a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus ANEXOS, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência (Anexo I).

7.20.9. Se a proposta for DESCLASSIFICADA, o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO examinará a PROPOSTA SUBSEQUENTE, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus ANEXOS, segundo os procedimentos fixados neste edital.

7.20.10. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus ANEXOS que não afetem a essência da proposta do licitante poderão, a critério do(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO ou da Autoridade Competente, mediante despacho fundamentado, ser dispensadas ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO" pelo(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO, a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

7.20.11. Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de o(a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos arts. 44, §1º e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no item 9.5 deste Edital.

7.20.12. O não atendimento as exigências necessárias quanto a apresentação e formalidades mínimas exigidas para fins de apresentação de proposta de preços final (consolidada) e ou procedimentos afins, implicará na desclassificação da proponente.

7.20.13. **GARANTIA DA PROPOSTA DE PREÇOS:** Como requisito de pré-habilitação será exigida garantia da proposta de preços do licitante vencedor da fase de disputa de lances, a que deve ser apresentada juntamente e no prazo para apresentação da proposta de preços final (consolidada) correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado do item correspondente da licitação.

**OBSERVAÇÕES:**

01) Nos termos do caput do art. 58 da Lei Federal n.º 14.133/21, a garantia da proposta deve ser apresentada tomando-se como base o valor inicial de referência para a licitação (em relação ao item/lote cotado, conforme o caso), nos termos das informações constantes do Termo de Referência, ou seja, a garantia da proposta não retratará o valor final ofertado pelo licitante (caso haja redução após os lances), mas sim, do valor inicial estimado pela Administração.

02) No que se refere a data da garantia da proposta, considerando que a mesma reflete uma condição previa à habilitação, entende-se que a mesma deva ser confeccionada previamente a participação do certame, sendo a data de abertura o marco para fins análise desse documento. Não serão aceitas garantias de proposta confeccionadas após a abertura ou no curso do julgamento do certame.

7.20.14. A garantia da proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o §1º do art. 96 da Lei Federal n. 14.133/21.

7.20.15. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

## 8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



8.1. Os interessados na forma do artigo 62 da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos relacionados no Termo de Referência (anexo I) do edital, a serem anexados junto ao cadastro do SICAF ou, através da plataforma COMPRAS.GOV.BR, quando da solicitação por parte do(a) Pregoeiro(a), os quais serão analisados pelo(a) Pregoeiro(a) quanto a sua autenticidade, veracidade, conteúdo, forma e o seu prazo de validade.

**OBSERVAÇÕES:**

- 1) Para fins de definição quanto ao marco da apresentação, análise e validade dos documentos de habilitação deverá ser considerada como **referência (marco) a data e hora de abertura inicial do certame**, ainda que a convocação para apresentação dos documentos seja realizada em momento posterior à abertura (prosseguimento), nos termos dos incisos I e II do art. 64º da Lei Federal n.º 14.133/21.
- 2) No que concerne a regularidade fiscal e trabalhista, o **marco** para apresentação, análise e validade desses documentos será a data e hora a ser fixada, ainda que em momento posterior à abertura, nos termos do inciso III do art. 63.

8.2. As certidões de comprovação de regularidade, bem como as de falência e concordata, caso exigidas neste edital, que não apresentaram expressamente o seu período de validade, deverão ter sido emitidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para a abertura do certame.

8.3. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original, inclusive em formato eletrônico, contendo os dados para fins de validação, ou por qualquer processo de reprografia, na forma estabelecida em Lei. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

8.4. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação por parte do (a) Pregoeiro (a), para a regularização do (s) documento (s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

8.5. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao (à) Pregoeiro (a) convocar as proponentes remanescentes, por ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.7. Será inabilitado o proponente que não atender as exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seus conteúdo e forma.

8.8. Nos itens/grupos/lotos não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, se for o caso, conforme definição constante da parte específica do edital, havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.9. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.10. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em



ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

8.11. A critério(a) do(a) Pregoeiro(a), caso haja disponibilidade “on-line” e seja favorável à agilidade e competitividade do certame, poderão ser realizadas consultas diretamente aos sítios institucionais na Internet para fins de comprovação de regularidade de situação dos licitantes, fazendo constar, via CHAT, na ata dos trabalhos tais diligências.

8.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor.

## **9. DA SESSÃO PÚBLICA.**

### **9.1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

9.1.1. O Pregão será do tipo Eletrônico o qual será realizado em sessão pública por meio da plataforma COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET), mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações).

9.1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Horizonte/CE, agente de contratação denominado como(a) Pregoeiro(a).

9.1.3. O proponente poderá enviar as informações da Proposta de Preços e documentos de habilitação e participar da disputa através da plataforma eletrônica.

9.1.4. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do proponente direto ou do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços e seus ANEXOS, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica, observados as condições e limites de data e horário estabelecidos neste Edital.

9.1.5. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado ao respectivo procedimento administrativo, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

9.1.6. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário ou em outra data a ser fixada na plataforma pelo agente de contratação denominado como(a) Pregoeiro(a).

9.1.7. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os proponentes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio da plataforma eletrônica (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo(a) Pregoeiro(a) e será integralmente reproduzido na Ata da Sessão Eletrônica.

9.1.8. Cabe ao PROPONENTE acompanhar as operações na plataforma eletrônica COMPRASNET, cadastrar a PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL, anexar a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, registrar os LANCES, anexar a PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA), os DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, se for o caso, e PRESTAR AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelos ônus decorrentes de preclusão de direitos, perda de negócios e/ou sanções por descumprimentos de obrigações, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.1.9. A não anexação ou envio da proposta de preços e documentos de habilitação exigidos no Edital (e seus ANEXOS), bem como a não anexação de documentos complementares, prestação de informações e não pronunciamento em relação à questão suscitada pelo(a) Pregoeiro(a), além de possibilitar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos das regras contidas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021.



9.1.10. Toda a sessão pública será documentada automaticamente pelo sistema no respectivo TERMO DE JULGAMENTO, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.1.11. Na hipótese de ocorrer desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da Sessão e a plataforma eletrônica permanecer acessível aos proponentes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

9.1.12. No caso de a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a DEZ MINUTOS, a Sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente 24h (vinte e quatro horas) após comunicação expressa aos participantes, por meio da plataforma eletrônica no sítio ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)).

9.1.13. Cabe ao proponente acompanhar continuamente os documentos, pareceres e atos divulgados ou disponibilizados por meio do Portal de Licitações do TCE/CE.

9.1.14. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando na plataforma eletrônica COMPRASNET a nova data e horário para a sua continuidade.

9.1.15. Em face do horário, poderá o(a) Pregoeiro(a) estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da Sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

## **9.2. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:**

9.2.1. O(A) Pregoeiro(a) realizará previamente a sessão eletrônica, a configuração quanto a operacionalização do julgamento na plataforma, informando o período para análise da(s) proposta(s) de preços inicial(is), a quantidade máxima de itens e ou lotes a serem disputados simultaneamente, dentre outros parâmetros relativos à disputa.

9.2.2. A partir do horário estabelecido no quadro resumo (parte específica do edital) terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação dos preços das Propostas de Preços iniciais cadastradas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade.

## **9.3. DA ACEITABILIDADE E ANÁLISE DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS INICIAIS.**

9.3.1. Iniciada a etapa de disputa, o(a) Pregoeiro(a) verificará preliminarmente as propostas de preços iniciais **registradas eletronicamente no sistema** e DESCLASSIFICARÁ, por despacho fundamentado, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital (e seus ANEXOS), respeitados os limites das informações disponíveis antes da fase competitiva.

9.3.2. Poderá ser DESCLASSIFICADA a proposta de preços inicial cadastrada no COMPRASNET que de alguma forma se identificar, tendo em vista o potencial de quebra do sigilo da proposta.

9.3.3. Não será aceita proposta que indique quantidade inferior àquela exigida no Termo de Referência (anexo I).

9.3.4. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

9.3.5. Somente os proponentes com propostas julgadas conformes com as exigências formais do Edital (e seus ANEXOS) participarão da fase competitiva ou de disputa de lances, havendo a ordenação automática das propostas pela plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.3.6. Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, o(a) Pregoeiro(a) DECLARARÁ o certame DESERTO.

9.3.7. Caso todas as propostas cadastradas restem DESCLASSIFICADAS, o(a) Pregoeiro(a) DECLARARÁ o certame FRUSTRADO.



#### **9.4. DA FASE DE LANCES.**

9.4.1. A fase de lances poderá ocorrer sob o formato de disputa em modo “aberto” ou “aberto fechado”, conforme assinalado no quadro resumo constante do início do edital, devendo o licitante atentar-se quanto ao formato definido, observando, ainda:

##### **9.4.2. DO MODO DE DISPUTA ABERTO:**

9.4.2.1. No modo de disputa “ABERTO”, de que trata este edital, os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, observados os seguintes procedimentos:

- a)** A etapa de envio de lances na sessão pública durará DEZ MINUTOS e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos ÚLTIMOS DOIS MINUTOS do período de duração da sessão pública.
- b)** A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de DOIS MINUTOS e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- c)** Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nas alíneas “a” e “b” do item 9.4.2.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- d)** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos da alínea “a” do item 9.4.2.1, o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir mediante justificativa o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do fomento a disputa ou do melhor preço.

##### **9.4.3. DO MODO DE DISPUTA ABERTO FECHADO:**

9.4.3.1. No modo de disputa “ABERTO FECHADO” os proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

- a)** A disputa terá duração inicial de QUINZE MINUTOS e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até DEZ MINUTOS, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- b)** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até DEZ POR CENTO SUPERIORES àquela possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;
- c)** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, até o máximo de TRÊS, oferecer UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;
- d)** Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;
- e)** Não havendo LANCE FINAL E FECHADO classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais proponentes, até o máximo de TRÊS, na ordem de classificação, possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;
- f)** Poderá o(a) Pregoeiro(a), justificadamente, admitir o REINÍCIO DA ETAPA FECHADA caso nenhum PROPONENTE CLASSIFICADO na etapa de lance fechado atenda às exigências de HABILITAÇÃO.

##### **9.4.4. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE OS LANCES:**

9.4.4.1. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta de preços inicial. Em seguida os proponentes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio da



plataforma eletrônica, sendo o proponente imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.4.4.2. Para efeito de lances, o proponente deverá considerar o valor unitário do item.

9.4.4.3. Os proponentes poderão ofertar lances sucessivos, desde que inferiores ao seu último lance registrado no Sistema, ainda que este seja maior que o menor lance já ofertado por outro(s) proponente.

9.4.4.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá obedecer ao seguinte parâmetro:

<b>Critério de julgamento</b>	<b>Valor unitário estimado</b>	<b>Intervalo limite de lance</b>
Item isolado e ou Item pertencente a grupo de itens/lote	De R\$ 0,01 até R\$ 100,00	Até R\$ 0,01
	Acima R\$ 100,00 até R\$ 1.000,00	Até R\$ 10,00
	Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 100.000,00	Até R\$ 100,00
	Acima de R\$ 100.000,00	Até R\$ 1.000,00

9.4.4.5. Durante a sessão pública de disputa, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O Sistema não identificará o autor dos lances ao(a) Pregoeiro(a) nem aos demais participantes.

9.4.4.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

9.4.4.7. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. É de inteira responsabilidade do proponente se manter conectado ao sistema e acompanhar a fase competitiva.

9.4.4.8. Os lances serão ofertados item/grupo a item/grupo, conforme critério de julgamento definido, podendo, contudo, o(a) Pregoeiro(a) realizar a abertura de mais de um item/grupo de forma simultânea.

9.4.4.9. Quando o preço do item/lote ofertado resultar em um valor unitário que possua mais de 02 (duas) casas decimais, serão consideradas apenas as 02 (duas) primeiras casas decimais (centavos), devendo o(a) Pregoeiro(a) e o proponente vencedor proceder às adequações de preço necessárias, inclusive por ocasião da entrega Proposta de Preços final consolidada.

9.4.5. Na hipótese de a plataforma eletrônica desconectar para o(a) Pregoeiro(a) no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos proponentes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.4.6. Quando a desconexão da plataforma eletrônica para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.4.7. Na hipótese dos itens 9.4.5 e 9.4.6, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.4.8. Caso o proponente não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.4.9. O Sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

9.4.10. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada proponente, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.



9.4.11. Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexecutável, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao proponente, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

## **9.5. DIREITO DE PREFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

### **DIREITOS DE PREFERÊNCIA**

9.5.1. Em licitações que seja possibilitada a participação de itens/lotes para ampla participação, conforme definição constante da parte específica deste edital, após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação dos critérios estabelecidos no caput do art. 60º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, se não houver proponente que atenda à primeira hipótese.

9.5.2. Em relação aos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº123, de 2006.

9.5.3. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do item 9.5.1, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva. Nessas condições, as propostas de Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.5.4. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.5.5. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais proponentes microempresa, empresa de pequeno porte e equiparada que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.5.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio automático pela plataforma para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

9.5.7. Na hipótese de nenhum dos proponentes exercerem o direito de preferência nos moldes descritos no subitem anterior, será mantida a ordem classificatória original.

### **9.5.8. Verificação das condições quanto ao tratamento diferenciado:**

9.5.8.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o(a) Pregoeiro(a) poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/>), seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, bem como no Portal da Transparência dos Municípios do Estado do Ceará (<http://municipios.tce.ce.gov.br/transparencia/>),



para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

9.5.8.2. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.5.8.3. Constatada a ocorrência de qualquer das situações que extrapolem o limite legal, o(a) Pregoeiro(a) indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do proponente, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a consequente recusado lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes.

### **CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

9.5.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances em que ocorra a aplicação dos CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DIREITO DE PREFERÊNCIA fixados no art. 60, caput e seu § 1º, da Lei nº 14.133/2021, respectivamente, deverá ser obedecida as seguintes regras:

**a)** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I. disputa final, hipótese em que os proponentes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II. avaliação do desempenho contratual prévio dos proponentes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III. desenvolvimento pelo proponente de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV. desenvolvimento pelo proponente de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**b)** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital proponente ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II. Empresas brasileiras;

III. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**c)** As regras previstas nas alíneas acima não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**d)** Na persistência do empate, a proposta vencedora será definida na forma do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021. Por conseguinte, persistindo o empate novamente, será realizado sorteio do vencedor. Essa sessão será realizada nos termos do § 2º do art. 17 da Lei 14.133/21.

**OBSERVAÇÕES:** Em virtude da ausência de regulamentação federal específica quanto aos critérios de desempate constantes dos incisos II e III da alínea “a” e incisos III e IV da alínea “b”, ambos do subitem acima, bem como, considerando a adoção da plataforma federal compras.gov.br em âmbito



local e a ausência de regulamentação específica no município, os mencionados incisos não serão utilizados para fins de desempate, restando, portanto, como inaplicáveis.

#### **9.6. DA NEGOCIAÇÃO:**

9.6.1. Apurada a proposta/lance classificado em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pela plataforma eletrônica, contra proposta ao proponente para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

9.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais proponentes.

9.6.3. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro(a) realizará a verificação das condições de participação e solicitará a proposta de preços final (consolidada) devidamente escoimada do(s) proponente(s) vencedor(es).

#### **9.7. DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

9.7.1. Encerrada a etapa de disputa de lances, o(a) Pregoeiro(a) verificará o cumprimento das condições de participação, realizando as seguintes consultas/diligências necessárias, a partir da ordem de classificação e apenas em relação à(s) proponentes mais bem classificada(s) por item e ou lote/grupo:

a. Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc.) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www.compras.gov.br>;

b. Cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:116087655217123>), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas –CEIS ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas –CNEP (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);

c. Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil;

d. Verificação de que o proponente esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.1 deste Edital;

e. Verificação de que o proponente não esteja enquadrado nas situações constantes do item 3.2 deste Edital;

9.7.2. Não cumpridas quaisquer das condições de participação, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta do proponente, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO da plataforma eletrônica COMPRASNET.

#### **9.8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS FINAL (CONSOLIDADA):**

9.8.1. Encerrada a fase de lances e ou negociação, verificada as condições de participação e a apresentação da proposta de preços final (consolidada), assim como, depois de declarado aceito o preço proposto quanto ao último lance ou ao valor negociado, o proponente vencedor deverá encaminhar proposta de preços final (consolidada), devidamente assinada, com os preços atualizados, no prazo máximo de até **02 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema.

9.8.2. **Juntamente com a proposta de preços final, o licitante deverá apresentar catálogo oficial, ficha técnica ou documento equivalente, preferencialmente emitido pelo fabricante, contendo as especificações técnicas do produto ofertado, com a finalidade de comprovar sua conformidade com as exigências estabelecidas no Termo de Referência.**



9.8.3. O licitante deverá observar se o termo de referência do procedimento exige a garantia de proposta e que essa seja apresentada junto a proposta de preços final (consolidada), sob pena de desclassificação.

9.8.4. Esse prazo poderá ser estendido e/ou prorrogado a critério do(a) Pregoeiro(a) ou a pedido da autoridade competente, caso este constate a necessidade de maior tempo para elaboração da proposta de preço adequada.

9.8.5. A Proposta de preços final (consolidada) deverá ser apresentada nos mesmos padrões e formalidades exigidas no modelo de proposta de preços.

9.8.6. A Proposta de Preços final (consolidada) deverá retratar os preços unitários e totais de cada item ao novo valor proposto, atualizados em consonância com o preço obtido após a fase de lance/negociação, podendo, o(a) Pregoeiro(a) confrontá-la ante a proposta de preços (inicial).

9.8.7. Caso não seja possível o enquadramento do último valor global ofertado para o Item e ou lote/grupo quando da formulação da proposta de preços final (consolidada) a proponente poderá fazer a devidas adequações, desde que apresente valores inferiores ao seu próprio último valor ofertado.

9.8.8. Em se tratando de licitação com a existência de item(ns) ou grupo(s)/lote(s) exclusivo(s) a ampla disputa e cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, caso o licitante vencedor seja o mesmo para ambos o(s) item(ns) ou grupo(s)/lote(s), este deverá realizar a adequação de sua proposta de preços final (consolidada) para o menor valor ofertado entre o(s) item(ns) ou grupo(s)/lote(s).

9.8.9. A proposta de preços final (consolidada) deverá possuir redução proporcional ao lance ofertado em todos os Itens e ou lotes/grupos, conforme critério de julgamento definido.

**OBSERVAÇÃO:** Não serão aceitas reduções apenas em determinados itens do lote/grupo.

9.8.10. A proponente deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, o (a) Pregoeiro (a) estará autorizado a realizar os arredondamentos a menor no valor cotado.

9.8.11. A qualquer momento, o(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer, consultas, análises e verificações por parte de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Horizonte-CE ou da autoridade competente para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

9.8.12. Será DESCLASSIFICADA, por despacho fundamentado, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens 9.7.9.3 e 9.7.9.4 deste Edital:

- a) Deixar de comprovar requisito para fins de exercício de DIREITO DE PREFERÊNCIA (se for o caso);
- b) Deixar de indicar, anexar ou comprovar as informações exigidas neste Edital (e seus ANEXOS) que prejudiquem a Avaliação da qualidade do objeto proposto;
- c) Indique objeto que não atenda a todas as exigências de qualidade, amostras e às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (anexo I);
- d) Não contenha a quantidade numérica e unidade métrica exigidas no Termo de Referência (anexo I).

9.8.12.1. Será CLASSIFICADA a proposta que atenda satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus ANEXOS, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência (anexo I).

9.8.12.2. Se a proposta for DESCLASSIFICADA, o(a) Pregoeiro(a) examinará a PROPOSTA SUBSEQUENTE, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma



proposta que atenda a este Edital e seus ANEXOS, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

9.8.12.3. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus ANEXOS que não afetem a essência da proposta do licitante poderão, a critério do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade Competente, mediante despacho fundamentado, ser dispensadas ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "ENVIAR ANEXO" pelo(a) Pregoeiro(a), a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame.

9.8.12.4. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá:

- a) Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- b) Solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;
- c) Sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos ANEXOS, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- d) Realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

9.8.12.5. Sempre que a proposta não for aceita ou for desclassificada, e antes de o(a) pregoeiro(a) passar à análise da subsequente, poderá haver nova verificação automática, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate, previsto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, podendo-se reabrir os procedimentos previstos no item 9.5 deste Edital.

## **9.9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

### **9.9.1. Da exequibilidade do lance ou proposta de preços:**

9.9.1.1. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.9.1.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.9.1.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma da Lei nº 14.133/2021 e demais normativas complementares, para permitir ao proponente demonstrar a exequibilidade de seu preço.

9.9.1.4. Considerar-se-á inexequível a proposta que:

- a) Não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.
  - a.1) Para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
    - Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
    - Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;



- Levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;
- Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- Verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa; Estudos setoriais;
- Consultas às Secretarias de Fazenda federal, distrital, estadual ou municipal;
- Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

9.9.2. Apresentar preço final inferior a 50% (cinquenta por cento) da média dos preços estimados para o mesmo item/grupo/lote, conforme critério de julgamento fixado, de acordo com a Instrução Normativa nº 73/2022 da SEGES ou outra que a suceder, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

9.9.3. Será considerada inexequível a proposta de preços que não tiver a sua exequibilidade comprovada e, ainda, a que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

**9.9.4. Da convocação para apresentação de documentos complementares a proposta de preços:**

9.9.4.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o proponente para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

9.9.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade como Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

9.9.4.3. O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do proponente, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo (a) Pregoeiro(a).

9.9.4.4. Se a proposta de preços final (consolidada) da proponente vencedora for desclassificada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, inclusive quanto aos tramites afeitos a negociação, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9.9.4.5. Nos itens não exclusivos a Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à



subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.9.4.6. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.9.4.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos proponentes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

9.9.4.8. O não atendimento as exigências necessárias quanto a apresentação e formalidades mínimas exigidas para fins de apresentação de proposta de preços final (consolidada) e ou procedimentos afins, implicará na desclassificação da proponente.

9.9.4.9. Aceita a melhor proposta de preços, o(s) licitante(s) interessado(s) poder(á)(ão) realizar manifestar a intenção de recurso quanto a fase de proposta de preços, em campo próprio na plataforma, no prazo de até 10 (dez) minutos.

9.9.4.10. Escolhida a proposta que melhor atenda aos fins pretendidos, segundo as regras do Edital e seus ANEXOS, o(a) Pregoeiro(a) verificará a necessidade de apresentação de amostras/prova de conceito, caso tenha sido solicitado, a que se dará nos termos constantes do termo de referência e em seguida, passará a verificação dos documentos de habilitação das empresas classificadas.

#### **9.10. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

9.10.1. Estando o(s) proponente(s) classificados, o(a) Pregoeiro(a) o convocará em ordem de classificação, via COMPRASNET, caso não já tendo sido anexada junto ao SICAF no instante de cadastro da proposta de preços inicial (nos termos previstos na observação do subitem 7.2 deste Edital), para fins de encaminhamento/anexação da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, por meio da opção "ENVIAR ANEXO", no prazo de até **02h (duas horas)**, contados a partir da convocação do(a) Pregoeiro(a), podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do(a) Pregoeiro(a), observadas as regras contidas nos itens 05, 07 e 08 deste Edital.

9.10.2. Os documentos de habilitação apresentados deverão atender ao disposto na observação do item 8.1 deste edital.

9.10.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**OBSERVAÇÃO:** Conforme entendimento firmado pelo TCU, originário do Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário, a vedação no art. 64 da Lei 14.133/2021 não alcança documentos destinados a atestar condições de habilitação preexistentes à abertura da sessão pública que não foram anexados ao COMPRASNET no momento oportuno, de forma que PODERÁ o(a) Pregoeiro(a) diligenciar para permitir tal COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS.

9.10.4. Os documentos necessários a Habilitação do(s) proponente(s) classificado(s) serão os definidos no Termo de Referência (anexo I).

9.10.5. A verificação será procedida de acordo com o rito estabelecido no item 9.10.1, deste edital.



9.10.6. Será acessado o banco de dados do SICAF, para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, verificando-se a habilitação parcial de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).

9.10.7. Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as declarações eletrônicas para fins de cumprimento do exigido no subitem 7.3.4 deste Edital.

9.10.8. Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e/ou documentos diversos como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, ou até para fins de obtenção de certidões e informações, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

9.10.9. Caso o licitante não esteja regularmente cadastrado no SICAF ou esteja com alguma certidão com prazo de validade vencido, poderá o(a) Pregoeiro(a) realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais.

9.10.10. O(a) Pregoeiro(a) poderá solicitar subsídio técnico à unidade técnica Demandante ou ao Órgão Gerenciador do procedimento, bem como, aos setores técnicos especializados, para fins de avaliação da conformidade da documentação de habilitação técnica e qualificação econômico-financeira em relação as exigências contidas no edital (e seus anexos).

9.10.11. Será INABILITADO o licitante que:

- a) deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no termo de referência deste Edital;
- b) apresentar CERTIDÃO ou outro documento com prazo de validade vencido;
- c) apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no item 9.10.1 e 9.10.2 do edital;
- d) não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
- e) não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.

9.10.12. Sendo o licitante Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas, não será motivo de INABILITAÇÃO a existência de restrições na sua HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, sendo observado o seguinte procedimento:

- a) será o licitante DECLARADO HABILITADO no certame para fins de posterior regularização, nos termos definidos na Lei Complementar nº 123/2006.
- b) será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões, visando levantar a(s) restrição(ões) identificada(s) na fase de habilitação.
- c) a não regularização da situação fiscal no prazo fixado na alínea anterior acarretará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE-CE convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação para firmamento do contrato.

9.10.13. No julgamento da habilitação, poderá o(a) Pregoeiro(a) adotar os procedimentos, diligências e decisões que visem sanar erros ou falhas que não prejudiquem a validade e segurança jurídica da documentação apresentada.

9.10.14. Aceita a conformidade dos documentos de habilitação do licitante melhor colocado, o(s) licitante(s) interessado(s) poder(á)(ão) realizar manifestar a intenção de recurso quanto a fase de habilitação, em campo próprio na plataforma, no prazo de até 10 (dez) minutos.

## **9.11. DA FASE DE RECURSOS:**



9.11.1. A intenção de recorrer por parte do licitante será sedimentada a cada fase do certame, seja quando do julgamento das propostas de preços ou quando da fase de habilitação.

9.11.2. Compete ao licitante interessado realizar o acompanhamento dos trabalhos e informações constantes da plataforma, assim como, observar as decisões e informações do “chat” do certame se posicionando oportunamente e, se for o caso, manifestar sua **INTENÇÃO DE RECORRER** correspondente a cada fase possibilitada, em campo próprio do sistema, no momento e prazo estabelecido e informado pelo(a) Pregoeiro(a).

9.11.3. A ausência da intenção de recurso na fase correspondente, a preclusão do direito do licitante e implica na impossibilidade de apresentação de memoriais recursais, assim como, da apreciação meritória das razões de recurso em momento posterior.

9.11.4. Havendo registro de **INTENÇÃO DE RECURSO**, o(a) Pregoeiro(a) não fará **JUIZO DE ADMISSIBILIDADE** da intenção de recorrer manifestada, de modo que a intenção será aceita automaticamente pelo sistema.

9.11.5. Somente serão conhecidos e analisados os recursos os quais tenham havido o registro da intenção de recurso na fase correspondente.

9.11.6. Após declarado vencedor, desde que registrado a intenção em momento anterior conforme referenciado nos subitens anteriores, será estabelecido na plataforma o prazo para apresentação dos memoriais recursais e prazo de contrarrazões.

9.11.7. O **RECURSO ADMINISTRATIVO** poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) ou pela autoridade competente a qual resultou em deliberação ao julgamento, durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do edital e seus anexos.

9.11.8. A recorrente a qual tiver intencionado em momento oportuno terá o prazo de até **03 (três) dias úteis** para apresentar os memoriais contendo as razões recursais, obrigatoriamente por meio de registro no sistema e, havendo imagens, ilustrações e demais informações que eventualmente não suportadas pela plataforma, também deverão ser enviados via e-mail constante do quadro resumo deste edital.

9.11.9. Protocoladas as razões recursais na plataforma, ficam os demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema e e-mail, no caso da situação anterior, em igual prazo, **que começará a correr do momento do protocolo das razões recursais da Recorrente**.

9.11.10. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria plataforma eletrônica COMPRASNET.

9.11.11. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

**a)** reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,

**b)** manter inalterada a decisão recorrida.

**c)** baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento, solicitar informações, parecer técnicos ou demais informações da área técnica interessada/responsável e/ou jurídico para fins de proclamação de decisão, sobretudo quando o mérito recursal não versar sobre ato, decisão ou incumbência as quais não são de competência do(a) Pregoeiro(a).

9.11.12. Caso não haja a reconsideração total do ato ou decisão adotada, os memoriais de razões recursais deverão ser submetidos, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente do procedimento:



a) decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregoeiro(a).

b) determinar prévia emissão de parecer da área técnica interessada e/ou jurídico para fins de decisão.

9.11.13. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema no prazo legal importa preclusão do direito de recurso, possibilitando, portanto, a adjudicação do objeto e homologação do certame.

9.11.14. A critério do(a) Pregoeiro(a) ou da autoridade superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

9.11.15. Não cabe recurso adesivo por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

9.11.16. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame e explanação dos atos decorrentes da decisão.

9.11.17. No caso de licitações com julgamento por item e/ou por grupo/lote, a aceitação de intenção de recurso apenas suspenderá a tramitação do processo licitatório em relação ao(s) item(ns)/grupo(s)/lote(s) recorrido(s), inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente, sendo realizado o encerramento da sessão e adjudicação e homologação parcial do objeto pelo(a) Autoridade Competente(a) em face dos demais itens/grupos do objeto da licitação.

## **9.12. SUSPENSÃO E REABERTURA DA SESSÃO:**

9.12.1. À(o) Pregoeiro(a) é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, fazendo constar esta decisão na plataforma eletrônica. Neste caso, a sessão terá continuidade a qualquer dia e hora, ficando a cargo do(a) Pregoeiro(a) realizar o devido agendamento prévio na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.12.2. O(a) Pregoeiro(a), a qualquer tempo, na análise das propostas de preços e seus ANEXOS, das amostras, quando houver, e dos documentos de habilitação, poderá solicitar outros documentos, pareceres técnicos e/ou suspender a sessão para realizar diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões. Neste caso, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e será reiniciada somente decorrida **24h (vinte e quatro horas)** após a comunicação do prosseguimento aos participantes, a qual serão informados na plataforma do COMPRAS.GOV.BR (COMPRASNET).

9.12.3. A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a **24h (vinte e quatro horas)**, em relação ao(s) ITEM(NS) e/ou GRUPO/LOTE(S) do objeto que apresente os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

a) Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, o certame restará retroagido aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;

c) Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, não havendo CADASTRO DE RESERVA, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;



**d)** Microempresa - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e equiparadas com restrição da habilitação fiscal e trabalhista que, vencedora do certame, não comprove tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

**e)** Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

9.12.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados na plataforma eletrônica COMPRASNET a data e hora de tal reabertura, de modo que a convocação se dará por meio da plataforma eletrônica COMPRASNET ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;

9.12.5. A Sessão Pública reaberta será composta de todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que os trabalhos serão retomados.

### **9.13. ENCERRAMENTO DA SESSÃO:**

9.13.1. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os proponentes participantes, as Propostas de Preços e lances verbais sucessivos, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, se for o caso.

9.13.2. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja compatível com os preços de mercado previstos para a contratação, declarado vencedor pelo(a) Pregoeiro(a) o processo devidamente instruído:

**a)** Seguirá para os proclames quanto ao resultado do certame e instrução do feito; e

**b)** Será encaminhado à(s) autoridades(s) competentes para homologação da adjudicação e subsequente formalização de Contrato(s), se for o caso.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.**

10.1. Ultrapassada a fase de recursos administrativos, o(a) Pregoeiro(a) encerrará a sessão, realizará os proclames quanto a publicidade do julgamento, bem como, encaminhará aos autos para adjudicação e homologação do objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame.

10.2. Quando houver recurso administrativo, após a regular decisão dos recursos apresentados, o objeto da licitação será adjudicado e homologado ao proponente declarado vencedor, por ato da Autoridade Competente.

10.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá:

**a)** homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;

**b)** anular o certame, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,

**c)** revogar o certame, total ou parcialmente, por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

10.4. A adjudicação e ou a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



c) Não havendo homologação do certame após decorridos **90 (noventa) dias** da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

## **11. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)**

11.1. Em atendimento a Lei Federal nº 14.133/21 e do Inciso II do art. 16 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, informamos a existência de crédito orçamentário, para atender as despesas com o objeto da licitação serão aqueles constantes do termo de referência.

## **12. DA FORMALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES**

### **12.1. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:**

12.1.1. A Administração convocará o adjudicatário para assinatura, mediante correspondência meio eletrônico ou publicação no Diário Oficial do Município – DOM, para que seja assinado no prazo de 05(cinco) dias, a contar da data de seu recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.1.3. O prazo de vigência da contratação será aquele estipulado no termo de referência.

12.1.4. Incumbirá à Administração providenciar a publicação do extrato do contrato nos termos do parágrafo §1º do art. 94 da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 450, de 28 de dezembro de 2023 e suas alterações (Decreto Municipal nº 482/2024, de 07 de março de 2024).

### **12.2. DA CONVOCAÇÃO DE REMANESCENTES:**

12.2.1. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

a) Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor;

b) Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário.

c) Adjudicar, homologar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.3. A recusa injustificada ou a carência de justo motivo por parte da vencedora, passível de análise pela Administração, em não formalizar a contratação, no prazo estabelecido, sujeitará a Proponente à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

12.4. Os proponentes além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal n.º 450/2023, deverão obedecer às disposições e obrigações específicas elencadas no Contrato (anexo III) do edital.

## **13. DO PAGAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES DO OBJETO**



13.1. As condições de pagamento, obrigações, detalhamentos e demais especificidades quanto ao objeto e não abordados na parte geral desse edital, serão aquelas constantes do Termo de Referências e seus anexos.

#### **14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

14.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n.º 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

14.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- b) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
  - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - b.4) deixar de apresentar amostra;
  - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c) não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- f) fraudar a licitação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- h) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- i) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- j) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.3. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Termo de referência, após o regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR,



serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Termo de Referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

Ocorrência	Penalidade
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

14.4. Nas condutas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 15.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.



14.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

14.6. Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão comunicados oficialmente e formalmente pelo(a) Pregoeiro(a) ou por qualquer outro servidor o qual presencie o cometimento do ato, o qual devem ser reportados à Procuradoria Geral do Município - PGM para a devida apuração.

14.7. As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

14.8. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à proponente serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") declarado ou apresentado nos documentos do processo.

14.9. A proponente deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do município de Horizonte/CE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

14.10. Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

14.11. A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

14.12. O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar na rescisão do contrato do fornecedor.

14.13. Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos o fornecedor que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência do contrato.

14.14. A multa, calculada na forma do Anexo I - Termo de Referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

14.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.16. Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.

14.17. O licitante e ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

14.18. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.19. A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por



comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.20. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o Fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

14.21. Serão indeferidas pela Comissão de PAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

14.22. A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

14.23. Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor da ata, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Termo de Referência, ou contrato, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

14.24. Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

14.25. No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.

14.26. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

## **15. FRAUDE E CORRUPÇÃO**

15.1. As proponentes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais proponentes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.



e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

## 16. DOS ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

### **DAS SOLICITAÇÕES DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÕES**

16.1. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá, no prazo de até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das Propostas de Preços, solicitar esclarecimento e ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

16.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

16.3. Impugnação feita tempestivamente pelo proponente não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

16.4. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, bem como, da apresentação de documentos comprobatórios a demandante, desde que devidamente protocolados via e-mail, informado no quadro de resumo deste edital, que preencham os seguintes requisitos:

16.4.1. O endereçamento o(a) Pregoeiro(a) da Prefeitura de Horizonte-CE;

16.4.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada e assinada dentro do prazo editalício;

16.4.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

16.4.4. O pedido, com suas especificações;

16.5. A proponente deverá juntar cópia do ato constitutivo, bem como, documento de identificação (com foto) válido na forma da Lei do responsável legal pela mesma e, ainda, deverá apresentar prova de mandato, se for o caso.

16.6. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.6.1. Caberá o(a) Pregoeiro(a) decidir e divulgar em sítio eletrônico oficial no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.6.2. A resposta do Município de Horizonte - CE será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela Administração no sítio virtual: <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>.

16.6.3. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.



16.6.4. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

16.6.5. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original.

### **DILIGÊNCIA, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

16.7. **DILIGÊNCIA:** Em qualquer fase do procedimento licitatório, o(a) Pregoeiro(a) ou a autoridade superior, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta ou da Habilitação, fixando o prazo para a resposta.

16.7.1. Os proponentes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

16.8. **REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO:** A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

### **17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

17.2. Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) durante a sessão e pela(s) autoridade(s) competente(s), em outros casos, mediante aplicação do Decreto Municipal nº 450, de 28 de dezembro de 2023 da Prefeitura Municipal De Horizonte e a Lei n.º 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

17.3. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

17.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

17.5. Os avisos de prosseguimento das sessões serão feitos aos interessados mediante publicação no “chat” do [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), como também registrado na plataforma eletrônica COMPRASNET, a decisão sobre os recursos interpostos, a anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no “chat” do [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), como também registrado na plataforma eletrônica COMPRASNET, e ainda no site eletrônico [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes), nos termos da IN 04/2015-TCM/CE, bem como no site da Prefeitura Municipal de Horizonte: [www.horizonte.ce.gov.br](http://www.horizonte.ce.gov.br).

17.6. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (085) 3222.0583 das 07h30min às 12h00min, ou diretamente na Sede da Coordenadoria de Licitações e Contratos de Horizonte, situada na Av. Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, Horizonte-CE, CEP 62.880-060.



PREFEITURA DE  
**HORIZONTE**  
O TRABALHO CONTINUA

17.7. O referido edital e seus ANEXOS estão disponíveis nos seguintes sítios virtuais: [www.tce.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tce.ce.gov.br/licitacoes), nos termos da IN 04/2015-TCM/CE, e no site do Comprasnet - [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), e ainda no site da Prefeitura Municipal de Horizonte: [www.horizonte.ce.gov.br](http://www.horizonte.ce.gov.br).  
17.8. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Horizonte - CE.

HORIZONTE, CE., 19 DE MAIO DE 2026.

**Agente de Contratação designado:**

Francisca Jorangela Barbosa Almeida  
Pregoeira  
**Prefeitura Municipal de Horizonte**





**ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Nº 0501.260226.01/2026-SESAU.**

**1. INTRODUÇÃO**

**1.1. Objetivo**

Este Termo de Referência tem por finalidade fornecer elementos necessários e suficientes, os quais, baseados nos dados constantes dos estudos técnicos preliminares acostados aos autos, servirão para realização de procedimento administrativo, cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhados no presente documento, conforme disposto nos arts. 6º, incs. X, XIII e XXIII, 18, 23, 40, 41 e 82, da Lei nº 14.133/2021, regulamentados pelo Decreto nº 450, de 28 de dezembro de 2023.

**1.2.** Integram o presente Termo de Referência como se nele estivessem escritos, os seguintes documentos:

- I) Definição dos itens/lotes e especificação do objeto;
- II) Relação dos documentos de habilitação para o procedimento;
- III) Estudo Técnico Preliminar – ETP e seus anexos; e
- IV) Análise de riscos do procedimento.

**2. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS, EXPOSIÇÃO DE NECESSIDADE, DETALHAMENTO E PLANEJAMENTO DO OBJETO.**

**2.1. Órgão(s) Interessado(s):**

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE

**2.2. Objeto:**

AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR DESTINADA AOS PACIENTES DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE

**2.3. Justificativa:**

A justificativa da necessidade do objeto e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente documento.

**2.4. Do Plano de Contratação Anual - PCA:**

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- ID do PCA no PNCP: 23555196000186-0-000001/2026.
- ID da(s) DFD(S) no PCA constante do PNCP: 390/2025.
- Data de publicação no PNCP: 28/07/2025.
- Data de alteração da DFD: 26/02/2026

**2.5. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto:**

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico constante dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, anexo ao presente procedimento administrativo.

**3. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DOS RECURSOS FINANCEIROS E ESTIMATIVA DA DESPESA**



3.1. As despesas resultantes do presente objeto correrão a conta da classificação orçamentária respectiva ao exercício de 2026, conforme informamos a seguir:

ÓRGÃO	UNIDADE E ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/ PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO-ATIVIDADE	FUNTE	ELEMENTO DE DESPESAS	SUBELEMENTO DE DESPESA	VALOR
05	01	10 301 0009 2.030 Manutenção das Atividades da Atenção Primária à Saúde	1500100200 1600000000 1621000000 1706000000	3.3.90.30.00	3.3.90.30.12	R\$ 3.175.710,00

**3.2. Valor global estimado: R\$ R\$ 3.175.710,00 (três milhões, cento e setenta e cinco mil setecentos e dez reais).**

**3.3. Justificativa quanto ao sigilo do orçamento:**

Não se aplica. A Lei 14.133/2021, em seu Art. 5º trata que a publicidade dos atos administrativos é fundamental para garantir a transparência na gestão pública. Neste quesito, temos que considerar a natureza comum do objeto a ser adquirido pela administração pública, que torna o sigilo do orçamento inadequado e desvantajoso ao interesse público. Portanto, não cabe aplicação de sigilo ao orçamento. Importante ressaltar que a disponibilização de informações orçamentárias contribui para a política de dados abertos, facilita o acesso à informação e promove uma administração pública mais eficiente, permitindo o controle social, bem como a ampliação da disputa e competitividade.

**3.4. Metodologia do orçamento:**

Orçamento baseado em pesquisas de preços realizadas por funcionário da Secretaria de Saúde e ratificada pela Comissão Central de Compras do município, conforme Mapa comparativo de preços anexo aos autos.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.**

4.1. Os requisitos da contratação no que concerne a verificação do atendimento das condições necessárias a participação e a contratação foram fundamentadas pelas disposições constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP e encontra-se pormenorizada no anexo II do presente documento.

**5. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO OBJETO.**

**5.1. Sustentabilidade:**

5.1.1. Os critérios de sustentabilidade serão aqueles que, eventualmente, estarão descritos na descrição da especificação dos itens do objeto, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. No mais, o município ainda não dispõe de norma própria correspondente a tal temática, limitando-se tais exigências a construção das especificações, quando for o caso e ou as rotinas de fiscalização e padrões de desempenho, as quais analisarão tais requisitos, quando exigidos.

**5.2. Indicação de marcas ou modelo:**

5.2.1. Não se aplica. Para o presente objeto não foi feita a indicação de marcas específicas, haja vista não se tratar de procedimento o qual decorre de padronização prévia, de pré-qualificação específica ou de marcas pré-aprovadas pela Administração.

**5.3. Da vedação de utilização de marca/produto**

5.3.1. Não se aplica.

**5.4. Da exigência de amostra:**



5.4.1. Não se aplica, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP. Detenha-se que a análise documental substitui a exigência de amostra, por se tratar de produtos padronizados, devidamente regulamentados pela ANVISA.

**5.5. Da existência de carta de solidariedade:**

5.5.1. Não se aplica. No caso da aquisição a exigência de carta de solidariedade não se aplica, uma vez que tais aquisições são realizadas por meio de contratos diretos com fornecedores legalmente habilitados, que assumem integralmente a responsabilidade pelo fornecimento, qualidade e garantia dos produtos, sendo desnecessária a corresponsabilização de terceiros ou consorciados, o que tornaria a exigência excessiva e restritiva, contrariando os princípios da legalidade, razoabilidade e da ampla competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

**5.6. Da subcontratação:**

5.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsão constante do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

**5.7. Garantia da proposta:**

5.7.1. A garantia da proposta é necessária ao presente objeto haja vista salvaguardar a Administração quanto as propostas ofertadas no curso da disputa licitatória, de modo que seja exigido do licitante, a garantia mínima de cumprimento da proposta.

5.7.2. Justificativa:

A Nova Lei de Licitações trouxe tal possibilidade, conforme se observa:

Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

Da mesma forma, a exigência de garantia de proposta não se trata de medida restritiva a competitividade, posto que além de ser uma faculdade legal estampada no art. 58 da NLL, também se coaduna como procedimento basilar no curso da escolha da melhor proposta, garantindo que a Administração possa realizar a melhor escolha para a sua necessidade.

É nesse sentido como vem entendendo a Doutrina, dentre estes, citamos as exposições enfáticas de Joel de Menezes Niebuhr, nesses termos:

“pressupõe-se que, se o licitante não tem condições de oferecer garantia limitada a 1% do valor estimado do contrato, ele não tem condições econômico-financeiras de executá-lo” - NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 5 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022, p. 805

Assim como, Ronny Charles:

“Por conta de tudo isso, entendemos que a garantia de proposta como requisito de pré-habilitação pode ser um excelente instrumento capaz de regular positivamente a licitação, a fim de



desestimular a participação de licitantes irresponsáveis e aventureiros, preservando o interesse público e, consequentemente, salvaguardando a obtenção da vantajosidade.”

5.7.3. Ante o exposto, considerando a ausência de prejuízo a competição, assim como, a cautela administrativa e zelo ao erário, a mencionada garantia será exigida pela sua necessidade, em até 1% (um por cento) do valor estimado do item ofertado.

5.7.4. Entende-se por “valor estimado da licitação” como o valor estimado pela Administração para o objeto, que deve corresponder ao valor orçado da fase preparatória do procedimento, de acordo com o item/lote cotado. Ademais, considerando as limitações técnicas da plataforma eletrônica do procedimento e, tomando em conta que tal exigência é requisito de “pré-habilitação”, a comprovação da existência de garantia pelo licitante vencedor se dará após a fase de disputa dos lances e antes da análise dos documentos de habilitação.

5.7.5. A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96, sendo:

5.7.5.1. Caução em dinheiro (Depósito Bancário – Banco: Banco do Brasil, Agência: 4554-3, Conta Corrente: 43093-5) ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

5.7.5.2. Seguro-garantia;

5.7.5.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

5.7.5.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023).

## **5.8. Garantia da contratação:**

5.8.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP, no percentual **5% (cinco por cento)** do valor contratual, conforme regras a serem previstas no contrato.

5.8.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

5.8.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

5.8.2.2. Seguro-garantia.

5.8.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

5.8.3. Nas modalidades de caução em dinheiro ou fiança bancária, a garantia deverá ser apresentada no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.

5.8.4. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5.8.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



O percentual da garantia será de:

a) **até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para contratações em geral;**

b) até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, nos casos de alta complexidade técnica e riscos envolvidos, caso em que deverá haver justificativa específica nos autos;

c) ser acrescido de garantia adicional aos percentuais citados anteriormente, em casos de previsão de antecipação de pagamento, nos termos do art. 145, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

No art. 96, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, há previsão apenas do prazo para apresentação da garantia na modalidade seguro-garantia, em contratações precedidas de licitações, caso em que o prazo deverá ser contado da homologação da licitação. Nas demais modalidades, deverá a Administração prever o prazo e o termo início de sua contagem para a apresentação da garantia. Como o seguro-garantia, nos termos da lei, teria de ser pré-contratual, esta disposição deve estar contida neste documento igualmente pré-contratual.

## 6. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS

### 6.1. Local de entrega do Objeto

6.1.1. Os produtos deverão ser entregues pela CONTRATADA no(a) Central de Abastecimento Farmaceutica(CAF) do Município de Horizonte, situado a Rua Luiz Inácio de Sousa, 743 - Planalto Horizonte, Horizonte - CE, CEP.: 62884-010.

### 6.2. Forma de entrega, acompanhamento e fiscalização da entrega

6.2.1. O fornecimento dos produtos licitados poderá ser de forma fracionada, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas de **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**, pelo órgão demandante, constando a relação e a quantidade de itens a serem entregues.

6.2.2. A entrega dos itens será acompanhada e fiscalizada por servidor do órgão demandante, o qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

6.2.3. A presença da fiscalização do órgão demandante não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

6.2.4. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer bem que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora de especificação.

### 6.3. Prazo para entrega

6.3.1. Os produtos deverão ser entregues em até **10 (DEZ) DIAS CORRIDOS**, a contar da emissão da **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**, que será enviada à contratada através de e-mail ou outro meio que comprove o seu recebimento.

6.3.2. A demanda correspondente a **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO** deverá ser entregue em remessa única.

6.3.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



6.3.4. Os produtos deverão ser entregues no endereço constante da **ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/NOTA DE EMPENHO**, podendo ocorrer em todo o município de HORIZONTE/CE.

6.3.5. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.

## 7. DA FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

### 7.1. Da forma de recebimento (provisório e definitivo)

7.1.1. Os produtos serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.9. Pós conclusão dos procedimentos quanto ao recebimento, serão realizados os atos correspondentes a liquidação e pagamento da despesa.

### 7.2. Forma de pagamento

7.2.1. A liquidação e o pagamento da despesa serão efetuados em até **30 (trinta) dias** a contar do recebimento definitivo dos produtos, através de atesto do recebimento dos produtos/execução dos serviços e o encaminhamento da documentação necessária, devendo ser observado, ainda, os normativos internos correspondentes ao processo de pagamento e as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.

7.2.2. Para fins de instrução dos procedimentos de pagamento, além dos documentos citados no subitem anterior, o fornecedor deverá enviar obrigatoriamente a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, constante da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal/fatura discriminativa, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais;
- c) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal;
- e) Prova de Regularidade relativa ao FGTS;
- f) Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).



7.2.3. O setor competente quanto aos pagamentos realizará a consulta dos documentos apresentados por meio de verificação on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.2.4.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.2.4.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.2.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.2.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.2.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.2.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

8.1. O contrato produzirá seus efeitos jurídicos e legais a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A aquisição de leites e fórmulas suplementares e nutricionais caracteriza-se como fornecimento de produtos de natureza continuada, tendo em vista que tais insumos destinam-se a atender necessidades permanentes e essenciais da rede municipal de saúde, notadamente no âmbito da Atenção Primária, incluindo programas de nutrição, suporte a pacientes com necessidades especiais e ações de segurança alimentar e nutricional. A interrupção do fornecimento comprometeria diretamente a continuidade do atendimento à população, podendo acarretar agravos à saúde, desnutrição, prejuízos ao desenvolvimento de crianças e agravamento de quadros clínicos de pacientes dependentes de fórmulas especiais. Assim, a contratação continuada justifica-se pela imprescindibilidade da manutenção ininterrupta do suporte nutricional à população atendida, considerando a natureza assistencial do objeto, que integra as ações de promoção, recuperação e manutenção da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A descontinuidade no fornecimento desses insumos pode comprometer o estado nutricional dos pacientes, agravar quadros clínicos e gerar impactos negativos à efetividade das políticas públicas de saúde, evidenciando a necessidade de atendimento contínuo e regular da demanda. Nesse contexto, a contratação alinha-se aos princípios do interesse público, da eficiência e do planejamento previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como ao dever de planejamento da contratação estabelecido no art. 18 da referida Lei e ao objetivo de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 11. Ademais, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, admite-se a adoção de prazos contratuais superiores a um ano quando demonstradas a natureza continuada do objeto e a



vantajosidade da contratação, circunstâncias evidenciadas no Estudo Técnico Preliminar, que aponta a necessidade de fornecimento contínuo, previsível e economicamente eficiente dos insumos nutricionais.

## 9. REQUISITOS ESPECÍFICOS DO PROCEDIMENTO

### 9.1. Da forma de apresentação das propostas

9.1.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhadas do item, quantidade solicitada, marca, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento.

9.1.2. A licitante deverá garantir a entrega dos itens sem qualquer defeito de fabricação/a execução dos serviços sem qualquer imperfeição, conforme o caso, e se caso constatado alguma imperfeição, terão os itens devolvidos e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

9.1.3. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

9.1.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá, preferencialmente, obedecer ao seguinte parâmetro:

Critério de julgamento	Valor unitário estimado	Intervalo limite de lance
Item isolado e ou Item pertencente a grupo de itens/lote	De R\$ 0,01 até R\$ 100,00	Até R\$ 0,01
	Acima R\$ 100,00 até R\$ 1.000,00	Até R\$ 10,00
	Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 100.000,00	Até R\$ 100,00
	Acima de R\$ 100.000,00	Até R\$ 1.000,00

9.1.5. **Justificativa quanto a fixação dos intervalos:** Esses valores foram baseados no histórico de disputas realizadas pelo município, onde, observou-se que, em julgamentos realizados por valores de baixo vulto, a oferta, via de regra, ocorre pelo valor mínimo a ser ofertado pela plataforma, prejudicando, daí, que os licitantes ofertem melhores condições de proposta e lances mais adequados ao valor unitário do item, protelando a disputa e não trazendo ganho efetivo a economicidade buscada. Ademais, a fixação dos valores acima mencionados será tida como um referencial, podendo ao agente, ante ao caso concreto, realizar as devidas adequações se assim entender. Por fim, a estipulação dos mencionados limites de intervalos de lances também visa a padronização dos termos e condições da disputa e dos instrumentos convocatórios da Administração.

## 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de fornecimento será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para



execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.8. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

10.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

10.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra/nota de empenho, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

10.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:**

**11.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório da Lei Nº. 14.133/21.**



**11.2. São obrigações do CONTRATANTE, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:**

11.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

11.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

11.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

11.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

11.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

11.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

11.2.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

11.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.2.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021 e o art. 28, do Decreto n.º 11.246, de 2022, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.2.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.2.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.2.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2.14. Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.

11.2.15. Permitir ao pessoal da CONTRATADA, acesso ao local da entrega/execução, conforme e se for o caso, desde que observadas as normas de segurança.

**11.3. São obrigações do CONTRATADO, nos termos do art. 92, XIV, XVI e XVII da Lei Federal n.º 14.133/21:**

11.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, no caso de produtos, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega/início da execução, conforme o caso, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.



- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local do fornecimento/execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- v) Assinar e devolver a **ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO/NOTA DE EMPENHO** ao Município de HORIZONTE/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- w) Entregar/Iniciar a execução do objeto licitado no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da **ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO/AUTORIZAÇÃO/NOTA DE EMPENHO**, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de



referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.

x) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

y) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

z) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.

aa) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de HORIZONTE/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.

bb) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

## **12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

### **12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:**

h) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

i) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

b.4) deixar de apresentar amostra/não realizar prova de conceito;

b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

j) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

k) recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

l) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

m) fraudar a licitação;

n) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

o) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

p) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

q) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

r) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

s) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.1.1. Serão aplicadas ao licitante/adjudicatário que incorrer nas infrações acima descritas, garantida a defesa prévia, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e



d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.1.3. Para fins de dosimetria e cálculo das penalidades acima impostas, estas tomarão como base os parâmetros delineados no tópico a seguir.

**12.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que, com dolo ou culpa:**

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) **Multa:**

d.1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.2.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.2.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.2.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.2.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei



nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.2.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.2.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 05 (CINCO) DIAS úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.2.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### **13. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:



- 13.2.5. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.2.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.2.7. Indenizações e multas.
- 13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 13.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **14. DAS ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n.º 450/2023.
- 14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. DO REAJUSTAMENTO, ATUALIZAÇÃO E REEQUILÍBRIO**

- 15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento (Mapa de preços), estimado em 06/05/2026.
- 15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. De acordo com o caso concreto, poderá ser utilizado outro índice específico ou setorial ao já definido, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
- 15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 15.9. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão respondidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observada a vigência contratual.

#### **16. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo(s) órgão(s) demandante(s), segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, nos regulamentos e normas locais específicas, nas normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, pelas normas e princípios gerais em Direito Admitidas.

#### **17. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**



17.1. A LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário.

17.2. A LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

17.3. É vedado a LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

17.4. A LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Município e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais

17.5. O MUNICÍPIO e a LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular

HORIZONTE/CE, 07 DE MAIO DE 2026.

UNIDADE TÉCNICA	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA
<b>RESPONSÁV(EL)(IS) PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO:</b>  <b>Eduardo Júnior Alves da Silva</b> Coordenador de Gestão de Pessoas da Secretaria de Saúde  <b>Raimundo Osmar Lima do Nascimento</b> Nutricionista – NASF CRN11 1948	<b>RESPONSÁVEL/AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO:</b>  <b>ANA CLÁUDIA DE FRANÇA MORAIS</b> Secretária de Saúde Secretaria <b>Municipal de Horizonte</b>

*“Este documento é parte integrante e contém cópia fiel dos dados do Termo de Referência original, tendo sido reproduzido em formato digital para fins de atendimento a inserção eletrônica nos portais, contudo, fora baseado no documento de origem o qual repousa dos autos”.*



**ANEXO I DO TR**

**ANEXO I DO TR**

**I.DISPOSIÇÃO DOS ITENS QUANTO A FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS (EM ATENDIMENTO AOS INCISOS I E III DO ART. 48 DA LEI Nº 123/2006).**

ITEM 01 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1.	436337	Fórmula infantil em pó de partida, indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, adicionada de ferro e selênio, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo prebióticos, com perfil de carboidratos de 100% lactose. Isenta de sacarose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,08	R\$ 19.200,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 01 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 19.200,00</b>

ITEM 02 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
2.	442836	Fórmula infantil em pó indicada para lactentes a partir dos 6 meses de vida, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo prebióticos. Isenta de sacarose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,07	R\$ 16.800,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 02 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 16.800,00</b>

ITEM 03 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
3.	436337	Fórmula infantil de segmento para lactentes a partir 6º mês de vida destinada à nutrição e proteção, com adição de prebióticos na concentração mínima de 0,4 g/100 mL após reconstituição do produto, conforme instruções do fabricante. Contendo proteínas do soro do leite e caseína, e com (Zinco, Selênio, Vitamina A, Nucleotídeos, LcPUFAs, DHA E ARA); enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega	GRAMAS	240.000	R\$ 0,08	R\$ 19.200,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 03 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 19.200,00</b>

ITEM 04 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
4.	436337	Fórmula infantil de segmento para lactentes a partir 6º mês de vida destinada à nutrição e proteção, com adição de prebióticos na concentração mínima de 0,4 g/100 mL após reconstituição do produto, conforme instruções do fabricante. Contendo proteínas do soro do leite e caseína, e com (Zinco, Selênio, Vitamina A, Nucleotídeos, LcPUFAs, DHA E ARA); enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,06	R\$ 14.400,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 04 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 14.400,00</b>



**ITEM 05 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
5.	602630	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,10	R\$ 24.000,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 05 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

**R\$ 24.000,00**

**ITEM 06 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
6.	432636	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,10	R\$ 24.000,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 06 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

**R\$ 24.000,00**

**ITEM 07 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
7.	464185	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos de idade, normocalórica, indicado para a prevenção da desnutrição, recuperação do estado nutricional anorexia e situações de baixa ingestão de nutrientes. Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	720.000	R\$ 0,10	R\$ 72.000,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 07 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**R\$ 72.000,00**

**ITEM 08 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
8.	464185	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos de idade, normocalórica, indicado para a prevenção da desnutrição, recuperação do estado nutricional anorexia e situações de baixa ingestão de nutrientes. Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,10	R\$ 24.000,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 08 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

**R\$ 24.000,00**

**ITEM 09 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
9.	613953	Fórmula nutricionalmente completa, em pó, específico para pacientes diabéticos e situações com necessidade de controle glicêmico, normocalórica, normo ou hiperprotéica a base de proteína de alto valor biológico, sendo a distribuição calórica com no mínimo de 15% de proteínas, 24% de carboidratos e 29% de lipídeos. Com no mínimo 15g/L de fibras. Sabor baunilha. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de	GRAMAS	2.160.000	R\$ 0,10	R\$ 216.000,00



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
**O TRABALHO CONTINUA**

		fabricação, lote, prazo de validade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.				
--	--	--	--	--	--	--

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 09 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**R\$**  
**216.000,00**

**ITEM 10 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
10.	613953	Fórmula nutricionalmente completa, em pó, específico para pacientes diabéticos e situações com necessidade de controle glicêmico, normocalórica, normo ou hiperprotéica a base de proteína de alto valor biológico, sendo a distribuição calórica com no mínimo de 15% de proteínas, 24% de carboidratos e 29% de lipídeos. Com no mínimo 15g/L de fibras. Sabor baunilha. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	720.000	R\$ 0,10	R\$ 72.000,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 10 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

**R\$**  
**72.000,00**

**ITEM 11 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
11.	435949	Fórmula infantil em pó, nutricionalmente completa, hipoalergênica, à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa (DHA e ARA) e nucleotídeos. Com composição de carboidratos contendo maltodextrina e lactose, isento de sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	432.000	R\$ 0,16	R\$ 69.120,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 11 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**R\$**  
**69.120,00**

**ITEM 12 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
12.	435949	Fórmula infantil em pó, nutricionalmente completa, hipoalergênica, à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa (DHA e ARA) e nucleotídeos. Com composição de carboidratos contendo maltodextrina e lactose, isento de sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	144.000	R\$ 0,16	R\$ 23.040,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 12 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

**R\$**  
**23.040,00**

**ITEM 13 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
13.	404749	Fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres 100%, isenta de proteínas lácteas, lactose, galactose e frutose. Nutricionalmente completa, não alergênica, com nucleotídeos, para uso oral ou enteral de crianças de 0 a 36 meses. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	432.000	R\$ 0,39	R\$ 168.480,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 13 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**R\$**  
**168.480,00**

**ITEM 14 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060  
CNPJ: 23.555.196/0001-86



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
O TRABALHO CONTINUA

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
14.	404749	Fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres 100%, isenta de proteínas lácteas, lactose, galactose e frutose. Nutricionalmente completa, não alergênica, com nucleotídeos, para uso oral ou enteral de crianças de 0 a 36 meses. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	144.000	R\$ 0,39	R\$ 56.160,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 14 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações** **R\$ 56.160,00**

**ITEM 15 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
15.	404749	Alimento para nutrição enteral ou oral, elementar à base de aminoácidos (100% aminoácidos livres) para crianças até 10 anos. Densidade calórica de 1.0 kcal/ml, adicionada de carboidratos, lipídios, vitaminas, minerais e oligoelementos. Isenta de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	216.000	R\$ 0,44	R\$ 95.040,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 15 - AMPLA PARTICIPAÇÃO** **R\$ 95.040,00**

**ITEM 16 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
16.	404749	Alimento para nutrição enteral ou oral, elementar à base de aminoácidos (100% aminoácidos livres) para crianças até 10 anos. Densidade calórica de 1.0 kcal/ml, adicionada de carboidratos, lipídios, vitaminas, minerais e oligoelementos. Isenta de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	72.000	R\$ 0,44	R\$ 31.680,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 16 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações** **R\$ 31.680,00**

**ITEM 17 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
17.	485863	COMPLEMENTO/SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, com proteínas lácteas, contendo no mínimo 20 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Rico em cálcio, ferro, zinco e vitaminas C e D. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	456.000	R\$ 0,07	R\$ 31.920,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 17 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações** **R\$ 31.920,00**

**ITEM 18 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
18.	466567	Suplemento oral especialmente planejado para oferecer nutrição equilibrada com ou sem fibras, contém no mínimo 20 vitaminas e minerais essenciais, inclusive antioxidantes, como as Vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno, rico em ácidos graxos mono e poliinsaturados. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	400.000	R\$ 0,08	R\$ 32.000,00



<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 18 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>	<b>R\$ 32.000,00</b>
---	----------------------

**ITEM 19 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
19.	404749	Fórmula infantil, semi- elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite com adição de LcPUFAS (DHA e ARA) e nucleotídeos para crianças de 0 a 36 meses Deve ser indicado para alergias a proteína do leite da vaca e da soja com faixa etária desde o nascimento. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	360.000	R\$ 0,22	R\$ 79.200,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 19 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**R\$ 79.200,00**

**ITEM 20 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
20.	404749	Fórmula infantil, semi- elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite com adição de LcPUFAS (DHA e ARA) e nucleotídeos para crianças de 0 a 36 meses Deve ser indicado para alergias a proteína do leite da vaca e da soja com faixa etária desde o nascimento. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	120.000	R\$ 0,22	R\$ 26.400,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 20 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

**R\$ 26.400,00**

**ITEM 21 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
21.	443370	Dieta enteral em pó, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (proteína isolada de soja com ou sem caseinato de cálcio) ou proteína do soro do leite, sem adição de fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten. Sabor baunilha. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	3.657.200	R\$ 0,08	R\$ 292.576,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 21 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**R\$ 292.576,00**

**ITEM 22 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
22.	443370	Dieta enteral em pó, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (proteína isolada de soja com ou sem caseinato de cálcio) ou proteína do soro do leite, sem adição de fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten. Sabor baunilha. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.142.800	R\$ 0,08	R\$ 91.424,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 22 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

**R\$ 91.424,00**

**ITEM 23 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
----	-----------------	---------------	-------------------	--------	-------------------------	----------------------



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
**O TRABALHO CONTINUA**

23.	403932	MÓDULO DE MALTODEXTRINA, isenta de sacarose, lactose e glúten. Não possui sabor. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	220.000	R\$ 0,06	R\$ 13.200,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 23 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 13.200,00</b>

<b>ITEM 24 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
24.	466567	Fórmula nutricional completa, podendo ser usada como suplemento nutricional, rica em vitaminas e minerais, incluindo antioxidantes, como as vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno. Rico em ácidos graxos mono e poli-insaturados. Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.400.000	R\$ 0,05	R\$ 70.000,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 24 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 70.000,00</b>

<b>ITEM 25 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
25.	442647	Nutrição hipercalórica e hiperprotéica, contendo Vitamina D para ajudar na recuperação da massa muscular. Densidade calórica: 1,5 kcal/ml. Sabor Baunilha. Embalagem: Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000	R\$ 0,07	R\$ 33.600,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 25 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 33.600,00</b>

<b>ITEM 26 - AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
26.	404997	Formula pediátrica para menores de 10 anos, com combinação de DHA e ARA, podendo conter prebióticos ou probióticos que, oferece 100% das principais vitaminas e minerais das recomendações. Sendo a fonte protéica: proteína soro do leite no mínimo (40%), podendo conter proteína de soja ou caseína. Podendo a fonte de carboidratos: conter ou não conter sacarose, com a presença de FOS. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.080.000	R\$ 0,08	R\$ 86.400,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 26 - AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>						<b>R\$ 86.400,00</b>

<b>ITEM 27 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
27.	404997	Formula pediátrica para menores de 10 anos, com combinação de DHA e ARA, podendo conter prebióticos ou probióticos que, oferece 100% das principais vitaminas e minerais das recomendações. Sendo a fonte protéica: proteína soro do leite no mínimo (40%), podendo conter proteína de soja ou caseína. Podendo a fonte de carboidratos: conter ou não conter sacarose, com a presença de FOS. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	360.000	R\$ 0,08	R\$ 28.800,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 27 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 28.800,00</b>



ITEM 28 - AMPLA PARTICIPAÇÃO						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
28.	405020	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 25% caseinato de sódio), com adição de fibras (mínimo de 15 g/l), isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	LT	3.750	R\$ 21,85	R\$ 81.937,50
VALOR ESTIMADO DO ITEM 28 - AMPLA PARTICIPAÇÃO						R\$ 81.937,50

ITEM 29 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
29.	405020	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 25% caseinato de sódio), com adição de fibras (mínimo de 15 g/l), isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	LT	1.250	R\$ 21,85	R\$ 27.312,50
VALOR ESTIMADO DO ITEM 29 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						R\$ 27.312,50

ITEM 30 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
30.	443511	Fórmula infantil para nutrição adequada de recém nascidos prematuros e/ou de alto risco com DHA, ARA e nucleotídeos, com relação proteica, proteína soro do leite/caseinato, proporcionando melhor digestibilidade e evitando distúrbios metabólicos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,10	R\$ 48.000,00
VALOR ESTIMADO DO ITEM 30 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						R\$ 48.000,00

ITEM 31 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
31.	436337	Fórmula infantil à base de proteínas lácteas, em pó, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, indicados para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, com predominância de soro do leite. Atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,07	R\$ 33.600,00
VALOR ESTIMADO DO ITEM 31 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						R\$ 33.600,00

ITEM 32 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações						
Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
32.	442836	Fórmula infantil à base de proteínas lácteas, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, em pó, indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida, com mínimo de 40% de caseína e 60% de proteínas do soro do leite, com mínimo de 70% lactose e até 30% maldodextrina. Atender todas as recomendações do	GRAMAS	480.000	R\$ 0,06	R\$ 28.800,00



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
O TRABALHO CONTINUA

		Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.				
--	--	---	--	--	--	--

<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 32 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>	<b>R\$ 28.800,00</b>
---	----------------------

**ITEM 33 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
33.	453662	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses com distribuição de macronutrientes (100% de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada), distribuição de carboidratos com 100% lactose, com DHA, ARA e Nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,06	R\$ 28.800,00

<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 33 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>	<b>R\$ 28.800,00</b>
---	----------------------

**ITEM 34 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
34.	453663	Fórmula infantil de partida para lactantes a partir de 6 (seis) meses, com distribuição de macronutrientes (100% de proteína do soro de leite parcialmente hidrolisada), distribuição de carboidratos com 100% lactose e com lipídios com DHA, ARA e nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,07	R\$ 33.600,00

<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 34 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>	<b>R\$ 33.600,00</b>
---	----------------------

**ITEM 35 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
35.	436337	Fórmula infantil de partida com predominância de soro de leite, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, 100% lactose; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,05	R\$ 24.000,00

<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 35 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>	<b>R\$ 24.000,00</b>
---	----------------------

**ITEM 36 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
36.	442836	Fórmula infantil de seguimento com proteínas, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, com maltodextrina e lactose, DHA; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00

<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 36 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>	<b>R\$ 38.400,00</b>
---	----------------------

**ITEM 37 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
37.	434212	Fórmula infantil de seguimento desenvolvida para lactentes a partir do décimo mês de vida ou a partir do 12º mês, adicionada de ferro, prebióticos (microbiota intestinal), DHA, ARA e nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
O TRABALHO CONTINUA

<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 37 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>	<b>R\$ 38.400,00</b>
---	----------------------

**ITEM 38 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
38.	432350	Fórmula infantil isenta de lactose, à base de proteína do soro do leite ou caseína, contendo DHA e ARA, nucleotídeos, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); é enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	400.000	R\$ 0,09	R\$ 36.000,00

<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 38 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>	<b>R\$ 36.000,00</b>
---	----------------------

**ITEM 39 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
39.	480873	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos, em pó, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 12% de proteína), a base de proteína de alto valor biológico (mínimo de 44% proteína do soro do leite e 48% caseinato). Isento de glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.050.000	R\$ 0,08	R\$ 84.000,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 39 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**R\$ 84.000,00**

**ITEM 40 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
40.	480873	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos, em pó, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 12% de proteína), a base de proteína de alto valor biológico (mínimo de 44% proteína do soro do leite e 48% caseinato). Isento de glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	350.000	R\$ 0,08	R\$ 28.000,00

<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 40 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>	<b>R\$ 28.000,00</b>
--	----------------------

**ITEM 41 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
41.	485863	COMPLEMENTO ALIMENTAR, lácteo, formulado com leite em pó integral, com no mínimo 25 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	456.000	R\$ 0,08	R\$ 36.480,00

<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 41 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>	<b>R\$ 36.480,00</b>
---	----------------------

**ITEM 42 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
42.	438837	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica, rica em proteína isolada de soja (com no mínimo 70% proteína isolada de	LT	18.750	R\$ 19,50	R\$ 365.625,00

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060  
CNPJ: 23.555.196/0001-86



		soja), sem adição de fibras, com TCM, isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.				
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 42 - AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>						<b>R\$ 365.625,00</b>

**ITEM 43 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
43.	438837	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica, rica em proteína isolada de soja (com no mínimo 70% proteína isolada de soja), sem adição de fibras, com TCM, isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	LT	6.250	R\$ 19,50	R\$ 121.875,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 43 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 121.875,00</b>

**ITEM 44 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
44.	469233	Espessante e gelificante para alimentos, suplementos e líquidos com composição de maltodextrina, goma xantana ou gelificante cloreto de potássio. Sem glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	216.000	R\$ 0,14	R\$ 30.240,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 44 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 30.240,00</b>

**ITEM 45 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
45.	453027	Fórmula imunomoduladora, hiperprotéica, nutricionalmente completa, para suprir tanto às necessidades nutricionais quanto metabólicas de pacientes gravemente enfermos em estado ou com risco de infecção. É enriquecido com L-arginina, ácidos graxos w-3, EPA e DHA, com ou sem sacarose, lactose e isento de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 45 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 38.400,00</b>

**ITEM 46 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
46.	435252	Suplemento específico para pacientes oncológicos, nutricionalmente completo, pronto para beber, hiperprotéico, hipercalórico e enriquecido com EPA (ômega 3), sendo acrescido de mix de fibras e mix de carotenóides. Isento de lactose e glúten. Unidade de no mínimo 125 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 46 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 38.400,00</b>

**ITEM 47 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**



Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
47.	442647	Suplemento oral, líquido, hipercalórico e hiperprotéico, nutricionalmente completo, indicado para pacientes com necessidades nutricionais aumentadas de proteínas e energia. Sendo a distribuição de macronutrientes no mínimo 24% de proteína e 31% de lipídio. Sendo isento de lactose e glúten. Embalagem de 200 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega	ML	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 47 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

**R\$ 38.400,00**

**ITEM 48 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
48.	453027	Fórmula modificada para nutrição enteral ou oral, hiperprotéica, desenvolvida especificamente para a cicatrização de lesão por pressão (LPP) e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Acrescida de arginina e com alto teor de micronutrientes relacionados à cicatrização (zinco, selênio, vitamina C, A e E). Sendo isenta de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 48 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

**R\$ 38.400,00**

**ITEM 49 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
49.	432316	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas específicas como refluxo e/ou regurgitação com perfil de proteínas lácteas (soro do leite e caseína), apresentando um mix de gorduras que inclui os ácidos graxos essenciais, vitaminas e minerais com DHA, ARA e prebióticos e/ou probióticos. Isenta de Glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 49 - EXCLUSIVA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso I do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

**R\$ 38.400,00**

**ITEM 50 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
50.	Não Localizado	Fórmula para nutrição enteral e oral normocalórica, normoprotéica e hiperlipídica, com alto teor de cloreto, zinco, molibdênio e vitaminas A, D, E, C e B6, indicada para pacientes que necessitam de uma nutrição com TGFβ-2, que contribui para a ação anti-inflamatória e reparadora da mucosa intestinal. Sendo isenta de lactose. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	180.000	R\$ 0,70	R\$ 126.000,00

**VALOR ESTIMADO DO ITEM 50 - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**R\$ 126.000,00**

**ITEM 51 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações**

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
----	-----------------	---------------	-------------------	--------	-------------------------	----------------------



51.	Não Localizado	Fórmula para nutrição enteral e oral normocalórica, normoprotéica e hiperlipídica, com alto teor de cloreto, zinco, molibdênio e vitaminas A, D, E, C e B6, indicada para pacientes que necessitam de uma nutrição com TGFβ-2, que contribui para a ação anti-inflamatória e reparadora da mucosa intestinal. Sendo isenta de lactose. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	60.000	R\$ 0,70	R\$ 42.000,00
<b>VALOR ESTIMADO DO ITEM 51 - COTA RESERVADA P/ ME/EPP - Em atendimento ao inciso III do Art. 48 da Lei Nº 123/2006 e suas alterações</b>						<b>R\$ 42.000,00</b>

<b>VALOR GLOBAL DA LICITAÇÃO</b>	<b>R\$ 3.175.710,00</b>
----------------------------------	-------------------------

## 02. DETALHAMENTO DO OBJETO

02.1. O objeto da presente contratação consiste na aquisição de suplementos nutricionais, fórmulas infantis, dietas enterais, módulos e produtos nutricionais especializados, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria de Saúde do Município de Horizonte/CE, visando garantir suporte nutricional adequado aos usuários do SUS.

02.2. A contratação está estruturada em 51 itens, contemplando produtos com diferentes composições e finalidades clínicas, tais como:

- Fórmulas infantis (de partida, seguimento, hipoalergênicas, à base de soja, aminoácidos e para necessidades específicas como refluxo e prematuridade);
- Fórmulas pediátricas destinadas à prevenção e recuperação do estado nutricional;
- Dietas enterais (em pó e líquidas), nutricionalmente completas;
- Suplementos nutricionais orais (normocalóricos, hipercalóricos, hiperproteicos e especializados, inclusive para pacientes diabéticos, oncológicos e com necessidades específicas);
- Módulos nutricionais (como maltodextrina e espessantes);
- Fórmulas imunomoduladoras e cicatrizantes, entre outros produtos correlatos.

02.3. Os itens foram organizados com base nas diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006, sendo:

- Itens exclusivos para ME/EPP, conforme inciso I do art. 48;
- Itens com cota reservada para ME/EPP, conforme inciso III do art. 48;
- Itens de ampla participação, garantindo competitividade.

02.4. Todos os produtos deverão atender às especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, incluindo requisitos nutricionais, composição, indicação de uso, bem como prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses no momento da entrega.

02.5. Adicionalmente, será obrigatória a apresentação de ficha técnica do produto para todos os itens, conforme previsto no Anexo I do TR, sendo a sua ausência motivo de desclassificação.

02.6. O valor global estimado da contratação é de R\$ 3.175.710,00, com fornecimento parcelado conforme a demanda da Administração, durante a vigência contratual.

## 03. DA COMPROVAÇÃO DA CONFORMIDADE TÉCNICA E SANITÁRIA DO PRODUTO

03.1. Após o encerramento da etapa de lances e definição da melhor oferta, e previamente à fase de habilitação, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, quando solicitado pelo pregoeiro por meio do sistema eletrônico, apresentar **ficha técnica do produto ou documento equivalente** emitido pelo fabricante,



contendo as especificações técnicas do produto ofertado, com a finalidade de demonstrar sua conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

03.1.1. O licitante convocado deverá apresentar a documentação no prazo de até **2 (duas) horas**, contados da solicitação realizada pelo pregoeiro no sistema eletrônico.

03.2.A ficha técnica do produto ou documento oficial do fabricante equivalente deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I – marca comercial do produto;
- II – denominação específica;
- III – composição nutricional completa;
- IV – indicação de faixa etária, quando aplicável;
- V – características técnicas compatíveis com as especificações neste Termo de Referência;
- VI – tipo de embalagem (lata, frasco, sachê, tetra pak ou equivalente);
- VII – peso ou volume líquido por unidade de embalagem;
- VIII – número de registro, notificação ou indicação de dispensa junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável.

03.3. A comprovação da regularização sanitária do produto ofertado poderá ocorrer por meio de:

- I – número de registro sanitário na ANVISA, quando exigido pela regulamentação aplicável;
- II – número de notificação sanitária, quando aplicável à categoria regulatória do produto;
- III – comprovação de dispensa de registro ou notificação, quando o produto estiver enquadrado em categoria regulamentar dispensada, conforme normas vigentes da ANVISA.

03.4. A comprovação da regularidade sanitária poderá ser realizada mediante:

- I – documento emitido pelo fabricante;
- II – cópia de publicação oficial;
- III – consulta extraída do portal eletrônico da ANVISA;
- IV – outro documento equivalente que permita a verificação da regularidade sanitária do produto.

03.5. Sempre que possível, o licitante deverá indicar link, código ou número de processo que permita a verificação pública das informações no sistema oficial da ANVISA.

03.6. A apresentação de ficha técnica do produto ou documento equivalente possui finalidade exclusiva de verificação da conformidade técnica e sanitária do produto ofertado em relação às especificações constantes do Termo de Referência, não se caracterizando como documento de habilitação do licitante, mas como elemento de análise da proposta. Tal exigência encontra fundamento no art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza, na fase de julgamento, a realização de análise da conformidade da proposta, por meio de instrumentos destinados à verificação de sua aderência às especificações do termo de referência ou projeto básico, inclusive mediante amostras, exames de conformidade ou outros testes de interesse da Administração. Considerando a natureza do objeto, que envolve produtos destinados à área da saúde e sujeitos a controle regulatório, a exigência justifica-se pela necessidade de aferição prévia da regularidade sanitária e das características técnicas dos produtos ofertados, como condição para o julgamento objetivo da proposta.

03.7. Nos termos do art. 59, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a verificação da conformidade das propostas poderá ser realizada exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, razão pela qual a exigência prevista no item anterior será direcionada ao licitante provisoriamente vencedor, assegurando racionalidade procedimental, eficiência administrativa e preservação da competitividade do certame.

03.8. Na hipótese de ficha técnica do produto ou documento equivalente:



- I – apresentar especificações divergentes das exigidas neste Termo de Referência;
- II – não demonstrar de forma inequívoca o atendimento integral aos requisitos técnicos estabelecidos;
- III – ou não permitir a verificação da regularidade sanitária do produto perante a ANVISA,

a proposta será desclassificada, procedendo-se à convocação do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

03.9. A análise técnica dos documentos apresentados poderá ser acompanhada por qualquer interessado, observados os princípios da transparência e da publicidade.

03.10. A exigência prevista neste item aplica-se a todos os itens do presente procedimento licitatório.

03.11. Os documentos apresentados estarão sujeitos à análise e validação por servidor designado pela Administração do Município de Horizonte, a fim de garantir que os produtos ofertados atendam integralmente às exigências do edital.

03.11.1. A análise técnica dos documentos será realizada no prazo de até **03 (três) dias úteis**, podendo ser prorrogado mediante justificativa, e será **conduzida por servidor formalmente designado pela Secretaria de Saúde, com conhecimento compatível com o objeto.**

03.11.2. A Administração poderá realizar diligências para esclarecimento ou complementação das informações apresentadas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente da proposta.

03.11.3. O resultado da análise técnica será devidamente motivado e registrado nos autos do processo licitatório, com indicação expressa do atendimento ou não às especificações técnicas e sanitárias exigidas.



## ANEXO II DO TR RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de licitação, o(s) licitante(s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

### a. Habilitação jurídica

A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à **comprovação de existência jurídica da pessoa** e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (Art. 66 da Lei Federal nº 14.133/21), devendo ser observado e apresentado, se for:

- a.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- a.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- a.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- a.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- a.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- a.7. Ato de autorização para o exercício da atividade.

**Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

### b. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- b.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b.3. Prova de regularidade com a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- b.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943).
- b.6. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Esta declaração ficará dispensada em caso de procedimento eletrônico onde o proponente opte por assinalar a opção constante do sistema).



b.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**c. Qualificação Econômico-Financeira**

c.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado no órgão competente de origem)

c.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

c.3. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

c.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

c.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

c.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**d. Qualificação Técnica**

d.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de produtos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

d.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

d.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

d.4. Comprovação de regularidade junto à autoridade sanitária competente, mediante apresentação de Alvará Sanitário ou Licença Sanitária válida, compatível com o objeto licitado.

**e. Declarações**

e.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

e.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

e.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do termo de referência e seus anexos;

e.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.



PREFEITURA DE  
**HORIZONTE**  
O TRABALHO CONTINUA

e.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**Obs.:** As declarações acima são facultativas, haja vista que, caso as declarações não sejam elaboradas em documento específico e anexados na plataforma pelo Licitante, as mesmas poderão ser extraídas da Plataforma Compras.gov.br, não sendo a ausência destas motivo de inabilitação.





**ANEXO III DO TR**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Nº 0501.260226.01/2026-SESAU.**

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP foi realizado no período de 26 de fevereiro de 2026 a 06 de maio de 2026, em consonância com o inciso XX do art. 6º, §1º do art. 18º e com o Decreto Municipal nº 450/2023, de 28 de dezembro de 2023, a qual demonstra o resultado de todas as etapas transcorridas para fins de verificação da viabilidade da demanda. Esse estudo foi originado por equipe de planejamento designada a este fim, a partir da Documento de Formalização da Demanda – DFD constante do Plano de Contratação Anual – PCA do município, onde, conforme planejamento fixado, a demanda deve ser promovida para fins de atendimento as necessidades da Administração, tudo conforme parte “A” desse documento. Em seguida, realizou-se os trabalhos condizentes a análise de mercado, verificação e escolha da solução a que melhor se adequa as necessidades do(s) órgão(s) demandante(s) e levantamento do quantitativo adequado a demanda, assim como, a estimativa de preços do objeto para fins de orçamento, tudo isso, no sentido de verificar a viabilidade técnica e financeira do objeto, consoante dispõe a parte “B” do estudo. Posteriormente, adentrou-se as condições inerentes a contratação, seja pelas definições necessárias ao procedimento administrativo futuro ou, ainda, pelas demais peculiaridades do objeto a que precisam ser levantadas para fins de verificação dos requisitos previstos na legislação, nos termos da parte “C”. Por fim, pontuou-se os elementos condizentes aos resultados pretendidos e as demais condições de observância necessárias para fins de garantia da eficácia do objeto e a viabilidade da demanda, conforme tópico “D”. A parte “E” refere-se as justificativas condizentes ao objeto e os anexos que instruem e embasam a demanda.

Deste modo, o Estudo Técnico Preliminar – ETP será composto por:

PARTE A – INFORMAÇÕES GERAIS E PLANEJAMENTO DA DEMANDA.

PARTE B – DA DEFINIÇÃO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO OBJETO E DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DA DEMANDA.

PARTE C – CONDIÇÕES E DETALHAMENTOS NECESSÁRIOS A CONTRATAÇÃO.

PARTE D – RESULTADOS ALMEJADOS E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO.

PARTE E – JUSTIFICATIVAS E ANEXOS.

A seguir detalhamos cada parte a que compõe o presente estudo, sendo:

**PARTE A – INFORMAÇÕES GERAISE PLANEJAMENTO DA DEMANDA**

**1. DO OBJETO:**

O objetivo do presente estudo é garantir o fornecimento contínuo, regular e adequado de suplementos nutricionais, fórmulas dietoterápicas e produtos correlatos, essenciais à promoção, recuperação e manutenção do estado nutricional dos usuários atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Horizonte/CE.



**2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)**

Consta a previsão da contratação do objeto junto ao **PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA** referente ao exercício de **2026**, com ID nº **23555196000186-0-000001/2026**, DFD nº **390/2025**, com data de publicação no **PNCP em 28/07/2025**, com última alteração datada de **26/02/2026**.

**PARTE B – DA DEFINIÇÃO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO OBJETO E DA VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA DA DEMANDA**

**3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART.18º, §1º, INCISO V DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)**

Com base nas necessidades definidas, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, levando-se em conta aspectos técnicos, de economicidade, eficácia, eficiência e padronização. Para a contratação dos produtos a serem ofertados, sob a Lei Federal nº 14.133/2021, especificamente atendendo ao Art. 18, §1º, Inciso V, que trata da justificativa técnica e econômica na escolha da solução, precisamos considerar alternativas comuns para o fornecimento, pontuando suas vantagens e desvantagens respectivamente:

**Solução 01. Manipulação individualizada por farmácias de manipulação especializada ou produção artesanal/local**

**Vantagens:**

Possibilidade de personalização específica da fórmula.

Ajuste individualizado de composição nutricional.

**Desvantagens:**

Exige controle sanitário equivalente ao industrial, com necessidade de estrutura certificada.

Menor estabilidade e menor prazo de validade.

Dificuldade de padronização.

Logística mais complexa para atendimento de grande volume de pacientes.

Potencial aumento de custo unitário, pois não se identificaram fornecedores locais com escala compatível.

Maior dificuldade de controle de estabilidade nutricional em larga escala.

Capacidade de produção restrita a formulas infantis.

**Solução 02. Aquisição de suplementos nutricionais industrializados por meio de adesão a atas de registro de preços vigentes.**

**Vantagens:**

Possibilidade de otimização administrativa quando houver compatibilidade técnica e vantajosidade comprovada, o que dispensa nova licitação.

Economia processual: evita custos administrativos e tempo com fases de licitação.

Possibilidade de preços vantajosos negociados em larga escala.

Adequada para aquisições padronizadas e de uso comum.



**Desvantagens:**

Dependência de condições e vigência do contrato original.

Risco de inadequação do objeto ao contexto local, se a especificação for genérica ou mal dimensionada.

Possibilidade de limitação de quantitativos ou restrição da participação por cláusulas específicas da ata originária.

Necessidade de análise jurídica rigorosa da vantajosidade e compatibilidade com o planejamento do órgão aderente.

**Solução 03. Aquisição compartilhada regional de suplementos nutricionais por meio de consórcio público**

**Vantagens:**

Ganhos de escala: maior poder de negociação, diluição de custos.

Aproveitamento de estruturas já existentes, como centrais de compras ou centrais de regulação regionais.

Pode permitir aquisições regionais integradas.

Planejamento regional da saúde, alinhado com o SUS e as pactuações intermunicipais.

**Desvantagens:**

Exige formalização legal e administrativa do consórcio ou associação, com previsão orçamentária e contrato de rateio entre entes;

Dependência da governança do consórcio: pode haver divergência de interesses entre os membros.

Processos decisórios mais lentos, dependendo da participação de vários entes.

Necessidade de compatibilidade de demanda entre os entes consorciados.

**Solução 04. Aquisição de alimentação nutricional suplementar por meio de fornecedor**

**Vantagens:**

Padronização da qualidade e composição dos suplementos.

Maior controle e rastreabilidade dos produtos fornecidos.

Simplificação do processo de gestão e fiscalização contratual.

Possibilidade de fornecimento programado, reduzindo risco de desabastecimento.

**Desvantagens:**

Necessidade de adequada estruturação contratual para mitigação de riscos de descontinuidade no fornecimento.

Menor flexibilidade para troca de marca durante a vigência do contrato.

Necessidade de planejamento adequado de estoque para evitar desabastecimento.

**Solução 05. Fornecimento por meio de Produção interna municipal**

**Vantagens:**

Maior autonomia administrativa.

Possibilidade de personalização das dietas.

Controle direto do processo produtivo.

Potencial redução de custo unitário (em escala adequada).

Integração com políticas locais de alimentação e nutrição

**Desvantagens:**

Necessidade de estrutura física específica.

Exigências regulatórias sanitárias rigorosas.



Alto investimento inicial.  
Risco sanitário ampliado.  
Dificuldade de padronização e estabilidade.  
Custo operacional contínuo elevado.  
Responsabilização direta do Município por eventuais intercorrências.  
Necessidade de licenciamento sanitário específico e responsável técnico permanente

### **3.1. DA ANÁLISE E CONCLUSÃO TÉCNICA:**

A análise das alternativas para atendimento da demanda de alimentação nutricional suplementar no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Horizonte/CE foi realizada considerando critérios técnicos, sanitários, operacionais e econômicos, com o objetivo de identificar a solução que melhor assegure a continuidade do atendimento aos pacientes e a adequada aplicação dos recursos públicos.

A possibilidade de manipulação individualizada por farmácias de manipulação especializada ou por meio de produção artesanal/local, embora permita maior personalização das fórmulas nutricionais conforme prescrição específica, apresenta limitações relevantes quando analisada sob a perspectiva da escala de atendimento municipal, não podem produzir formulas/leites infantis. Produtos manipulados tendem a possuir menor estabilidade, prazo de validade reduzido e maior variabilidade de composição quando comparados a suplementos industrializados submetidos a controle rigoroso em larga escala.

Além disso, a inexistência de farmácias de manipulação especializada no município, levada em consideração também a logística de produção sob demanda para um volume elevado de pacientes pode se tornar mais complexa, com potencial aumento do custo unitário e maior dificuldade de controle da estabilidade nutricional ao longo do tempo. Assim, apesar de tecnicamente possível, essa alternativa revela-se menos segura e menos previsível para atendimento contínuo e padronizado da demanda pública.

No que se refere à aquisição por meio de adesão a atas de registro de preços vigentes, reconhece-se que tal mecanismo pode representar otimização administrativa quando houver plena compatibilidade técnica e vantajosidade comprovada. Entretanto, essa alternativa depende das condições previamente estabelecidas por outro órgão gerenciador, incluindo especificações técnicas, quantitativos disponíveis e vigência contratual. Há, ainda, o risco de inadequação do objeto às necessidades específicas do Município, caso as especificações constantes na ata não reflitam integralmente a realidade local. Dessa forma, embora possa ser utilizada de maneira complementar ou eventual, não se configura, por si só, como solução autônoma capaz de garantir o atendimento integral e planejado da demanda identificada.

A aquisição compartilhada regional por meio de consórcio público também foi considerada, especialmente sob a perspectiva de ganhos de escala e diluição de custos. Todavia, sua viabilidade depende da existência de estrutura do consórcio formalmente instituída, compatibilidade de demandas entre os entes participantes, governança administrativa estável e alinhamento orçamentário e contratual entre os municípios envolvidos. Na ausência de tais condições estruturais, a alternativa não apresenta viabilidade imediata, podendo implicar processos decisórios mais lentos e dependência de fatores externos à gestão municipal.



Quanto à produção interna municipal das fórmulas nutricionais, embora represente maior autonomia administrativa e possibilidade de personalização das dietas, tal alternativa exigiria estrutura física adequada às normas sanitárias, licenciamento específico, responsável técnico permanente, investimento inicial significativo em equipamentos e controle de qualidade, além de custos operacionais contínuos. Ademais, a responsabilidade direta do Município por eventuais intercorrências sanitárias ampliaria o risco institucional. Considerando a inexistência de estrutura industrial própria e os elevados custos de implantação e manutenção, essa solução mostra-se estruturalmente inviável no cenário atual.

Diante desse panorama, a aquisição de alimentação nutricional suplementar industrializada por meio de fornecedor especializado revela-se a alternativa tecnicamente mais segura e economicamente mais previsível. Essa solução assegura é tecnicamente consolidada no setor público, largamente aplicada por entes de perfil semelhante, e permite a prestação do serviço de forma imediata e contínua, com total compatibilidade com a infraestrutura existente. Trata-se de modelo padronizado, com maturidade logística, segurança operacional e aderência legal, o qual transfere a responsabilidade técnica e regulatória ao fornecedor contratado, sem necessidade de investimento inicial em ativos permanentes por parte da Administração.

Assim, sob os aspectos sanitário, operacional e econômico, a aquisição de suplementos nutricionais industrializados junto a fornecedor especializado demonstra-se a alternativa que melhor atende à necessidade pública identificada, garantindo continuidade do atendimento aos pacientes, segurança nutricional e adequada aplicação dos recursos públicos.

A solução selecionada demonstra-se a mais adequada sob a ótica da economicidade global, eficiência administrativa, segurança sanitária e continuidade assistencial, não se revelando proporcional, no cenário atual, a adoção de soluções que demandariam estrutura produtiva própria ou arranjos interinstitucionais ainda não formalizados.

### **3.2. DA ANÁLISE ECONÔMICA COMPARATIVA E CONCLUSÃO TÉCNICA**

No que se refere à análise econômica das alternativas, destaca-se que foi possível obter estimativa de preços de mercado apenas para a Solução 04 (aquisição de suplementos nutricionais industrializados por meio de fornecedor especializado), por tratar-se de modelo amplamente praticado no mercado nacional, com fornecedores consolidados, parâmetros objetivos de cotação, histórico de contratações públicas comparáveis e padronização técnica suficiente para permitir pesquisa de preços com base metodológica adequada.

As demais alternativas, embora tecnicamente examinadas, não permitiram a obtenção de estimativas econômicas confiáveis, comparáveis e metodologicamente seguras no momento da instrução processual, pelas razões a seguir expostas.

No tocante à manipulação individualizada por farmácias de manipulação, a alternativa depende de prescrição personalizada, volume variável de produção, fórmulas específicas e logística sob demanda, fatores que inviabilizam a padronização prévia de quantitativos e composição nutricional. Ademais, constatou-se a inexistência, no âmbito municipal, de farmácias de manipulação especializadas aptas à produção de fórmulas infantis e dietas com perfil clínico específico, bem como a ausência de escala produtiva compatível com a demanda estimada. Assim, qualquer tentativa de estimativa de custo representaria mera projeção hipotética, sem base objetiva comparável ou



parâmetros mercadológicos consolidados, o que comprometeria a fidedignidade da análise econômica.

Quanto à adesão a atas de registro de preços vigentes, sua viabilidade depende da existência simultânea de ata ativa, compatibilidade técnica integral do objeto, saldo quantitativo disponível e manutenção de vigência no momento da contratação. Tais elementos são variáveis e condicionados a fatores externos à Administração Municipal. Dessa forma, eventual estimativa baseada em ata de terceiros configuraria parâmetro incerto, dependente de circunstâncias supervenientes e não controláveis, o que inviabiliza sua utilização como base econômica concreta para fins de comparação estruturada.

No caso da aquisição por meio de consórcio público, a estimativa econômica encontra-se diretamente vinculada à estrutura consorcial, número de entes participantes, escala regional, modelo de governança, contrato de rateio e planejamento integrado, elementos que inexistem ou não se encontram formalmente consolidados no cenário atual do Município. A ausência desses pressupostos impede a construção de simulação econômico-financeira realista, sendo qualquer projeção baseada em hipótese futura de estruturação administrativa, o que não atende ao requisito de objetividade exigido para comparação de custo global.

No que concerne à produção interna municipal, sua mensuração econômica demandaria estudo específico de viabilidade técnico-financeira, contemplando investimento inicial em infraestrutura física adequada, aquisição de equipamentos industriais, adequação às normas sanitárias vigentes, obtenção de licenciamento específico, contratação de responsável técnico habilitado, estruturação de controle laboratorial, aquisição regular de insumos e custeio permanente de pessoal, manutenção e utilidades. Trata-se, portanto, de hipótese de verticalização produtiva com mudança estrutural da Administração, exigindo modelagem econômico-financeira própria e autônoma, distinta da simples aquisição de produtos. Não se trata de alternativa de mercado diretamente comparável, mas de projeto estrutural de médio e longo prazo, cuja análise extrapola os limites deste procedimento.

Dessa forma, conclui-se que a única alternativa que apresentou viabilidade econômica concreta, previsibilidade operacional e possibilidade real de estimativa de custo global foi a aquisição de suplementos nutricionais industrializados junto a fornecedor especializado.

Ressalte-se, ainda, que a análise de custo global não se restringe ao valor unitário do produto, devendo considerar a totalidade dos impactos financeiros e institucionais da contratação, incluindo:

- inexistência de investimento inicial em infraestrutura produtiva;
- ausência de custos permanentes de pessoal técnico especializado;
- inexistência de despesas com adequação sanitária industrial;
- mitigação de riscos regulatórios e sanitários;
- previsibilidade orçamentária;
- escalabilidade conforme a demanda assistencial;
- ausência de geração de passivos estruturais permanentes.

Sob essa perspectiva sistêmica, a Solução 04 demonstra-se economicamente mais racional e proporcional, pois concentra os custos exclusivamente na aquisição do produto final, transferindo ao fornecedor a responsabilidade produtiva, sanitária e regulatória, sem criação de encargos estruturais ou despesas continuadas adicionais para o Município.



Ademais, trata-se de modelo consolidado na Administração Pública, com maturidade logística, segurança jurídica e compatibilidade imediata com a infraestrutura existente da Secretaria Municipal de Saúde, o que reforça sua adequação ao contexto fático atual.

Assim, conclui-se que:

- A Solução 04 é a alternativa com estimativa econômica objetiva obtida por meio de pesquisa de mercado idônea e comparável;
- As demais alternativas, embora conceitualmente analisadas, não apresentaram condições concretas de mensuração econômica segura, seja por dependência de fatores externos, ausência de estrutura local ou necessidade de investimento estrutural autônomo;
- A escolha observa os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e gestão de riscos previstos na Lei nº 14.133/2021, apresentando menor risco institucional, maior previsibilidade orçamentária e melhor relação custo-benefício no cenário atual.

Resta, portanto, tecnicamente justificada e economicamente fundamentada a escolha da aquisição de alimentação nutricional suplementar por meio de fornecedor especializado como alternativa mais vantajosa para o atendimento da necessidade pública identificada, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO (ART.18º, §1º, INCISO I DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)**

A presente contratação tem por finalidade assegurar o fornecimento contínuo e adequado de suplementos nutricionais, fórmulas dietoterápicas e demais produtos correlatos, indispensáveis ao atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Horizonte/CE, em consonância com os princípios da universalidade, integralidade e equidade da atenção à saúde.

A necessidade decorre da existência de demanda crescente e permanente por dietoterapia especializada, destinada a pacientes que apresentam comprometimento do estado nutricional em razão de condições clínicas específicas, tais como desnutrição, doenças crônicas, neoplasias, síndromes metabólicas, distúrbios gastrointestinais, condições neurológicas, prematuridade, entre outras patologias que exigem suporte nutricional diferenciado, conforme prescrição clínica e nutricional.

##### **4.1.Problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público**

O problema central consiste no risco de descontinuidade do tratamento dietoterápico de pacientes assistidos pela rede municipal de saúde, em razão da insuficiência ou irregularidade no fornecimento de suplementos nutricionais e fórmulas específicas. Tal cenário compromete a efetividade das ações de saúde, potencializa o agravamento do quadro clínico dos usuários e gera impactos negativos tanto para a saúde pública quanto para a gestão do sistema municipal de saúde.

A ausência ou insuficiência desses insumos pode resultar em:



- agravamento do estado nutricional e clínico dos pacientes;
- aumento da morbimortalidade associada a doenças evitáveis;
- prolongamento de internações hospitalares e maior demanda por serviços de média e alta complexidade;
- elevação dos custos assistenciais para o Município;
- comprometimento da efetividade das políticas públicas de saúde.

Dessa forma, a contratação proposta visa garantir a continuidade do cuidado, a integralidade da assistência e a redução de riscos à saúde da população, configurando-se como medida essencial ao interesse público.

#### 4.2. Público atendido

O público beneficiário da contratação é composto por usuários do SUS atendidos pela rede municipal de saúde, abrangendo:

- recém-nascidos, crianças e adolescentes;
- gestantes e puérperas;
- adultos e idosos;
- pessoas com deficiência ou necessidades especiais;
- pacientes com doenças crônicas, degenerativas ou oncológicas;
- indivíduos em estado de vulnerabilidade nutricional ou social.

Trata-se de público heterogêneo, cuja condição clínica demanda suporte nutricional específico como parte integrante do tratamento terapêutico, conforme protocolos assistenciais e prescrição de profissionais habilitados.

#### 4.3. Inserção nas políticas públicas e ações governamentais

A contratação está inserida no âmbito das políticas públicas de saúde desenvolvidas pelo Município, especialmente no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), da Atenção Especializada e da Rede de Atenção à Saúde (RAS), incluindo ações vinculadas a programas e estratégias como:

1. Estratégia Saúde da Família (ESF);
2. Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB);
3. Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN);
4. Política Nacional de Atenção Básica (PNAB);
5. ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde.

Os produtos objeto da contratação integram o conjunto de insumos necessários à execução dessas políticas, sendo utilizados como suporte terapêutico complementar à alimentação oral e/ou enteral, conforme avaliação clínica e nutricional.

#### 4.4. Fundamentação legal da demanda



A necessidade da contratação encontra respaldo no arcabouço constitucional, legal e infralegal aplicável, destacando-se:

Constituição Federal de 1988: Art. 196: estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde.

Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde): Art. 2º e art. 6º: dispõem sobre o dever do Estado de garantir a saúde e a integralidade da assistência.

Lei nº 8.142/1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei Federal nº 14.133/2021: Art. 18, §1º, inciso I: exige a descrição da necessidade da contratação, considerada a perspectiva do interesse público.

Portaria GM/MS nº 687/2006 (PNAN) e normativos posteriores: instituem a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, reforçando a responsabilidade do gestor público na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Normas técnicas e protocolos clínicos do Ministério da Saúde e do SUS, que orientam a prescrição e o uso de dietas e suplementos nutricionais no âmbito da assistência à saúde.

#### 4.5. Justificativa da necessidade do objeto

A aquisição de suplementos nutricionais e fórmulas específicas configura-se como medida indispensável à manutenção da assistência integral à saúde, uma vez que tais insumos constituem componente essencial do tratamento de pacientes em situação de risco nutricional.

**A contratação se justifica pela natureza continuada da demanda, pela imprevisibilidade individual das necessidades clínicas e pela obrigação legal do Município em assegurar o atendimento adequado aos usuários do SUS.** Ademais, a disponibilidade regular desses produtos contribui para:

- melhoria dos desfechos clínicos;
- redução de complicações e internações evitáveis;
- otimização dos recursos públicos;
- fortalecimento das ações de promoção e recuperação da saúde.

Portanto, a presente contratação revela-se necessária, adequada e proporcional ao interesse público, constituindo instrumento essencial para o cumprimento do dever constitucional do Município de Horizonte/CE de garantir o direito fundamental à saúde, mediante a oferta contínua, eficiente e integral de ações e serviços de saúde à população.

Em relação ao procedimento para viabilizar a contratação e aquisição, a instauração de processo licitatório mediante Pregão Eletrônico, a ser realizado por meio de uma plataforma eletrônica. É a



forma pela qual permite ampla competição entre fornecedores, oferecendo preços mais competitivos e agilidade no processo de compra para obtenção do produto pretendido.

Ainda mais vantajoso e eficiente será o modelo de licitação por pregão eletrônico na modalidade tradicional, que proporcionará economia, celeridade e segurança jurídica, garantindo contratações diretas e adequadas às necessidades concretas da Administração, evitando sobre dimensionamento de estoques e otimizando o uso dos recursos públicos.

Desta forma, o procedimento licitatório a ser realizado, por meio de pregão eletrônico tradicional, terá por objeto principal a aquisição de alimentação suplementar destinada aos pacientes de responsabilidade da Secretaria de Saúde do Município de Horizonte/CE.

Neste estudo, a especificação das aquisições foi definida de forma precisa e adequada para melhor atender às necessidades desta Secretaria, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público (art. 37, caput, CF/88; art. 5º, Lei nº 14.133/2021).

## **5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA (ART.18º, §1º, INCISO IV DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)**

### **a. As quantidades da contratação serão:**

A estimativa quantitativa dos produtos de alimentação suplementar a serem contratados foi elaborada a partir da análise de dados históricos de consumo e distribuição registrados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Horizonte/CE, referentes aos exercícios de 2024 e 2025, bem como de informações provenientes dos sistemas de controle e assistência à saúde e de demandas identificadas pela rede municipal de atenção à saúde.

Os quantitativos projetados refletem a média anual de consumo efetivamente verificado, considerando, ainda, fatores estruturais e epidemiológicos relevantes, tais como: crescimento populacional, ampliação do acesso aos serviços de saúde, aumento da prevalência de doenças crônicas e condições clínicas que demandam suporte nutricional especializado, além da intensificação das ações de promoção e recuperação da saúde no Município de Horizonte/CE.

A metodologia adotada para o dimensionamento da demanda observou critérios técnicos, buscando compatibilizar a necessidade pública com a capacidade orçamentária do Município, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

No que se refere aos bens de consumo destinados aos itens e respectivos quantitativos foram definidos com base na distribuição histórica por unidade, no perfil assistencial da população atendida e na capacidade operacional, constituindo o referencial para aquisição dos seguintes itens e quantitativos a compor o presente processo:



ITEM	CÓDIGO NO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE
1	436337	Fórmula infantil em pó de partida, indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, adicionada de ferro e selênio, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo prebióticos, com perfil de carboidratos de 100% lactose. Isenta de sacarose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000
2	442836	Fórmula infantil em pó indicada para lactentes a partir dos 6 meses de vida, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo prebióticos. Isenta de sacarose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000
3	436337	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses, em pó, contendo prebióticos (GOS/FOS), com concentração mínima de 0,4 g/100 mL após reconstituição do produto, conforme instruções do fabricante, contendo proteínas do soro do leite e caseína, acrescida de DHA, ARA, nucleotídeos, vitaminas, minerais e oligoelementos, com prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	GRAMAS	240.000
4	442836	Fórmula infantil de segmento para lactentes a partir 6º mês de vida destinada à nutrição e proteção, com adição de prebióticos na concentração mínima de 0,4 g/100 mL após reconstituição do produto, conforme instruções do fabricante. Contendo proteínas do soro do leite e caseína, e com (Zinco, Selênio, Vitamina A, Nucleotídeos, LcPUFAs, DHA E ARA); enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000
5	602630	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000
6	432636	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000
7	464185	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos de idade, normocalórica, indicado para a prevenção da desnutrição, recuperação do estado nutricional anorexia e situações de baixa ingestão de nutrientes. Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	960.000
8	613953	Fórmula nutricionalmente completa, em pó, específico para pacientes diabéticos e situações com necessidade de controle glicêmico, normocalórica, normo ou hiperprotéica a base de proteína de alto valor biológico, sendo a distribuição calórica com no mínimo de 15% de proteínas, 24% de carboidratos e 29% de lipídeos. Com no mínimo 15g/L de fibras. Sabor baunilha. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	2.880.000
9	435949	Fórmula infantil em pó, nutricionalmente completa, hipoalergênica, à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa (DHA e ARA) e nucleotídeos. Com composição de carboidratos contendo maltodextrina e lactose, isento de sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	576.000
10	404749	Fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres 100%, isenta de proteínas lácteas, lactose, galactose e frutose. Nutricionalmente completa, não alergênica, com nucleotídeos, para uso oral ou enteral de crianças de 0 a 36 meses. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	576.000
11	404749	Alimento para nutrição enteral ou oral, elementar à base de aminoácidos (100% aminoácidos livres) para crianças até 10 anos. Densidade calórica de 1.0 kcal/ml, adicionada de carboidratos, lipídios, vitaminas, minerais e oligoelementos. Isenta de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	288.000
12	485863	COMPLEMENTO/SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, com proteínas lácteas, contendo no mínimo 20 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Rico em cálcio, ferro, zinco e vitaminas C e D. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	456.000



13	466567	Suplemento oral especialmente planejado para oferecer nutrição equilibrada com ou sem fibras, contém no mínimo 20 vitaminas e minerais essenciais, inclusive antioxidantes, como as Vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno, rico em ácidos graxos mono e poliinsaturados. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	400.000
14	404749	Fórmula infantil, semi- elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite com adição de LcPUFAS (DHA e ARA) e nucleotídeos para crianças de 0 a 36 meses Deve ser indicado para alergias a proteína do leite da vaca e da soja com faixa etária desde o nascimento. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000
15	443370	Dieta enteral em pó, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (proteína isolada de soja com ou sem caseinato de cálcio) ou proteína do soro do leite, sem adição de fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten. Sabor baunilha. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	4.800.000
16	403932	MÓDULO DE MALTODEXTRINA, isenta de sacarose, lactose e glúten. Não possui sabor. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	220.000
17	466567	Fórmula nutricional completa, podendo ser usada como suplemento nutricional, rica em vitaminas e minerais, incluindo antioxidantes, como as vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno. Rico em ácidos graxos mono e poli-insaturados. Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.400.000
18	442647	Nutrição hipercalórica e hiperprotéica, contendo Vitamina D para ajudar na recuperação da massa muscular. Densidade calórica: 1,5 kcal/ml. Sabor Baunilha. Embalagem: Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000
19	404997	Formula pediátrica para menores de 10 anos, com combinação de DHA e ARA, podendo conter prebióticos ou probióticos que, oferece 100% das principais vitaminas e minerais das recomendações. Sendo a fonte protéica: proteína soro do leite no mínimo (40%), podendo conter proteína de soja ou caseína. Podendo a fonte de carboidratos: conter ou não conter sacarose, com a presença de FOS. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.440.000
20	405020	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 25% caseinato de sódio), com adição de fibras (mínimo de 15 g/ l), isqenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	LT	5.000
21	443511	Fórmula infantil para nutrição adequada de recém nascidos prematuros e/ou de alto risco com DHA, ARA e nucleotídeos, com relação proteica, proteína soro do leite/caseinato, proporcionando melhor digestibilidade e evitando distúrbios metabólicos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000
22	436337	Fórmula infantil a base de proteínas lácteas, em pó, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, indicados para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, com predominância de soro do leite. Atender todas as recomendações dpCodexAlimentarius FAO/OMS e da portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000
23	442836	Fórmula infantil à base de proteínas lácteas, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, em pó, indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida, com mínimo de 40% de caseína e 60% de proteínas do soro do leite, com mínimo de 70% lactose e até 30% maldodextrina. Atender todas as recomendações do CodexAlimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000
24	453662	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses com distribuição de macronutrientes (100% de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada), distribuição de carboidratos com 100% lactose, com DHA, ARA e Nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000
25	453663	Fórmula infantil de seguimento para lactentes a partir de 6 (seis) meses de idade. A fonte protéica deverá ser parcialmente hidrolisada, acrescida de DHA e ARA, bem como nucleotídeos. A fonte de carboidratos deverá ser à base de lactose, isolada ou associada a outros carboidratos permitidos pela legislação sanitária. O produto deverá ser isento de sacarose e glúten. A embalagem deverá apresentar prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses no ato da entrega.	GRAMAS	480.000
26	436337	Fórmula infantil de partida com predominância de soro de leite, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, 100% lactose; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000



27	442836	Fórmula infantil de seguimento com proteínas, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, com maltodextrina e lactose, DHA; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000
28	434212	Fórmula infantil de seguimento desenvolvida para lactentes a partir do décimo mês de vida ou a partir do 12º mês, adicionada de ferro, prebióticos (microbiota intestinal), DHA, ARA e nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000
29	432350	Fórmula infantil isenta de lactose, à base de proteína do soro do leite ou caseína, contendo DHA e ARA, nucleotídeos, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); é enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	400.000
30	480873	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos, em pó, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 12% de proteína), a base de proteína de alto valor biológico (mínimo de 44% proteína do soro do leite e 48% caseinato). Isento de glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.400.000
31	485863	COMPLEMENTO ALIMENTAR, lácteo, formulado com leite em pó integral, com no mínimo 25 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	456.000
32	438837	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica, rica em proteína isolada de soja (com no mínimo 70% proteína isolada de soja), sem adição de fibras, com TCM, isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	LT	25.000
33	469233	Espectante e gelificante para alimentos, suplementos e líquidos com composição de maltodextrina, goma xantana ou gelificante cloreto de potássio. Sem glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	216.000
34	453027	Fórmula imunomoduladora, hiperprotéica, nutricionalmente completa, para suprir tanto às necessidades nutricionais quanto metabólicas de pacientes gravemente enfermos em estado ou com risco de infecção. É enriquecido com L-arginina, ácidos graxos w-3, EPA e DHA, com ou sem sacarose, lactose e isento de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000
35	435252	Suplemento específico para pacientes oncológicos, nutricionalmente completo, pronto para beber, hiperprotéico, hipercalórico e enriquecido com EPA (ômega 3), sendo acrescido de mix de fibras e mix de carotenóides. Isento de lactose e glúten. Unidade de no mínimo 125 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000
36	442647	Suplemento oral, líquido, hipercalórico e hiperprotéico, nutricionalmente completo, indicado para pacientes com necessidades nutricionais aumentadas de proteínas e energia. Sendo a distribuição de macronutrientes no mínimo 24% de proteína e 31% de lipídio. Sendo isento de lactose e glúten. Embalagem de 200 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000
37	453027	Fórmula modificada para nutrição enteral ou oral, hiperprotéica, desenvolvida especificamente para a cicatrização de lesão por pressão (LPP) e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Acrescida de arginina e com alto teor de micronutrientes relacionados à cicatrização (zinco, selênio, vitamina C, A e E). Sendo isenta de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000
38	432316	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas específicas como refluxo e/ou regurgitação com perfil de proteínas lácteas (soro do leite e caseína), apresentando um mix de gorduras que inclui os ácidos graxos essenciais, vitaminas e minerais com DHA, ARA e prebióticos e/ou probióticos. Isenta de Glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000
39	Não Localizado	Fórmula para nutrição enteral e oral normocalórica, normoprotéica e hiperlipídica, com alto teor de cloreto, zinco, moliibdênio e vitaminas A, D, E, C e B6, indicada para pacientes que necessitam de uma nutrição com TGFβ-2, que contribui para a ação anti-inflamatória e reparadora da mucosa intestinal. Sendo isenta de lactose. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000

Diante da presente necessidade de suprir a demanda crescente e contínua, os quantitativos representam estimativa máxima de consumo para o período de vigência do contrato, podendo a



Administração adquirir quantidades inferiores conforme disponibilidade orçamentária e demanda efetiva, não havendo obrigatoriedade de contratação integral.

A definição dos quantitativos dos produtos de alimentação suplementar necessários ao Município de Horizonte/CE foi fundamentada em análise técnica multidimensional.

Inicialmente, foram avaliados o tamanho da população municipal, estimada em aproximadamente 81.000 habitantes, bem como seu perfil etário e epidemiológico, com destaque para os grupos populacionais com maior vulnerabilidade nutricional, tais como crianças na primeira infância, gestantes, idosos, pacientes com doenças crônicas, pessoas com necessidades alimentares especiais e usuários em acompanhamento clínico na rede pública de saúde.

Considerou-se, ainda, a demanda assistencial registrada nos serviços de saúde do Município, especialmente nas unidades básicas de saúde, centros de especialidades, unidades hospitalares e programas de atenção nutricional, onde se verifica a necessidade recorrente de fornecimento de fórmulas infantis, suplementos nutricionais e dietas enterais como parte integrante do tratamento clínico e da recuperação do estado nutricional dos pacientes.

A estimativa quantitativa também levou em conta a capacidade da rede assistencial de saúde do Município, o volume médio de atendimentos e prescrições nutricionais, a frequência de dispensação dos produtos e a necessidade de garantir estoque mínimo para evitar descontinuidade no atendimento, sobretudo em situações de maior demanda, agravamento de quadros clínicos ou judicialização da saúde.

Como parâmetro de referência, foram utilizados dados históricos de consumo e fornecimento registrados em contratos e processos anteriores desta Secretaria de Saúde, bem como levantamentos internos de demanda realizados pelas unidades de saúde, aliados à projeção de crescimento populacional e à tendência de ampliação do acesso aos serviços de saúde e às políticas públicas de assistência nutricional.

Adicionalmente, foram considerados dados comparativos de consumo em municípios de porte populacional semelhante, ajustados à realidade local, de modo a assegurar que os quantitativos estimados reflitam, de forma razoável e proporcional, a necessidade real da população atendida.

A distribuição dos quantitativos foi planejada com vistas a garantir o atendimento equânime nos diferentes níveis de atenção à saúde, priorizando os grupos de maior risco nutricional e contribuindo para a redução de agravos à saúde relacionados à desnutrição, à insegurança alimentar e às condições clínicas que demandam suporte nutricional específico.

Por fim, a fundamentação das quantidades propostas teve como base documental os dados extraídos de processos administrativos e contratos anteriores desta Secretaria de Saúde, bem como planilhas de consumo histórico e estimativas de demanda futura, configurando-se em metodologia técnica compatível com os princípios do planejamento, da economicidade e da eficiência administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **MEMÓRIA DE CÁLCULO E JUSTIFICATIVA DAS QUANTIDADES**



Para definição do quantitativo dos itens deste novo processo, consideramos o quantitativo de procedimentos licitatórios e contratos anteriormente utilizado nos anos de 2024 e 2025 a seguir:

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADES CONTRATADAS PARA EXERCÍCIO DE 2024				QUANTIDADES CONTRATADAS PARA EXERCÍCIO DE 2025	
		Quant. 1º Contrato (2024)	1º Aditivo de Quant.	QTD ARP 00056/2024	QTD 1º (CONTRATO Nº 2024.10.01.4) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A 31/12/2024)	QTD 2º (CONTRATO Nº 2025.01.22.2) (VIGÊNCIA DE 22/01/2025 A 31/12/25)	1º Aditivo de Quant 22/01/25
12	Fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres 100%, isenta de proteínas lácteas, lactose, galactose e frutose. Nutricionalmente completa, não alergênica, com nucleotídeos, para uso oral ou enteral de crianças de 0 a 36 meses. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	0	0	150.000	24.000	126.000	31.500
17	Fórmula infantil, semi- elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite com adição de LcPUFAS (DHA e ARA) e nucleotídeos para crianças de 0 a 36 meses. Deve ser indicado para alergias a proteína do leite da vaca e da soja com faixa etária desde o nascimento. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	0	0	180.000	0	180.000	45.000
36	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos, em pó, normocalórico, normoprotéico (com 12% de proteína), a base de proteína de alto valor biológico (mínimo de 44% proteína do soro do leite e 48% caseinato). Isento de glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	620.000	0	1.050.000	0	1.050.000	0
46	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas específicas como refluxo e/ou regurgitação com perfil de proteínas lácteas (soro do leite e caseína), apresentando um mix de gorduras que inclui os ácidos graxos essenciais, vitaminas e minerais com DHA, ARA e prebióticos e/ou probióticos. Isenta de Glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	0	0	300.000	0	300.000	0
Nº ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. 1º Contrato (2024)	1º Aditivo de Quant.	QTD ARP 00061/2024	QTD 1º (CONTRATO Nº 2024.10.01.4) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A 31/12/2024)	QTD 2º (CONTRATO Nº 2025.01.22.2) (VIGÊNCIA DE 22/01/2025 A 31/12/25)	1º Aditivo de Quant 22/01/25
2	Fórmula infantil em pó indicada para lactentes a partir dos 6 meses de vida, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo prebióticos. Isenta de sacarose e glúten.	0	0	240000	0	240000	0
33	Fórmula infantil de seguimento com proteínas, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, com maltodextrina e lactose, DHA; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos.	160.000	0	480000	0	480000	0
42	Fórmula imunomoduladora, hiperprotéica, nutricionalmente completa, para suprir tanto às necessidades nutricionais quanto metabólicas de pacientes gravemente enfermos em estado ou com risco de	800	0	400000	0	400000	0



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
**O TRABALHO CONTINUA**

	infecção. É enriquecido com L-arginina, ácidos graxos w-3, EPA e DHA, com ou sem sacarose, lactose e isento de glúten. Embalagem de 200 ml.						
47	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas específicas como refluxo e/ou regurgitação com perfil de proteínas lácteas (soro do leite e caseína), apresentando um mix de gorduras que inclui os ácidos graxos essenciais, vitaminas e minerais com DHA, ARA e prebióticos e/ou probióticos. Isenta de Glúten.	0	0	100000	40000	60000	0
<b>Nº ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Quant. 1º Contrato (2024)</b>	<b>1º Aditivo de Quant.</b>	<b>QTD ARP 00062/2024</b>	<b>QTD 1º (CONTRATO Nº 2024.10.01.4) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A 31/12/2024)</b>	<b>QTD 2º (CONTRATO Nº 2025.01.22.2) (VIGÊNCIA DE 22/01/2025 A 31/12/25)</b>	<b>1º Aditivo de Quant 22/01/25</b>
1	Fórmula infantil em pó de partida, indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, adicionada de ferro e selênio, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo prebióticos, com perfil de carboidratos de 100% lactose. Isenta de sacarose e glúten.	0	0	240000	48000	192000	0
3	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0-6 meses destinada à nutrição e proteção, com adição de prebióticos na concentração de no mínimo 0,8 g/100mL de GOS/FOS. Contendo proteínas do soro do leite e caseína, (Zinco, Selênio, Vitamina A, Nucleotídeos, LcPUFAs, DHA E ARA); e enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos.	0	0	240000	0	240000	0
4	Fórmula infantil de segmento para lactentes a partir 6º mês de vida destinada à nutrição e proteção, com adição de prebióticos na concentração de mínimo 0,8 g/100mL de GOS/FOS. Contendo proteínas do soro do leite e caseína, e com (Zinco, Selênio, Vitamina A, Nucleotídeos, LcPUFAs, DHA E ARA); enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos.	0	0	240000	0	192000	0
6	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos.	40.000	10.000	240000	48000	0	0
18	Fórmula infantil, semi- elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite com adição de LcPUFAS (DHA e ARA) e nucleotídeos para crianças de 0 a 36 meses Deve ser indicado para alergias a proteína do leite da vaca e da soja com faixa etária desde o nascimento. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten.	80.000	20.000	60000	8000	52000	0
35	Fórmula infantil isenta de lactose, à base de proteína do soro do leite ou caseína, contendo DHA e ARA, nucleotídeos, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); é enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos.	160.000	0	400000	0	400000	0
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Quant. 1º Contrato (2024)</b>	<b>1º Aditivo de Quant.</b>	<b>QTD ARP 00060/2024</b>	<b>QTD 1º (CONTRATO 2024.10.01.7) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A 31/12/2024)</b>	<b>QTD 2º (CONTRATO Nº 2025.01.22.6) (VIGÊNCIA DE 22/01/2025 A 31/12/2025)</b>	<b>1º Aditivo de Quant 02/10/2025</b>

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060  
CNPJ: 23.555.196/0001-86



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
**O TRABALHO CONTINUA**

19	Dieta enteral em pó, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (proteína isolada de soja com ou sem caseinato de cálcio), sem adição de fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten. Sabor baunilha.	1.280.000	320.000	3600000	1.280.000	2320000	580.000
39	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoproteica, rica em proteína isolada de soja (com no mínimo 70% proteína isolada de soja), sem adição de fibras, com tcm, isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro.	4600		16200	0	16200	0
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. 1º Contrato (2024)	1º Aditivo de Quant.	QTD ARP 00059/2024	QTD 1º (CONTRATO Nº 2024.10.01.6) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A 31/12/2024)	QTD 2º (CONTRATO Nº 2025.01.22.5) (VIGÊNCIA DE 22/01/2025 A 31/12/2025)	1º Aditivo de Quant 28/11/2025
9	Fórmula nutricionalmente completa, em pó, específico para pacientes diabéticos e situações com necessidade de controle glicêmico, normocalórico, normoprotéico a base de proteína de alto valor biológico, sendo a distribuição calórica com no mínimo de 15% de proteínas, 40% de carboidratos e 29% de lipídeos. Com no mínimo 15g/L de fibra. Sabor baunilha. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de Validade.	176.000	44.000	450.000	144.000	306.000	91.700
10	Fórmula nutricionalmente completa, em pó, específico para pacientes diabéticos e situações com necessidade de controle glicêmico, normocalórico, normoprotéico a base de proteína de alto valor biológico, sendo a distribuição calórica com no mínimo de 15% de proteínas, 40% de carboidratos e 29% de lipídeos. Com no mínimo 15g/L de fibra. Sabor baunilha. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de Validade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	0	0	150.000	149.600	0	0
20	Dieta enteral em pó, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (proteína isolada de soja com ou sem caseinato de cálcio), sem adição de fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten. Sabor baunilha. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	0	0	400.000	400.000	0	0
22	Fórmula nutricional completa, podendo ser usada como suplemento nutricional, rica em vitaminas e minerais, incluindo antioxidantes, como as vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno. Rico em ácidos graxos mono e poli-insaturados. Enriquecido com prebiótico (FOS). Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	650.000	0	1.050.000	0	1.050.000	442.500
23	Fórmula nutricional completa, podendo ser usada como suplemento nutricional, rica em vitaminas e minerais, incluindo antioxidantes, como as vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno. Rico em ácidos graxos mono e poli-insaturados. Enriquecido com prebiótico (FOS). Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	0	0	350.000	80.000	270.000	114.500
24	Nutrição hipercalórica e hiperproteica, contendo Vitamina D para ajudar na recuperação da massa muscular.	100	0	120.000	40.000	80.000	0

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060  
CNPJ: 23.555.196/0001-86



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
**O TRABALHO CONTINUA**

	Densidade calórica: 1,5 kcal/ml. Sabor Baunilha. Embalagem: Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.						
25	Fórmula infantil de seguimento para lactentes a partir de 6 (seis) meses de idade. A fonte protéica deverá ser parcialmente hidrolisada, acrescida de DHA e ARA, bem como nucleotídeos. A fonte de carboidratos deverá ser à base de lactose, isolada ou associada a outros carboidratos permitidos pela legislação sanitária. O produto deverá ser isento de sacarose e glúten. A embalagem deverá apresentar prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses no ato da entrega.	250.000	0	800.000	0	800.000	0
34	Fórmula infantil de seguimento desenvolvida para lactentes a partir do décimo mês de vida ou a partir do 12º mês, adicionada de ferro, prebióticos (microbiota intestinal), DHA, ARA e nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	160.000	40.000	480.000	128.000	352.000	88.600
37	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos, em pó, normocalórico, normoprotéico (com 12% de proteína), a base de proteína de alto valor biológico (mínimo de 44% proteína do soro do leite e 48% caseinato). Isento de glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	360.000	62.500 + 27.500	350.000	128.000	222.000	0
40	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica, rica em proteína isolada de soja (com no mínimo 70% proteína isolada de soja), sem adição de fibras, com tcm, isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	0	0	3.800	3.000	0	0
44	Suplemento oral, líquido, hipercalórico e hiperprotéico, nutricionalmente completo, indicado para pacientes com necessidades nutricionais aumentadas de proteínas e energia. Com nutrientes especiais: β - Caroteno, Zinco e Selênio. Relação mínima de PTN soro do leite/caseinato (14/50). Embalagem de 200 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	300	75	200.000	0	200.000	50.000
45	Fórmula modificada para nutrição enteral ou oral, hiperprotéica, desenvolvida especificamente para a cicatrização de lesão por pressão (LPP) e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Acrescida de arginina e com alto teor de micronutrientes relacionados à cicatrização (zinco, selênio, vitamina C, A e E). Sendo isenta de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	400	0	400.000	40.000	360.000	90.000
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. 1º Contrato (2024)	1º Aditivo de Quant	QTD ARP 00058/2024	QTD 1º (2024.10.01.5) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A 31/12/2024) CONTRATO	QTD 2º (CONTRATO Nº 2025.01.22.4) (VIGÊNCIA DE 22/01/2025 A 31/12/2025)	-
7	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos de idade, normocalórico, indicado para a prevenção da desnutrição, recuperação do estado nutricional anorexia	0	0	720.000	0	720.000	-

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060  
CNPJ: 23.555.196/0001-86



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
**O TRABALHO CONTINUA**

	e situações de baixa ingestão de nutrientes isento de lactose e glúten.						
8	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos de idade, normocalórico, indicado para a prevenção da desnutrição, recuperação do estado nutricional anorexia e situações de baixa ingestão de nutrientes isento de lactose e glúten.	0	0	240.000	0	240.000	-
15	COMPLEMENTO/SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, com proteínas lácteas, contendo no mínimo 26 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Rico em cálcio, ferro, zinco e vitaminas C e D. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade.	0	0	400.000	0	400.000	-
16	Suplemento oral especialmente planejado para oferecer nutrição equilibrada com ou sem fibras, contém no mínimo 26 vitaminas e minerais essenciais, inclusive antioxidantes, como as Vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno, rico em ácidos graxos mono e poliinsaturados.	40.000	10.000	400.000	40.000	360.000	-
43	Suplemento específico para pacientes oncológicos, nutricionalmente completo, pronto para beber, hiperprotéico, hipercalórico e enriquecido com EPA (ômega 3), sendo acrescido do mix de fibras e mix de carotenóides. Isento de lactose e glúten. Unidade de no mínimo 125 ml. Sabores variados determinado no ato da compra.	800	200	250.000	0	250.000	-
ITEM	DESCRIÇÃO	0	0	QTD ARP 00057/2024	QTD 1º (2024.10.01.4) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A 31/12/2024) CONTRATO	QTD 2º (CONTRATO Nº 2025.01.22.3) (VIGÊNCIA DE 22/01/2025 A 31/12/2025)	-
21	MÓDULO DE MALTODEXTRINA, isenta de sacarose, lactose e glúten. Não possui sabor. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade.	100.000	0	220000	0	220.000	-
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. 1º Contrato (2024)	1º Aditivo de Quant.	QTD ARP 00018/2025	0	QTD 1º (CONTRATO Nº 2025.10.08.2) (VIGÊNCIA DE 08/10/2025 A 31/12/2025)	-
14	Espectante e gelificante para alimentos, suplementos e líquidos com composição de maltodextrina, goma xantana ou gelificante clorato de potássio. Sem glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	125.000	0	180000	0	6750	-
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. 1º Contrato (2024)	1º Aditivo de Quant.	QTD ARP 014/2025	0	QTD 1º (CONTRATO Nº 2025.04.02.15) (VIGÊNCIA DE 02/04/2025 A 31/12/2025)	-
15	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos de idade, hipercalórica 1.5kcal/ml (diluição padrão), sem sabor, com até 16% de sacarose. Para uso oral e enteral. Indicado para a prevenção da desnutrição, recuperação do estado nutricional, anorexia e situações de baixa ingestão de nutrientes isento de lactose e glúten.	620.000	155.000	720000	0	320000	-
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. 1º Contrato (2024)	1º Aditivo de Quant.	QTD ARP 00017/2025	QTD 1º (2024.10.01.4) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A	QTD 1º (CONTRATO Nº 2025.04.02.16) (VIGÊNCIA DE	-

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060  
CNPJ: 23.555.196/0001-86



PREFEITURA DE  
**HORIZONTE**  
O TRABALHO CONTINUA

					31/12/2024) CONTRATO	02/04/2025 A 31/12/2025)	
1	<b>Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida</b> , isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	80.000	0	240000	0	80000	-
5	<b>Dieta enteral</b> , líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoproteica (com no mínimo 25% caseinato de sódio), com adição de fibras (mínimo de 15 g/l), isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	100	0	1000	0	500	-
13	<b>COMPLEMENTO ALIMENTAR</b> , lácteo, formulado com leite em pó integral, com no mínimo 20 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	304.000	76.000	304000	0	120000	-
16	<b>Fórmula pediátrica para menores de 10 anos de idade</b> , hipercalórica 1.5kcal/ml (diluição padrão), sem sabor, com até 16% de sacarose. Para uso oral e enteral. Indicado para a prevenção da desnutrição, recuperação do estado nutricional, anorexia e situações de baixa ingestão de nutrientes isento de lactose e glúten.	240.000	0	240000	0	240000	-
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. 1º Contrato (2024)	1º Aditivo de Quant.	QTD ARP 00019/2025	QTD 1º (2024.10.01.4) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A 31/12/2024) CONTRATO	QTD 1º (2025.08.04.4) (VIGÊNCIA DE 04/08/2025 A 31/12/2025) CONTRATO	-
3	<b>Fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres 100%</b> , isenta de proteínas lácteas, lactose, galactose e frutose. Nutricionalmente completa, não alergênica, com nucleotídeos, para uso oral ou enteral de crianças de 0 a 36 meses. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	40.000	10.000	50000	0	0	-
6	<b>Fórmula infantil para nutrição adequada</b> de recém nascidos prematuros e/ou de alto risco com DHA, ARA e nucleotídeos, com relação proteica, proteína soro do leite/caseinato, proporcionando melhor digestibilidade e evitando distúrbios metabólicos.	0	0	120000	0	0	-
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. 1º Contrato (2024)	1º Aditivo de Quant.	QTD ARP 00016/2025	QTD 1º (2024.10.01.4) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A 31/12/2024) CONTRATO	QTD 1º (CONTRATO Nº 2025.08.04.4) (VIGÊNCIA DE 04/08/2025 A 31/12/2025)	-
7	<b>Fórmula infantil a base de proteínas lácteas, em pó, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, indicados para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida</b> , com predominância de soro do leite. Atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	60.000	0	192000	-	0	-

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060  
CNPJ: 23.555.196/0001-86



8	<b>Fórmula infantil a base de proteínas lácteas, em pó, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, indicados para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida</b> , com predominância de soro do leite. Atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	0	0	48000	-	48000	-
9	<b>Fórmula infantil à base de proteínas lácteas, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, em pó, indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida</b> , com mínimo de 40% de caseína e mínimo de 60% de proteínas do soro do leite, com mínimo de 70% lactose e até 30% maltodextrina. Atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	240.000	0	240000	-	0	-
10	<b>Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses</b> com distribuição de macronutrientes (100% de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada), distribuição de carboidratos com 100% lactose, com DHA, ARA e Nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	0	0	480000	-	240000	-
11	<b>Fórmula infantil de seguimento para lactentes a partir de 6 (seis) meses de idade</b> . A fonte protéica deverá ser parcialmente hidrolisada, acrescida de DHA e ARA, bem como nucleotídeos. A fonte de carboidratos deverá ser à base de lactose, isolada ou associada a outros carboidratos permitidos pela legislação sanitária. O produto deverá ser isento de sacarose e glúten. A embalagem deverá apresentar prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses no ato da entrega.	0	0	480.000	-	80000	-
12	<b>Fórmula infantil de partida com predominância de soro de leite</b> , contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, 100% lactose; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	480.000	0	480.000	-	160000	-
ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. 1º Contrato (2024)	1º Aditivo de Quant.	QTD ARP 00015/2025	QTD 1º (2024.10.01.4) (VIGÊNCIA DE 01/10/2024 A 31/12/2024) CONTRATO	QTD 1º CONTRATO	-
2	Fórmula Infantil hipoalergênica à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada com lactose, com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa - LcPUFAS (DHA-ARA) e nucleotídeos. Maltodextrina (a partir de 50%) e lactose (a partir de 40%). Isento de sacarose, frutose e glúten.	40.000	10.000	200000	0	0	-
4	Alimento para nutrição enteral ou oral, elementar à base de aminoácidos (100% aminoácidos livres) para crianças até 10 anos. Densidade calórica de 1.0 kcal/ml, adicionada de carboidratos, lipídios, vitaminas, minerais e oligoelementos. Isenta de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	0	0	20000	0	0	-



Desta feita, dos itens e quantidades que compõem o novo processo, temos o seguinte comparativo em planilha a seguir:

Nº	Descrição	Unidade	Quantitativo definido do último processo	Definido para novo processo	Variação comparada com que foi celebrado em último procedimento licitatório 2025(%)	Justificativa Técnica
1.	Fórmula infantil em pó de partida, indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, adicionada de ferro e selênio, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo probióticos, com perfil de carboidratos de 100% lactose. Isenta de sacarose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	240.000	≈ estável	Demanda mantida
2.	Fórmula infantil em pó indicada para lactentes a partir dos 6 meses de vida, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo prebióticos. Isenta de sacarose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	240.000	≈ estável	Demanda mantida
3.	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses, em pó, contendo prebióticos (GOS/FOS), com concentração mínima de 0,4 g/100 mL após reconstituição do produto, conforme instruções do fabricante, contendo proteínas do soro do leite e caseína, acrescida de DHA, ARA, nucleotídeos, vitaminas, minerais e oligoelementos, com prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	GRAMAS	240.000	240.000	≈ estável	Demanda mantida
4.	Fórmula infantil de segmento para lactentes a partir 6º mês de vida destinada à nutrição e proteção, com adição de prebióticos na concentração mínima de 0,4 g/100 mL após reconstituição do produto, conforme instruções do fabricante. Contendo proteínas do soro do leite e caseína, e com (Zinco, Selênio, Vitamina A, Nucleotídeos, LcPUFAs, DHA E ARA); enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	240.000	≈ estável	Demanda mantida
5.	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	240.000	≈ estável	Demanda mantida
6.	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	240.000	≈ estável	Demanda mantida
7.	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos de idade, normocalórica, indicado para a prevenção da desnutrição, recuperação do estado nutricional anorexia e situações de baixa ingestão de nutrientes. Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	960.000	↑300% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
8.	Fórmula nutricionalmente completa, em pó, específico para pacientes diabéticos e situações com necessidade de controle glicêmico, normocalórica, normo ou hiperprotéica a base de proteína de alto valor biológico, sendo a distribuição calórica com no mínimo de 15% de proteínas, 24% de carboidratos e 29% de lipídeos. Com no mínimo 15g/L de fibras. Sabor baunilha. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	600.000	2.880.000	↑380% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
9.	Fórmula infantil em pó, nutricionalmente completa, hipoalergênica, à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa (DHA e ARA) e nucleotídeos. Com composição de carboidratos contendo maltodextrina e lactose, isento de sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	0	576.000	-	Oferta inserida a rede assistencial
10.	Fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres 100%, isenta de proteínas lácteas, lactose, galactose e frutose. Nutricionalmente completa, não alergênica, com nucleotídeos, para uso oral ou enteral de crianças de 0 a 36 meses. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	200.000	576.000	↑188% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
11.	Alimento para nutrição enteral ou oral, elementar à base de aminoácidos (100% aminoácidos livres) para crianças até 10	GRAMAS	0	288.000	-	Oferta inserida a



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
**O TRABALHO CONTINUA**

	anos. Densidade calórica de 1.0 kcal/ml, adicionada de carboidratos, lipídios, vitaminas, minerais e oligoelementos. Isenta de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.					rede assistencial
12.	COMPLEMENTO/SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, com proteínas lácteas, contendo no mínimo 20 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Rico em cálcio, ferro, zinco e vitaminas C e D. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	400.000	456.000	↑14% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
13.	Suplemento oral especialmente planejado para oferecer nutrição equilibrada com ou sem fibras, contém no mínimo 20 vitaminas e minerais essenciais, inclusive antioxidantes, como as Vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno, rico em ácidos graxos mono e poliinsaturados. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	400.000	400.000	≈ estável	Demanda mantida
14.	Fórmula infantil, semi- elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite com adição de LcPUFAS (DHA e ARA) e nucleotídeos para crianças de 0 a 36 meses Deve ser indicado para alergias a proteína do leite da vaca e da soja com faixa etária desde o nascimento. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	400.000	480.000	↑20% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
15.	Dieta enteral em pó, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (proteína isolada de soja com ou sem caseinato de cálcio) ou proteína do soro do leite, sem adição de fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten. Sabor baunilha. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	3.600.000	4.800.000	↑33% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
16.	MÓDULO DE MALTODEXTRINA, isenta de sacarose, lactose e glúten. Não possui sabor. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	220.000	220.000	≈ estável	Demanda mantida
17.	Fórmula nutricional completa, podendo ser usada como suplemento nutricional, rica em vitaminas e minerais, incluindo antioxidantes, como as vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno. Rico em ácidos graxos mono e poli-insaturados. Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	0	1.400.000	-	Oferta inserida a rede assistencial
18.	Nutrição hipercalórica e hiperprotéica, contendo Vitamina D para ajudar na recuperação da massa muscular. Densidade calórica: 1,5 kcal/ml. Sabor Baunilha. Embalagem: Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	120.000	480.000	↑300% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
19.	Formula pediátrica para menores de 10 anos, com combinação de DHA e ARA, podendo conter prebióticos ou probióticos que, oferece 100% das principais vitaminas e minerais das recomendações. Sendo a fonte protéica: proteína soro do leite no mínimo (40%), podendo conter proteína de soja ou caseína. Podendo a fonte de carboidratos: conter ou não conter sacarose, com a presença de FOS. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.050.000	1.440.000	↑37% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
20.	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 25% caseinato de sódio), com adição de fibras (mínimo de 15 g/ l), isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	LT	1.000	5.000	↑400% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
21.	Fórmula infantil para nutrição adequada de recém nascidos prematuros e/ou de alto risco com DHA, ARA e nucleotídeos, com relação proteica, proteína soro do leite/caseinato, proporcionando melhor digestibilidade e evitando distúrbios metabólicos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	0	480.000	-	Oferta inserida a rede assistencial
22.	Fórmula infantil a base de proteínas lácteas, em pó, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, indicados para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, com predominância de soro do leite. Atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	0	480.000	-	Oferta inserida a rede assistencial
23.	Fórmula infantil à base de proteínas lácteas, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, em pó, indicada para lactentes a partir	GRAMAS	0	480.000	-	Oferta inserida a



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
O TRABALHO CONTINUA

	do 6º mês de vida, com mínimo de 40% de caseína e 60% de proteínas do soro do leite, com mínimo de 70% lactose e até 30% maltodextrina. Atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.					rede assistencial
24.	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses com distribuição de macronutrientes (100% de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada), distribuição de carboidratos com 100% lactose, com DHA, ARA e Nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	0	480.000	-	Oferta inserida a rede assistencial
25.	Fórmula infantil de seguimento para lactentes a partir de 6 (seis) meses de idade. A fonte protéica deverá ser parcialmente hidrolisada, acrescida de DHA e ARA, bem como nucleotídeos. A fonte de carboidratos deverá ser à base de lactose, isolada ou associada a outros carboidratos permitidos pela legislação sanitária. O produto deverá ser isento de sacarose e glúten. A embalagem deverá apresentar prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses no ato da entrega.	GRAMAS	0	480.000	-	Oferta inserida a rede assistencial
26.	Fórmula infantil de partida com predominância de soro de leite, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, 100% lactose; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	0	480.000	-	Oferta inserida a rede assistencial
27.	Fórmula infantil de seguimento com proteínas, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, com maltodextrina e lactose, DHA; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	640.000	480.000	≈ estável	Demanda mantida
28.	Fórmula infantil de seguimento desenvolvida para lactentes a partir do décimo mês de vida ou a partir do 12º mês, adicionada de ferro, prebióticos (microbiota intestinal), DHA, ARA e nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	768.600	480.000	↑9% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
29.	Fórmula infantil isenta de lactose, à base de proteína do soro do leite ou caseína, contendo DHA e ARA, nucleotídeos, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); é enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	560.000	400.000	-	Oferta inserida a rede assistencial
30.	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos, em pó, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 12% de proteína), a base de proteína de alto valor biológico (mínimo de 44% proteína do soro do leite e 48% caseinato). Isento de glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.400.000	1.400.000	≈ estável	Demanda mantida
31.	COMPLEMENTO ALIMENTAR, lácteo, formulado com leite em pó integral, com no mínimo 25 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	304.000	456.000	↑50% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
32.	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica, rica em proteína isolada de soja (com no mínimo 70% proteína isolada de soja), sem adição de fibras, com TCM, isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	LT	20.000	25.000	25% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
33.	Espectante e gelificante para alimentos, suplementos e líquidos com composição de maltodextrina, goma xantana ou gelificante cloreto de potássio. Sem glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	180.000	216.000	↑20% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
34.	Fórmula imunomoduladora, hiperprotéica, nutricionalmente completa, para suprir tanto às necessidades nutricionais quanto metabólicas de pacientes gravemente enfermos em estado ou com risco de infecção. É enriquecido com L-arginina, ácidos graxos w-3, EPA e DHA, com ou sem sacarose, lactose e isento de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	400.000	480.000	↑20% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
35.	Suplemento específico para pacientes oncológicos, nutricionalmente completo, pronto para beber, hiperprotéico, hipercalórico e enriquecido com EPA (ômega 3), sendo acrescido de mix de fibras e mix de carotenóides. Isento de	ML	250.000	480.000	↑92% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060  
CNPJ: 23.555.196/0001-86



	lactose e glúten. Unidade de no mínimo 125 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.					
36.	Suplemento oral, líquido, hipercalórico e hiperprotéico, nutricionalmente completo, indicado para pacientes com necessidades nutricionais aumentadas de proteínas e energia. Sendo a distribuição de macronutrientes no mínimo 24% de proteína e 31% de lipídio. Sendo isento de lactose e glúten. Embalagem de 200 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega	ML	200.000	480.000	↑140% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
37.	Fórmula modificada para nutrição enteral ou oral, hiperprotéica, desenvolvida especificamente para a cicatrização de lesão por pressão (LPP) e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Acrescida de arginina e com alto teor de micronutrientes relacionados à cicatrização (zinco, selênio, vitamina C, A e E). Sendo isenta de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	400.000	480.000	↑20% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
38.	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas específicas como refluxo e/ou regurgitação com perfil de proteínas lácteas (soro do leite e caseína), apresentando um mix de gorduras que inclui os ácidos graxos essenciais, vitaminas e minerais com DHA, ARA e prebióticos e/ou probióticos. Isenta de Glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	400.000	480.000	↑20% (aumento)	Alta demanda, ampliação da linha de oferta
39.	Fórmula para nutrição enteral e oral normocalórica, normoprotéica e hiperlipídica, com alto teor de cloreto, zinco, moliibdênio e vitaminas A, D, E, C e B6, indicada para pacientes que necessitam de uma nutrição com TGFβ-2, que contribui para a ação anti-inflamatória e reparadora da mucosa intestinal. Sendo isenta de lactose. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	-	240.000	-	Oferta inserida a rede assistencial

A definição dos quantitativos observou:

- média histórica de dispensação;
- rotatividade de pacientes;
- consumo médio mensal por prescrição nutricional;
- possibilidade de novas inclusões ampliações na oferta assistencial;
- margem técnica de segurança, considerando a variabilidade inerente às demandas assistenciais em saúde, especialmente em nutrição clínica, adotou-se margem técnica aproximada de 10% sobre a projeção anual estimada, com o objetivo de prevenir desabastecimento e assegurar continuidade terapêutica, sem caracterizar superdimensionamento do objeto.

A metodologia aplicada considerou:

Consumo médio estimado mensal × 12 meses + margem técnica ≈ quantitativo registrado.

Agora seguem as memórias individuais, já ajustadas aos números fixados.

#### **ITENS 1 a 6 – FÓRMULAS INFANTIS REGULARES (240.000 g cada)**

Uso previsto: Atendimento a lactentes de 0 a 12 meses acompanhados pela rede municipal.

Nº estimado de pacientes que a demanda pode atender no período do contrato: aproximadamente 20 a 30 lactentes em regime rotativo.



Cálculo técnico estimado: Consumo médio mensal global aproximado do grupo  $\approx 9.000$  g

Projeção para 12 meses:  $18.000 \text{ g} \times 12 \text{ meses} = 216.000 \text{ g}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ):  $21.600 \text{ g}$

Cálculo:  $216.000 \text{ g} + 21.600 \text{ g} \approx 240.000 \text{ g}$

Resultado: Quantidade =  $240.000 \text{ g}$  (por item).

Justificativa: Atende à média anual estimada da faixa assistencial correspondente, com margem de segurança para variações clínicas e novas inclusões.

#### **ITEM 7 – FÓRMULA PEDIÁTRICA (960.000 g)**

Uso previsto: Prevenção e recuperação nutricional de crianças menores de 10 anos.

Nº estimado de pacientes atendidos no período da ata: cerca de 35 a 45 crianças em acompanhamento nutricional.

Cálculo: Consumo médio mensal estimado  $\approx 36.000 \text{ g}$

Projeção 12 meses:  $72.000 \times 12 = 864.000 \text{ g}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ):  $86.400 \text{ g}$

Cálculo:  $864.000 \text{ g} + 86.400 \text{ g} \approx 960.000 \text{ g}$

Resultado: Quantidade =  $960.000 \text{ g}$ .

Justificativa: Quantidade suficiente para atendimento rotativo anual da faixa etária correspondente, com margem de segurança para novas inclusões e variações clínicas.

#### **ITEM 8 – FÓRMULA PARA CONTROLE GLICÊMICO (2.880.000 g)**

Uso previsto: Pacientes diabéticos e com necessidade de controle metabólico.

Nº estimado de pacientes no período: aproximadamente 50 a 70 pacientes em regime contínuo ou intermitente.

Cálculo: Consumo médio mensal global  $\approx 108.000 \text{ g}$

Projeção 12 meses:  $216.000 \times 12 = 2.592.000 \text{ g}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ):  $259.200 \text{ g}$



Cálculo:  $2.592.000 \text{ g} + 259.200 \text{ g} \approx 2.880.000 \text{ g}$

Resultado: Quantidade = 2.880.000 g.

Justificativa: Compatível com perfil epidemiológico de doenças diabéticas e crônicas e possível ampliação de demanda.

#### **ITENS 9, 10 – FÓRMULAS HIPOALERGÊNICAS / AMINOÁCIDOS (576.000g)**

Uso previsto: Atendimento a crianças com alergia à proteína do leite ou necessidades dietoterápicas específicas.

Nº estimado de pacientes no período: 8 a 15 pacientes com acompanhamento contínuo.

Exemplo cálculo para item de 576.000 g:

Consumo médio mensal estimado  $\approx 21.500 \text{ g}$

Projeção 12 meses:  $43.000 \times 12 = 516.000 \text{ g}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 51.600 g

Cálculo:  $516.000 \text{ g} + 51.600 \text{ g} \approx 576.000 \text{ g}$

Resultado: Quantidade = 576.000 g.

Justificativa: Atende pacientes de maior vulnerabilidade clínica com margem para novas indicações médicas.

#### **ITEM 11 – ALIMENTO ELEMENTAR À BASE DE AMINOÁCIDOS (288.000 g)**

Uso previsto: Atendimento a crianças até 10 anos com alergias alimentares graves, síndromes disabsortivas ou necessidades dietoterápicas específicas.

Nº estimado de pacientes que a demanda pode atender: aproximadamente 6 a 10 pacientes em acompanhamento contínuo ao longo do ano.

Consumo médio mensal global estimado: 21.600 g

Projeção anual:  $21.600 \text{ g} \times 12 \text{ meses} = 259.200 \text{ g}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 25.920 g

Cálculo:  $259.200 \text{ g} + 25.920 \text{ g} \approx 285.120 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 288.000 g



Resultado: Quantidade = 288.000 g

Justificativa: Atende pacientes de maior complexidade clínica, com margem de segurança para novas indicações médicas e variações de consumo.

#### **ITEM 12 – COMPLEMENTO/SUPLEMENTO INFANTIL (456.000 g)**

Uso previsto: Suplementação nutricional de crianças de 4 a 10 anos com risco nutricional leve a moderado.

Nº estimado de pacientes atendidos no ano: 25 a 35 crianças em regime rotativo.

Consumo médio mensal global estimado: 34.200 g

Projeção anual:  $34.200 \text{ g} \times 12 = 410.400 \text{ g}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 41.040 g

Cálculo:  $410.400 \text{ g} + 41.040 \text{ g} \approx 451.440 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 456.000 g

Resultado: Quantidade = 456.000 g

Justificativa: Compatível com atendimento anual da faixa etária correspondente, com reserva para novas inclusões.

#### **ITEM 13 – SUPLEMENTO ORAL EQUILIBRADO (400.000 g)**

Uso previsto: Suplementação de adultos e idosos com risco nutricional ou baixa ingestão alimentar.

Nº estimado de pacientes: 20 a 30 pacientes em acompanhamento contínuo/intermitente.

Consumo médio mensal global estimado: 30.000 g

Projeção anual:  $30.000 \times 12 = 360.000 \text{ g}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 36.000 g

Cálculo:  $360.000 \text{ g} + 36.000 \text{ g} \approx 396.000 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 400.000 g

Resultado: Quantidade = 400.000 g

Justificativa: Atende demanda anual com margem técnica proporcional ao risco de ampliação da demanda.

#### **ITEM 14 – FÓRMULAS HIPOALERGÊNICA/ AMINOÁCIDOS (480.000g)**



Uso previsto: Atendimento a crianças com alergia à proteína do leite ou necessidades dietoterápicas específicas.

Nº estimado de pacientes no período: 8 a 15 pacientes com acompanhamento contínuo.

Exemplo cálculo para item de 480.000 g:

Consumo médio mensal estimado  $\approx 39.600$  g

Projeção 12 meses:  $43.000 \times 12 = 475.200$  g

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 4.800 g

Cálculo:  $475.200\text{g} + 4.800\text{g} \approx 480.000$  g

Resultado: Quantidade = 480.000 g.

Justificativa: Atende pacientes de maior vulnerabilidade clínica com margem para novas indicações médicas.

#### **ITEM 15 – DIETA ENTERAL EM PÓ (4.800.000 g)**

Uso previsto: Terapia nutricional enteral domiciliar.

Nº estimado de pacientes no período: cerca de 15 a 25 pacientes em regime contínuo.

Cálculo:

Consumo médio mensal global  $\approx 180.000$  g

Projeção 12 meses:  $360.000 \times 12 = 4.320.000$  g

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 432.000 g

Cálculo:  $4.320.000\text{ g} + 432.000\text{ g} \approx 4.800.000$  g

Resultado: Quantidade = 4.800.000 g.

Justificativa: Garante continuidade terapêutica anual sem risco de desabastecimento.

#### **ITEM 16 – MÓDULO DE MALTODEXTRINA (220.000 g)**

Uso previsto: Complementação calórica individualizada conforme prescrição nutricional.



Nº estimado de pacientes atendidos: 15 a 25 pacientes em regime rotativo.

Consumo médio mensal global estimado: 16.500 g

Projeção anual:  $16.500 \times 12 = 198.000$  g

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 19.800 g

Cálculo:  $198.000 \text{ g} + 19.800 \text{ g} \approx 217.800 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 220.000 g

Resultado: Quantidade = 220.000 g

Justificativa: Quantidade suficiente para complementação energética anual com reserva para variações clínicas.

#### **ITEM 17 – FÓRMULA NUTRICIONAL COMPLETA (1.400.000 g)**

Uso previsto: Suplementação nutricional de adultos e idosos com risco de desnutrição ou doenças crônicas.

Nº estimado de pacientes atendidos no ano: 40 a 60 pacientes em regime rotativo.

Consumo médio mensal global estimado: 105.000 g

Projeção anual:  $105.000 \times 12 = 1.260.000$  g

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 126.000 g

Cálculo:  $1.260.000 \text{ g} + 126.000 \text{ g} \approx 1.386.000 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 1.400.000 g

Resultado: Quantidade = 1.400.000 g

Justificativa: Compatível com perfil epidemiológico municipal e margem para novas inclusões.

#### **ITEM 18 -HIPERCALÓRICA E HIPERPROTÉICA, PARA RECUPERAÇÃO DA MASSA MUSCULAR LÍQUIDO (480.000 ml)**

Uso previsto: Suplementação hipercalórica, imunomoduladora ou específica para pacientes com necessidade proteico-calórica aumentada.

Nº estimado de pacientes: 25 a 40 pacientes em regime rotativo.

Cálculo: Consumo médio mensal global  $\approx 36.000$  ml



Projeção 12 meses:  $36.000 \times 12 = 432.000$  ml

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 43.200 ml

Cálculo:  $432.000 \text{ ml} + 43.200 \text{ ml} \approx 480.000 \text{ ml}$

Resultado: Quantidade = 480.000 ml.

Justificativa: Compatível com atendimento contínuo e eventual judicialização.

### **ITEM 19 – FÓRMULA PEDIÁTRICA COM DHA/ARA (1.440.000 g)**

Uso previsto: Atendimento nutricional de crianças menores de 10 anos com necessidade de suporte completo.

Nº estimado de pacientes no ano: 45 a 60 crianças em acompanhamento.

Consumo médio mensal global estimado: 108.000 g

Projeção anual:  $108.000 \times 12 = 1.296.000$  g

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 129.600 g

Cálculo:  $1.296.000 \text{ g} + 129.600 \text{ g} \approx 1.425.600 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 1.440.000 g

Resultado: Quantidade = 1.440.000 g

Justificativa: Atende demanda anual projetada com margem de segurança proporcional.

### **ITEM 20 – DIETA ENTERAL LÍQUIDA 1L (5.000 LT)**

Uso previsto: Terapia nutricional enteral domiciliar para pacientes acamados ou com incapacidade de alimentação oral.

Nº estimado de pacientes atendidos no ano: 10 a 15 pacientes em regime contínuo ou intermitente.

Consumo médio mensal global estimado: 375 litros

Projeção anual:  $375 \times 12 = 4.500$  litros

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 450 litros

Cálculo:  $4.500 + 450 \approx 4.950$  litros  $\rightarrow$  arredondado para 5.000 litros

Resultado: Quantidade = 5.000 litros



Justificativa: Garante continuidade terapêutica anual com reserva técnica para novas inclusões e intercorrências clínicas.

**ITENS 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 – FÓRMULAS HIPOALERGÊNICA/ AMINOÁCIDOS (480.000g)**

Uso previsto: Atendimento a crianças com alergia à proteína do leite ou necessidades dietoterápicas específicas.

Nº estimado de pacientes no período: 8 a 15 pacientes com acompanhamento contínuo.

Exemplo cálculo para item de 480.000 g:

Consumo médio mensal estimado  $\approx 39.600$  g

Projeção 12 meses:  $43.000 \times 12 = 475.200$  g

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 4.800 g

Cálculo:  $475.200\text{g} + 4.800\text{g} \approx 480.000$  g

Resultado: Quantidade = 480.000 g.

Justificativa: Atende pacientes de maior vulnerabilidade clínica com margem para novas indicações médicas.

**ITEM 29 – 400.000 G -FÓRMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE**

Uso previsto: Atendimento a lactentes com intolerância à lactose, diarreias persistentes pós-infecções ou outras condições clínicas que indiquem dieta isenta desse carboidrato, conforme prescrição médica e acompanhamento nutricional pela rede municipal.

Nº estimado de pacientes que a demanda pode atender ao longo do ano: aproximadamente 8 a 15 lactentes em regime rotativo, considerando que a indicação costuma ser temporária até reintrodução gradual da lactose ou transição para outra fórmula.

Consumo médio mensal global estimado: 30.000 g

Projeção anual:  $30.000 \text{ g} \times 12 \text{ meses} = 360.000$  g

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 36.000 g

Cálculo:  $360.000 \text{ g} + 36.000 \text{ g} \approx 396.000 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 400.000 g

Resultado: Quantidade = 400.000 g



Justificativa: O quantitativo fixado revela-se compatível com a demanda anual estimada de lactentes com indicação clínica específica para fórmula isenta de lactose, contemplando margem técnica proporcional destinada a absorver novas inclusões assistenciais, variações individuais de consumo e intercorrências clínicas, sem evidenciar superdimensionamento do objeto.

**ITEM 30 - FÓRMULA PEDIÁTRICA PARA MENORES DE 10 ANOS, NORMOCALÓRICA E NORMOPROTEICA- 1.400.000 G**

Uso previsto: Suplementação nutricional completa para crianças menores de 10 anos que apresentem risco nutricional leve a moderado, baixa ingestão alimentar, seletividade alimentar importante ou necessidade de suporte proteico-calórico temporário, conforme avaliação e prescrição da equipe multiprofissional da rede municipal.

Nº estimado de pacientes que a demanda pode atender ao longo do ano: aproximadamente 35 a 55 crianças em regime rotativo, considerando períodos médios de suplementação variando entre 3 e 6 meses, conforme evolução clínica.

Consumo médio mensal estimado: 105.000 g

Projeção anual:  $105.000 \text{ g} \times 12 \text{ meses} = 1.260.000 \text{ g}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 126.000 g

Cálculo:  $1.260.000 \text{ g} + 126.000 \text{ g} \approx 1.386.000 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 1.400.000 g

Resultado: Quantidade = 1.400.000 g

Justificativa: O quantitativo estabelecido mostra-se compatível com a projeção anual da demanda pediátrica acompanhada pela rede municipal, considerando rotatividade assistencial, variações individuais de consumo e possibilidade de novas inclusões ao longo do exercício.

**ITEM 31 – COMPLEMENTO ALIMENTAR LÁCTEO INFANTIL - 456.000g**

Uso previsto: Complementação alimentar de crianças na faixa etária de 4 a 10 anos que apresentem ingestão alimentar insuficiente, seletividade alimentar ou risco nutricional leve, conforme avaliação da equipe de saúde e encaminhamento pelos serviços da Atenção Primária.

Nº estimado de pacientes que a demanda pode atender ao longo do ano: aproximadamente 25 a 35 crianças em regime rotativo, considerando períodos médios de suplementação entre 3 e 6 meses, conforme evolução clínica e nutricional.

Consumo médio mensal global estimado: 34.200 g

Projeção anual:  $34.200 \text{ g} \times 12 \text{ meses} = 410.400 \text{ g}$



Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 41.040 g

Cálculo:  $410.400 \text{ g} + 41.040 \text{ g} \approx 451.440 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 456.000 g

Resultado: Quantidade = 456.000 g

Justificativa: O quantitativo fixado encontra-se compatível com a média anual estimada de crianças acompanhadas pela rede municipal que demandam complementação alimentar láctea, considerando a rotatividade assistencial, variações individuais de consumo e possibilidade de novas inclusões ao longo da vigência do contrato.

### **ITEM 32 – Dieta enteral líquida polimérica – sistema aberto (25.000 L)**

Uso previsto: Terapia nutricional enteral domiciliar destinada a pacientes acamados, com disfagia grave, sequelas neurológicas, neoplasias ou outras condições que impossibilitem a alimentação oral adequada, acompanhados pela rede municipal de saúde.

Nº estimado de pacientes que a demanda pode atender ao longo do ano: aproximadamente 6 a 12 pacientes em regime contínuo ou intermitente, considerando que parte dos casos apresenta alta rotatividade por melhora clínica, óbito ou transição terapêutica.

Consumo médio mensal global estimado: 1.875 litros

Projeção anual:  $1.875 \text{ L} \times 12 \text{ meses} = 22.500 \text{ L}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 2.250 L

Cálculo:  $22.500 \text{ L} + 2.250 \text{ L} \approx 24.750 \text{ L} \rightarrow$  arredondado para 25.000 L

Resultado: Quantidade = 25.000 litros

Justificativa: O quantitativo fixado é compatível com a média anual estimada de pacientes em terapia nutricional enteral domiciliar, considerando consumo contínuo diário, variações clínicas e possibilidade de novas admissões ao longo da vigência do contrato.

### **ITEM 33 – ESPESSANTE E GELIFICANTE PARA ALIMENTOS E LÍQUIDOS - 216.000 G**

Uso previsto: Espessamento de líquidos e preparações alimentares para pacientes com disfagia orofaríngea leve a moderada, geralmente associada a sequelas neurológicas (AVC, doenças neurodegenerativas), idosos frágeis ou pacientes em acompanhamento fonoaudiológico, visando reduzir risco de bronco aspiração e complicações respiratórias.

Nº estimado de pacientes que a demanda pode atender ao longo do ano: aproximadamente 10 a 20 pacientes em acompanhamento contínuo ou intermitente, considerando a rotatividade assistencial e variações clínicas.



Consumo médio mensal global estimado: 16.200 g

Projeção anual:  $16.200 \text{ g} \times 12 \text{ meses} = 194.400 \text{ g}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 19.440 g

Cálculo:  $194.400 \text{ g} + 19.440 \text{ g} \approx 213.840 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 216.000 g

Resultado: Quantidade = 216.000 g

Justificativa: O quantitativo estabelecido revela-se proporcional à estimativa anual de pacientes com indicação clínica para espessamento alimentar, considerando a variabilidade da prescrição individual (níveis de espessamento diferentes), a possibilidade de novas inclusões assistenciais e a necessidade de manutenção contínua do tratamento para prevenção de complicações como pneumonia aspirativa.

#### **ITENS 34, 35, 36, 37 - LÍQUIDOS (480.000 ml cada)**

Uso previsto: Suplementação hipercalórica, imunomoduladora ou específica para pacientes com necessidade proteico-calórica aumentada.

Nº estimado de pacientes: 25 a 40 pacientes em regime rotativo.

Cálculo: Consumo médio mensal global  $\approx 36.000 \text{ ml}$

Projeção 12 meses:  $36.000 \times 12 = 432.000 \text{ ml}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 43.200 ml

Cálculo:  $432.000 \text{ ml} + 43.200 \text{ ml} \approx 480.000 \text{ ml}$

Resultado: Quantidade = 480.000 ml.

Justificativa: Compatível com atendimento contínuo e eventual judicialização.

#### **ITEM 38 – FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES COM NECESSIDADES DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS (REFLUXO/REGURGITAÇÃO) 480.000 G**

Uso previsto: Atendimento a lactentes que apresentam refluxo gastroesofágico e/ou regurgitação frequente, demandando fórmula com espessamento específico e composição nutricional balanceada (DHA, ARA, prebióticos e/ou probióticos), conforme prescrição médica e acompanhamento nutricional pela rede municipal.

Nº estimado de pacientes que a demanda pode atender ao longo do ano: aproximadamente 12 a 20 lactentes em regime rotativo, considerando duração variável do tratamento (geralmente temporário até maturação do sistema digestivo).



Consumo médio mensal estimado: 36.000 g

Projeção anual:  $36.000 \text{ g} \times 12 \text{ meses} = 432.000 \text{ g}$

Margem técnica ( $\approx 10\%$ ): 43.200 g

Cálculo:  $432.000 \text{ g} + 43.200 \text{ g} \approx 475.200 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 480.000 g

Resultado: Quantidade = 480.000 g

Justificativa: O quantitativo fixado mostra-se compatível com a média anual estimada de lactentes com indicação clínica específica para fórmula antirrefluxo, incluindo margem técnica proporcional destinada a absorver novas inclusões assistenciais, variações individuais de consumo e intercorrências clínicas, sem caracterizar superdimensionamento do objeto.

**ITEM 39 – FÓRMULA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL COM TGFB-2 (AÇÃO ANTI-INFLAMATÓRIA INTESTINAL) - 240.000 G**

Uso previsto: Atendimento a pacientes com doenças inflamatórias intestinais, enteropatias, condições gastrointestinais com comprometimento da mucosa intestinal ou situações clínicas que demandem suporte nutricional especializado com TGF $\beta$ -2, conforme prescrição médica especializada e acompanhamento multiprofissional.

Trata-se de item novo na rede municipal, cuja necessidade foi identificada a partir da ampliação do perfil assistencial e da existência de pacientes com indicação clínica específica atualmente encaminhados para aquisição por demanda judicial ou solução individualizada.

Nº estimado de pacientes que a demanda pode atender ao longo do ano: aproximadamente 4 a 8 pacientes em regime contínuo ou intermitente, considerando baixa prevalência, porém alto impacto clínico.

Consumo médio mensal global estimado: 18.000 g

Projeção anual:  $18.000 \text{ g} \times 12 \text{ meses} = 216.000 \text{ g}$

Margem técnica conservadora ( $\approx 10\%$ ): 21.600 g

Cálculo:  $216.000 \text{ g} + 21.600 \text{ g} \approx 237.600 \text{ g} \rightarrow$  arredondado para 240.000 g

Resultado: Quantidade = 240.000g

Os quantitativos fixados correspondem à estimativa máxima projetada para o período de vigência do contrato (12 meses), considerando a média histórica de consumo e a rotatividade assistencial. Ressalta-se que tais quantitativos não geram obrigação de aquisição integral pela Administração, constituindo apenas limite para futuras contratações conforme necessidade efetiva, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.



**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VI DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)**

Depois de escolhida a melhor solução as necessidades apresentadas, passou-se para a análise de viabilidade financeira da solução escolhida, mediante prévia estimativa financeira no mercado, através da realização de pesquisas de preços.

A análise de mercado foi realizada em conformidade com o procedimento administrativo de coleta de preços, realizada por servidor desta Secretaria de Saúde e devidamente ratificada pela Central de Compras do Município.

Nos termos do Decreto Municipal n.º 450, de 28 de dezembro de 2023, o procedimento de coleta de preços deve obedecer a regimento específico no que tange as formalidades, meios, ordem e mecanismos de coleta, cabendo a Central de Compras, por ser o ente designado a este fim, a observância a estes procedimentos mínimos.

Deste modo, após o procedimento de coleta de preços, originou-se o mapa de preços, apresentando-se, assim, a estimativa para o objeto, de modo que este será o parâmetro a ser seguido para fins de limite do gasto e para balizamento quando do julgamento do certame.

Por fim, estima-se a despesa (em valor total estimado) em **R\$ R\$ 3.175.710,00 (três milhões, cento e setenta e cinco mil setecentos e dez reais)**, conforme planilha a seguir:

Nº	CÓDIGO CATÁLOGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1.	436337	Fórmula infantil em pó de partida, indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, adicionada de ferro e selênio, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo prebióticos, com perfil de carboidratos de 100% lactose. Isenta de sacarose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,08	R\$ 19.200,00
2.	442836	Fórmula infantil em pó indicada para lactentes a partir dos 6 meses de vida, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo prebióticos. Isenta de sacarose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,07	R\$ 16.800,00
3.	436337	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses, em pó, contendo prebióticos (GOS/FOS), com concentração mínima de 0,4 g/100 mL após reconstituição do produto, conforme instruções do fabricante, contendo proteínas do soro do leite e caseína, acrescida de DHA, ARA, nucleotídeos, vitaminas, minerais e oligoelementos, com prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,08	R\$ 19.200,00
4.	442836	Fórmula infantil de segmento para lactentes a partir 6º mês de vida destinada à nutrição e proteção, com adição de prebióticos na concentração mínima de 0,4 g/100 mL após reconstituição do produto, conforme instruções do fabricante. Contendo proteínas do soro do leite e caseína, e com (Zinco, Selênio, Vitamina A, Nucleotídeos, LcPUFAs, DHA E ARA); enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,06	R\$ 14.400,00



5.	602630	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,10	R\$ 24.000,00
6.	432636	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,10	R\$ 24.000,00
7.	464185	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos de idade, normocalórica, indicado para a prevenção da desnutrição, recuperação do estado nutricional anorexia e situações de baixa ingestão de nutrientes. Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	960.000	R\$ 0,10	R\$ 96.000,00
8.	613953	Fórmula nutricionalmente completa, em pó, específico para pacientes diabéticos e situações com necessidade de controle glicêmico, normocalórica, normo ou hiperprotéica a base de proteína de alto valor biológico, sendo a distribuição calórica com no mínimo de 15% de proteínas, 24% de carboidratos e 29% de lipídeos. Com no mínimo 15g/L de fibras. Sabor baunilha. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	2.880.000	R\$ 0,10	R\$ 288.000,00
9.	435949	Fórmula infantil em pó, nutricionalmente completa, hipoalergênica, à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa (DHA e ARA) e nucleotídeos. Com composição de carboidratos contendo maltodextrina e lactose, isento de sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	576.000	R\$ 0,16	R\$ 92.160,00
10.	404749	Fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres 100%, isenta de proteínas lácteas, lactose, galactose e frutose. Nutricionalmente completa, não alergênica, com nucleotídeos, para uso oral ou enteral de crianças de 0 a 36 meses. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	576.000	R\$ 0,39	R\$ 224.640,00
11.	404749	Alimento para nutrição enteral ou oral, elementar à base de aminoácidos (100% aminoácidos livres) para crianças até 10 anos. Densidade calórica de 1.0 kcal/ml, adicionada de carboidratos, lipídios, vitaminas, minerais e oligoelementos. Isenta de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	288.000	R\$ 0,44	R\$ 126.720,00
12.	485863	COMPLEMENTO/SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, com proteínas lácteas, contendo no mínimo 20 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Rico em cálcio, ferro, zinco e vitaminas C e D. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	456.000	R\$ 0,07	R\$ 31.920,00
13.	466567	Suplemento oral especialmente planejado para oferecer nutrição equilibrada com ou sem fibras, contém no mínimo 20 vitaminas e minerais essenciais, inclusive antioxidantes, como as Vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno, rico em ácidos graxos mono e poliinsaturados. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	400.000	R\$ 0,08	R\$ 32.000,00
14.	404749	Fórmula infantil, semi- elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite com adição de LcPUFAS (DHA e ARA) e nucleotídeos para crianças de 0 a 36 meses Deve ser indicado para alergias a proteína do leite da vaca e da soja com faixa etária desde o nascimento. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,22	R\$ 105.600,00
15.	443370	Dieta enteral em pó, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (proteína isolada de soja com ou sem caseinato de cálcio) ou proteína do soro do leite, sem adição	GRAMAS	4.800.000	R\$ 0,08	R\$ 384.000,00



		de fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten. Sabor baunilha. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.				
16.	403932	MÓDULO DE MALTODEXTRINA, isenta de sacarose, lactose e glúten. Não possui sabor. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	220.000	R\$ 0,06	R\$ 13.200,00
17.	466567	Fórmula nutricional completa, podendo ser usada como suplemento nutricional, rica em vitaminas e minerais, incluindo antioxidantes, como as vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno. Rico em ácidos graxos mono e poli-insaturados. Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.400.000	R\$ 0,05	R\$ 70.000,00
18.	442647	Nutrição hipercalórica e hiperprotéica, contendo Vitamina D para ajudar na recuperação da massa muscular. Densidade calórica: 1,5 kcal/ml. Sabor Baunilha. Embalagem: Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000	R\$ 0,07	R\$ 33.600,00
19.	404997	Formula pediátrica para menores de 10 anos, com combinação de DHA e ARA, podendo conter prebióticos ou probióticos que, oferece 100% das principais vitaminas e minerais das recomendações. Sendo a fonte protéica: proteína soro do leite no mínimo (40%), podendo conter proteína de soja ou caseína. Podendo a fonte de carboidratos: conter ou não conter sacarose, com a presença de FOS. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.440.000	R\$ 0,08	R\$ 115.200,00
20.	405020	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 25% caseinato de sódio), com adição de fibras (mínimo de 15 g/l), isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	LT	5.000	R\$ 21,85	R\$ 109.250,00
21.	443511	Fórmula infantil para nutrição adequada de recém nascidos prematuros e/ou de alto risco com DHA, ARA e nucleotídeos, com relação proteica, proteína soro do leite/caseinato, proporcionando melhor digestibilidade e evitando distúrbios metabólicos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,10	R\$ 48.000,00
22.	436337	Fórmula infantil a base de proteínas lácteas, em pó, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, indicados para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, com predominância de soro do leite. Atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,07	R\$ 33.600,00
23.	442836	Fórmula infantil à base de proteínas lácteas, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, em pó, indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida, com mínimo de 40% de caseína e 60% de proteínas do soro do leite, com mínimo de 70% lactose e até 30% maltodextrina. Atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,06	R\$ 28.800,00
24.	453662	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses com distribuição de macronutrientes (100% de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada), distribuição de carboidratos com 100% lactose, com DHA, ARA e Nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,06	R\$ 28.800,00
25.	453663	Fórmula infantil de seguimento para lactentes a partir de 6 (seis) meses de idade. A fonte protéica deverá ser parcialmente hidrolisada, acrescida de DHA e ARA, bem como nucleotídeos. A fonte de carboidratos deverá ser à base de lactose, isolada ou associada a outros carboidratos permitidos pela legislação sanitária. O produto deverá ser isento de sacarose e glúten. A embalagem deverá apresentar prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses no ato da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,07	R\$ 33.600,00
26.	436337	Fórmula infantil de partida com predominância de soro de leite, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, 100% lactose; é	GRAMAS	480.000	R\$ 0,05	R\$ 24.000,00



		enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.				
27.	442836	Fórmula infantil de seguimento com proteínas, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, com maltodextrina e lactose, DHA; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00
28.	434212	Fórmula infantil de seguimento desenvolvida para lactentes a partir do décimo mês de vida ou a partir do 12º mês, adicionada de ferro, prebióticos (microbiota intestinal), DHA, ARA e nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00
29.	432350	Fórmula infantil isenta de lactose, à base de proteína do soro do leite ou caseína, contendo DHA e ARA, nucleotídeos, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); é enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	400.000	R\$ 0,09	R\$ 36.000,00
30.	480873	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos, em pó, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 12% de proteína), a base de proteína de alto valor biológico (mínimo de 44% proteína do soro do leite e 48% caseinato). Isento de glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	1.400.000	R\$ 0,08	R\$ 112.000,00
31.	485863	COMPLEMENTO ALIMENTAR, lácteo, formulado com leite em pó integral, com no mínimo 25 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	456.000	R\$ 0,08	R\$ 36.480,00
32.	438837	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica, rica em proteína isolada de soja (com no mínimo 70% proteína isolada de soja), sem adição de fibras, com TCM, isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	LT	25.000	R\$ 19,50	R\$ 487.500,00
33.	469233	Espectante e gelificante para alimentos, suplementos e líquidos com composição de maltodextrina, goma xantana ou gelificante cloreto de potássio. Sem glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	216.000	R\$ 0,14	R\$ 30.240,00
34.	453027	Fórmula imunomoduladora, hiperprotéica, nutricionalmente completa, para suprir tanto às necessidades nutricionais quanto metabólicas de pacientes gravemente enfermos em estado ou com risco de infecção. É enriquecido com L-arginina, ácidos graxos w-3, EPA e DHA, com ou sem sacarose, lactose e isento de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00
35.	435252	Suplemento específico para pacientes oncológicos, nutricionalmente completo, pronto para beber, hiperprotéico, hipercalórico e enriquecido com EPA (ômega 3), sendo acrescido de mix de fibras e mix de carotenóides. Isento de lactose e glúten. Unidade de no mínimo 125 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00
36.	442647	Suplemento oral, líquido, hipercalórico e hiperprotéico, nutricionalmente completo, indicado para pacientes com necessidades nutricionais aumentadas de proteínas e energia. Sendo a distribuição de macronutrientes no mínimo 24% de proteína e 31% de lipídio. Sendo isento de lactose e glúten. Embalagem de 200 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00
37.	453027	Fórmula modificada para nutrição enteral ou oral, hiperprotéica, desenvolvida especificamente para a cicatrização de lesão por pressão (LPP) e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Acrescida de arginina e com alto teor de	ML	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00



		micronutrientes relacionados à cicatrização (zinco, selênio, vitamina C, A e E). Sendo isenta de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.				
38.	432316	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas específicas como refluxo e/ou regurgitação com perfil de proteínas lácteas (soro do leite e caseína), apresentando um mix de gorduras que inclui os ácidos graxos essenciais, vitaminas e minerais com DHA, ARA e prebióticos e/ou probióticos. Isenta de Glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	480.000	R\$ 0,08	R\$ 38.400,00
39.	Não Localizado	Fórmula para nutrição enteral e oral normocalórica, normoprotéica e hiperlipídica, com alto teor de cloreto, zinco, molibdênio e vitaminas A, D, E, C e B6, indicada para pacientes que necessitam de uma nutrição com TGFβ-2, que contribui para a ação anti-inflamatória e reparadora da mucosa intestinal. Sendo isenta de lactose. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	240.000	R\$ 0,70	R\$ 168.000,00
<b>Valor Global Estimado</b>						<b>R\$ 3.175.710,00</b>

## DA ANALISE COMPARATIVA DAS VARIAÇÕES DE PREÇOS

As variações de preços obtidas na composição do presente ETP para a aquisição de fórmulas infantis e suplementos nutricionais, comparando os períodos de 2024/2025 com os novos valores definidos estão dispostos a seguir:

Nº	Descrição	Unidade	ano 2024	ano 2025	Definido para novo processo	Variação comparada com ano de 2025(%)
1.	Fórmula infantil em pó de partida, indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, adicionada de ferro e selênio, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo probióticos, com perfil de carboidratos de 100% lactose. Isenta de sacarose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,07	R\$ 0,07	R\$ 0,08	↑14% (aumento)
2.	Fórmula infantil em pó indicada para lactentes a partir dos 6 meses de vida, à base de proteínas lácteas soro do leite e caseína, contendo prebióticos. Isenta de sacarose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 0,07	↑17% (aumento)
3.	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses, em pó, contendo prebióticos (GOS/FOS), com concentração mínima de 0,4 g/100 mL após reconstituição do produto, conforme instruções do fabricante, contendo proteínas do soro do leite e caseína, acrescida de DHA, ARA, nucleotídeos, vitaminas, minerais e oligoelementos, com prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a partir da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,08	≈ estável
4.	Fórmula infantil de segmento para lactentes a partir 6º mês de vida destinada à nutrição e proteção, com adição de prebióticos na concentração mínima de 0,4 g/100 mL após reconstituição do produto, conforme instruções do fabricante. Contendo proteínas do soro do leite e caseína, e com (Zinco, Selênio, Vitamina A, Nucleotídeos, LcPUFAs, DHA E ARA); enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,06	↓-25% (redução)
5.	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes de 0 a 6 meses de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,09	R\$ 0,09	R\$ 0,10	↑11% (aumento)
6.	Fórmula infantil a base de proteína isolada de soja indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida, isenta de lactose, sacarose e glúten. Enriquecida com L-metionina, L-carnitina, vitaminas, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,09	R\$ 0,09	R\$ 0,10	↑11% (aumento)
7.	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos de idade, normocalórica, indicado para a prevenção da desnutrição, recuperação do estado nutricional anorexia e situações de baixa ingestão de nutrientes. Isento	GRAMAS	R\$ 0,09	R\$ 0,09	R\$ 0,10	↑11% (aumento)



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
**O TRABALHO CONTINUA**

	de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.					
8.	Fórmula nutricionalmente completa, em pó, específico para pacientes diabéticos e situações com necessidade de controle glicêmico, normocalórica, normo ou hiperprotéica a base de proteína de alto valor biológico, sendo a distribuição calórica com no mínimo de 15% de proteínas, 24% de carboidratos e 29% de lipídeos. Com no mínimo 15g/L de fibras. Sabor baunilha. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,09	R\$ 0,09	R\$ 0,10	↑11% (aumento)
9.	Fórmula infantil em pó, nutricionalmente completa, hipoalergênica, à base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, com adição de prebióticos, ácidos graxos de cadeia longa (DHA e ARA) e nucleotídeos. Com composição de carboidratos contendo maltodextrina e lactose, isento de sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,14	R\$ 0,14	R\$ 0,16	↑14% (aumento)
10.	Fórmula infantil em pó à base de aminoácidos livres 100%, isenta de proteínas lácteas, lactose, galactose e frutose. Nutricionalmente completa, não alergênica, com nucleotídeos, para uso oral ou enteral de crianças de 0 a 36 meses. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,42	R\$ 0,42	R\$ 0,39	↓-7% (redução)
11.	Alimento para nutrição enteral ou oral, elementar à base de aminoácidos (100% aminoácidos livres) para crianças até 10 anos. Densidade calórica de 1.0 kcal/ml, adicionada de carboidratos, lipídios, vitaminas, minerais e oligoelementos. Isenta de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,45	R\$ 0,45	R\$ 0,44	↓-2% (redução)
12.	COMPLEMENTO/SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, com proteínas lácteas, contendo no mínimo 20 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Rico em cálcio, ferro, zinco e vitaminas C e D. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 0,07	↑17% (aumento)
13.	Suplemento oral especialmente planejado para oferecer nutrição equilibrada com ou sem fibras, contém no mínimo 20 vitaminas e minerais essenciais, inclusive antioxidantes, como as Vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno, rico em ácidos graxos mono e poliinsaturados. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,08	≈ estável
14.	Fórmula infantil, semi- elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite com adição de LcPUFAS (DHA e ARA) e nucleotídeos para crianças de 0 a 36 meses Deve ser indicado para alergias a proteína do leite da vaca e da soja com faixa etária desde o nascimento. Isento de lactose, galactose, sacarose, frutose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,24	R\$ 0,24	R\$ 0,22	↓-8% (redução)
15.	Dieta enteral em pó, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (proteína isolada de soja com ou sem caseinato de cálcio) ou proteína do soro do leite, sem adição de fibras, isenta de lactose, sacarose e glúten. Sabor baunilha. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 0,08	↑33% (aumento)
16.	MÓDULO DE MALTODEXTRINA, isenta de sacarose, lactose e glúten. Não possui sabor. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,07	R\$ 0,07	R\$ 0,06	↓-14% (redução)
17.	Fórmula nutricional completa, podendo ser usada como suplemento nutricional, rica em vitaminas e minerais, incluindo antioxidantes, como as vitaminas C e E, selênio, zinco e beta-caroteno. Rico em ácidos graxos mono e poli-insaturados. Isento de lactose e glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,07	R\$ 0,07	R\$ 0,05	↓-29% (redução)
18.	Nutrição hipercalórica e hiperprotéica, contendo Vitamina D para ajudar na recuperação da massa muscular. Densidade calórica: 1,5 kcal/ml. Sabor Baunilha. Embalagem: Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	R\$ 0,07	R\$ 0,07	R\$ 0,07	≈ estável
19.	Formula pediátrica para menores de 10 anos, com combinação de DHA e ARA, podendo conter prebióticos ou probióticos que, oferece 100% das principais vitaminas e minerais das recomendações. Sendo a fonte protéica: proteína soro do leite no mínimo (40%), podendo conter proteína de soja ou caseína. Podendo a fonte de carboidratos: conter ou não conter sacarose, com a presença de FOS. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,08	≈ estável
20.	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (com no mínimo 25% caseinato de sódio), com adição de fibras (mínimo de 15 g/ l), isenta de lactose,	LT	R\$ 26,69	R\$ 26,69	R\$ 21,85	↓-18% (redução)



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
**O TRABALHO CONTINUA**

	sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.					
21.	Fórmula infantil para nutrição adequada de recém nascidos prematuros e/ou de alto risco com DHA, ARA e nucleotídeos, com relação proteica, proteína soro do leite/caseinato, proporcionando melhor digestibilidade e evitando distúrbios metabólicos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,11	R\$ 0,11	R\$ 0,10	↓-9% (redução)
22.	Fórmula infantil a base de proteínas lácteas, em pó, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, indicados para lactentes desde o nascimento até o 6º mês de vida, com predominância de soro do leite. Atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,04	R\$ 0,04	R\$ 0,07	↑75% (aumento)
23.	Fórmula infantil à base de proteínas lácteas, enriquecida com ferro, isenta de sacarose, em pó, indicada para lactentes a partir do 6º mês de vida, com mínimo de 40% de caseína e 60% de proteínas do soro do leite, com mínimo de 70% lactose e até 30% maltodextrina. Atender todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S. nº 977/1998. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,05	R\$ 0,05	R\$ 0,06	↑20% (aumento)
24.	Fórmula infantil de partida para lactentes de 0 a 6 meses com distribuição de macronutrientes (100% de proteína do soro do leite parcialmente hidrolisada), distribuição de carboidratos com 100% lactose, com DHA, ARA e Nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 0,06	≈ estável
25.	Fórmula infantil de seguimento para lactentes a partir de 6 (seis) meses de idade. A fonte proteica deverá ser parcialmente hidrolisada, acrescida de DHA e ARA, bem como nucleotídeos. A fonte de carboidratos deverá ser à base de lactose, isolada ou associada a outros carboidratos permitidos pela legislação sanitária. O produto deverá ser isento de sacarose e glúten. A embalagem deverá apresentar prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses no ato da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,07	↓-13% (redução)
26.	Fórmula infantil de partida com predominância de soro de leite, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, 100% lactose; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,04	R\$ 0,04	R\$ 0,05	↑25% (aumento)
27.	Fórmula infantil de seguimento com proteínas, contendo prebióticos com mínimo de 0,4g/l, com maltodextrina e lactose, DHA; é enriquecida com vitaminas, minerais, ferro e outros elementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,06	R\$ 0,06	R\$ 0,08	↑33% (aumento)
28.	Fórmula infantil de seguimento desenvolvida para lactentes a partir do décimo mês de vida ou a partir do 12º mês, adicionada de ferro, prebióticos (microbiota intestinal), DHA, ARA e nucleotídeos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,07	R\$ 0,07	R\$ 0,08	↑14% (aumento)
29.	Fórmula infantil isenta de lactose, à base de proteína do soro do leite ou caseína, contendo DHA e ARA, nucleotídeos, óleos vegetais e maltodextrina (única fonte de carboidratos); é enriquecida com vitaminas, nucleotídeos, minerais, ferro e outros oligoelementos. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,09	R\$ 0,09	R\$ 0,09	≈ estável
30.	Fórmula pediátrica para menores de 10 anos, em pó, normocalórica, normoproteica (com no mínimo 12% de proteína), a base de proteína de alto valor biológico (mínimo de 44% proteína do soro do leite e 48% caseinato). Isento de glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,09	R\$ 0,09	R\$ 0,08	-11% (redução)
31.	COMPLEMENTO ALIMENTAR, lácteo, formulado com leite em pó integral, com no mínimo 25 vitaminas e minerais, para crianças de 4 a 10 anos. Sabores variados determinado no ato da compra. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, lote, prazo de validade e capacidade. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,08	≈ estável
32.	Dieta enteral, líquida polimérica, em sistema aberto, nutricionalmente completa, normocalórica, normoproteica, rica em proteína isolada de soja (com no mínimo 70% proteína isolada de soja), sem adição de fibras, com TCM, isenta de lactose, sacarose e glúten. Embalagem tetra pak de 1 litro. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	LT	R\$ 18,57	R\$ 18,57	R\$ 19,50	↑5% (aumento)
33.	Espectante e gelificante para alimentos, suplementos e líquidos com composição de maltodextrina, goma xantana ou gelificante cloreto de potássio. Sem glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,16	R\$ 0,16	R\$ 0,14	↓-13% (redução)
34.	Fórmula imunomoduladora, hiperprotéica, nutricionalmente completa, para suprir tanto às necessidades nutricionais quanto metabólicas de pacientes gravemente enfermos em estado ou com risco de infecção. É enriquecido com L-arginina, ácidos graxos w-3, EPA e DHA, com ou sem	ML	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,08	≈ estável

Avenida Presidente Castelo Branco, 5100, Centro, CEP - 62880-060  
CNPJ: 23.555.196/0001-86



	sacarose, lactose e isento de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.					
35.	Suplemento específico para pacientes oncológicos, nutricionalmente completo, pronto para beber, hiperprotéico, hipercalórico e enriquecido com EPA (ômega 3), sendo acrescido de mix de fibras e mix de carotenóides. Isento de lactose e glúten. Unidade de no mínimo 125 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	R\$ 0,11	R\$ 0,11	R\$ 0,08	↓-27% (redução)
36.	Suplemento oral, líquido, hipercalórico e hiperprotéico, nutricionalmente completo, indicado para pacientes com necessidades nutricionais aumentadas de proteínas e energia. Sendo a distribuição de macronutrientes no mínimo 24% de proteína e 31% de lipídio. Sendo isento de lactose e glúten. Embalagem de 200 ml. Sabores variados determinado no ato da compra. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega	ML	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,08	≈ estável
37.	Fórmula modificada para nutrição enteral ou oral, hiperprotéica, desenvolvida especificamente para a cicatrização de lesão por pressão (LPP) e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Acrescida de arginina e com alto teor de micronutrientes relacionados à cicatrização (zinco, selênio, vitamina C, A e E). Sendo isenta de glúten. Embalagem de 200 ml. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	ML	R\$ 0,07	R\$ 0,07	R\$ 0,08	↑14% (aumento)
38.	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas específicas como refluxo e/ou regurgitação com perfil de proteínas lácteas (soro do leite e caseína), apresentando um mix de gorduras que inclui os ácidos graxos essenciais, vitaminas e minerais com DHA, ARA e prebióticos e/ou probióticos. Isenta de Glúten. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	R\$ 0,08	R\$ 0,08	R\$ 0,08	≈ estável
39.	Fórmula para nutrição enteral e oral normocalórica, normoprotéica e hiperlipídica, com alto teor de cloreto, zinco, molibdênio e vitaminas A, D, E, C e B6, indicada para pacientes que necessitam de uma nutrição com TGFβ-2, que contribui para a ação anti-inflamatória e reparadora da mucosa intestinal. Sendo isenta de lactose. Prazo de validade não inferior a 6 (seis) meses da data da entrega.	GRAMAS	-	-	R\$ 0,70	-

As variações são segmentadas por comportamento de mercado (Aumento, Redução e Estabilidade).

#### 1. Justificativa para Itens com Aumento de Preço

(Itens: 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 15, 22, 23, 26, 27, 28, 32, 37)

A elevação dos preços decorre, predominantemente, de fatores estruturais da cadeia de nutrição clínica e infantil:

- **Pressão sobre insumos proteicos:** Houve aumento nos custos de proteínas lácteas (soro do leite e caseína) e proteína isolada de soja, impactando diretamente fórmulas infantis e dietas especializadas (Itens 1, 2, 5, 6, 7 e 23).
- **Componentes de alto valor agregado:** Fórmulas enriquecidas com **DHA, ARA, nucleotídeos e prebióticos** (Itens 9, 26, 27 e 28) sofrem influência cambial e dependência de insumos importados.
- **Custos logísticos e industriais:** Reajustes em transporte, energia e embalagens (latas e sistemas assépticos) impactam especialmente dietas líquidas e enterais (Item 32).
- **Reequilíbrio de preços defasados:** Item 22 (↑75%) apresenta correção relevante, saindo de patamar historicamente defasado (R\$ 0,04) para valor mais compatível com o mercado de fórmulas lácteas enriquecidas.

#### 2. Justificativa para Itens com Redução de Preço

(Itens: 4, 10, 11, 14, 16, 17, 20, 21, 25, 30, 33, 35)

A redução de preços em itens tecnologicamente complexos demonstra uma mudança favorável na oferta:



- **Aumento da concorrência:** Segmentos como fórmulas de aminoácidos livres (Itens 10 e 11) e hidrolisadas (Item 14) apresentam maior número de fornecedores, reduzindo preços.
- **Comoditização de insumos:** Produtos como maltodextrina (Item 16) e espessantes (Item 33) possuem ampla oferta e padronização, favorecendo queda de preços
- **Eficiência produtiva e escala:** Itens como dietas enterais padrão (Item 20) e fórmulas para prematuros (Item 21) indicam redução por ganho de escala industrial.
- **Ajuste de mercado e estoque:** Reduções relevantes nos Itens 4 e 25 sugerem maior disponibilidade de produtos parcialmente hidrolisados no mercado.
- **Destaque: Item 35 (↓27%)** evidencia forte ajuste competitivo em suplementos especializados para pacientes oncológicos

### 3. Justificativa para Itens com Estabilidade de Preços

(Itens: 3, 13, 18, 19, 24, 29, 31, 34, 36, 38)

Estes itens apresentaram variação nula ou irrelevante, mantendo a mediana de preços dos anos anteriores:

- **Mercado consolidado:** Produtos com formulações já padronizadas e ampla aceitação clínica mantêm preços estáveis (Itens 3, 19 e 24).
- **Equilíbrio entre oferta e demanda:** Itens como nutrição hipercalórica (Item 18) e suplementos imunomoduladores (Item 34) operam em faixa de preço consolidada.
- **Absorção de custos pela indústria:** Ganhos de eficiência produtiva têm compensado oscilações de insumos, evitando repasse ao preço final.

### 4. Item Novo (Nº 39)

- **Observação:** O Item 39 (Fórmula com TGFβ-2) não possui histórico anterior por ser uma inclusão nova ou item que não foi cotado anteriormente. O valor de R\$ 0,70/g justifica-se por ser um produto de alta especificidade dietoterápica, voltado para a reparação da mucosa intestinal, com tecnologia exclusiva de fatores de crescimento.

As variações apresentadas no mapa de preços são condizentes com a dinâmica do mercado de nutrição clínica. Os aumentos refletem a pressão inflacionária sobre insumos básicos e tecnologia de ponta, enquanto as reduções demonstram a maturidade de certos segmentos e o aumento da competitividade entre os fornecedores.

## **PARTE C – CONDIÇÕES E DETALHAMENTOS NECESSÁRIOS A CONTRATAÇÃO**

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (ART.18º, §1º, INCISO VII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021), conforme informações gerais a serem seguidas quanto ao procedimento:**

<b>FUNDAMENTAÇÃO</b>	Art. 28, inciso I, c/c Art. 29, da Lei nº 14.133/21
<b>MODALIDADE</b>	Pregão
<b>FORMATO</b>	Eletrônico
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	Menor Preço por item
<b>MODO DE DISPUTA</b>	Aberto e fechado



<b>FORMA DE FORNECIMENTO</b>	De forma fracionada, conforme demanda.
------------------------------	--

**a) Da definição da modalidade escolhida – Pregão**

A justificativa para a utilização da modalidade pregão, conforme previsto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, fundamenta-se na sua obrigatoriedade da utilização dessa modalidade quanto se tratar da aquisição de bens e contratação de serviços comuns, bem como na sua capacidade de proporcionar maior celeridade, eficiência e economia no processo licitatório.

O pregão é caracterizado por ser uma modalidade que permite a disputa aberta, com ampla participação de licitantes, garantindo elevada transparência e competitividade. Essa dinâmica contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, seja pelo critério de menor preço ou de maior desconto, conforme o objeto da licitação.

A escolha da modalidade pregão também está alinhada ao fato de que bens e serviços comuns, por suas características padronizáveis, permitem um julgamento objetivo e rápido das propostas, maximizando os benefícios para o Município. Ademais, a utilização dessa modalidade está em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, assegurando um processo ágil e acessível tanto para a Administração quanto para os licitantes.

Por fim, na utilização do pregão também se observa o maior controle e segurança ao processo licitatório, visto que a disputa ocorre em sessão pública, possibilitando o acompanhamento por todas as partes interessadas. Dessa forma, sua adoção atende aos requisitos legais e operacionais, garantindo a contratação mais vantajosa para o interesse público.

**b) Detalhamento da solução escolhida**

Para atendimento da necessidade administrativa que motiva o presente objeto de contratação, identificou-se como solução mais adequada a aquisição de alimentação suplementar, compreendendo fórmulas infantis, dietas enterais, suplementos nutricionais e módulos alimentares, destinados aos pacientes assistidos pela rede municipal de saúde.

Tal solução mostra-se técnica e economicamente viável, considerando que os produtos demandados são padronizados, regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e amplamente ofertados no mercado por fornecedores especializados, o que possibilita a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

Além disso, a presente aquisição permitirá maior flexibilidade no atendimento das demandas, compatibilizando o fornecimento com a necessidade real dos pacientes, assegurando a continuidade do cuidado nutricional e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.



### **c) Do critério de julgamento escolhido**

A adoção do critério de julgamento por item justifica-se pela natureza heterogênea dos produtos que compõem o objeto da contratação, os quais apresentam características nutricionais, finalidades terapêuticas, públicos-alvo e especificações técnicas distintas, abrangendo fórmulas infantis, dietas enterais, suplementos nutricionais e módulos alimentares. Essa diversidade impede o agrupamento em lote único sem prejuízo à adequada definição do objeto e à eficiência da contratação.

O julgamento por item amplia a competitividade do certame, permitindo a participação de fornecedores especializados em diferentes segmentos do mercado de alimentação suplementar, evitando a concentração do fornecimento em poucos licitantes e reduzindo o risco de restrição indevida à competição. Além disso, possibilita a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em consonância com os princípios da isonomia, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ademais, considerando que especificidade por alimentação suplementar, que depende de prescrição individualizada, o julgamento por item em pregão eletrônico em formato tradicional confere maior flexibilidade à execução contratual, permitindo aquisições com melhor gestão dos estoques e redução de desperdícios. Assim, o critério adotado revela-se tecnicamente adequado e juridicamente compatível com as diretrizes da contratação pública.

Considerando a natureza técnica e sanitária dos produtos objeto da presente contratação — notadamente fórmulas nutricionais, suplementos alimentares e dietas enterais — revela-se necessária a previsão de mecanismo destinado à verificação objetiva da compatibilidade do item ofertado com as especificações constantes no Termo de Referência.

Assim, após o encerramento da etapa de lances e definida a melhor oferta, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro por meio do sistema eletrônico, apresentar catálogo oficial ou ficha técnica do produto ofertado, emitido pelo fabricante, contendo todas as informações técnicas indispensáveis à comprovação da aderência às exigências estabelecidas no Termo de Referência, tais como composição nutricional, características técnicas, forma de apresentação, indicação de uso, registro ou notificação na ANVISA, quando aplicável, e demais elementos pertinentes.

A **exigência de catálogo ou ficha técnica** e comprovação de que os produtos ofertados possuem registro, notificação ou dispensa de registro junto à Anvisa, terá finalidade exclusiva de verificação da conformidade técnica do produto ofertado, não se caracterizando como documento de habilitação, mas sim como instrumento de análise da proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.



Tal sistemática está em consonância com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, firmado sob a égide da Lei nº 8.666/1993 e plenamente aplicável à Lei nº 14.133/2021, segundo o qual a exigência de amostras, protótipos ou catálogos deve restringir-se ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, como medida de racionalidade procedimental, preservação da competitividade e observância ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa.

Na hipótese de o catálogo ou ficha técnica apresentar especificações divergentes das exigidas no Termo de Referência, ou não demonstrar de forma inequívoca o atendimento integral aos requisitos técnicos estabelecidos, a proposta será desclassificada, procedendo-se à convocação do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

A **exigência de comprovação de que os produtos ofertados possuem registro, notificação ou dispensa de registro junto à ANVISA**, conforme a categoria do produto, justifica-se pela necessidade de assegurar que os itens fornecidos atendam aos requisitos técnicos, sanitários e regulatórios estabelecidos pela autoridade sanitária competente.

Os produtos de alimentação suplementar destinados ao consumo humano estão sujeitos a diferentes regimes regulatórios, variando entre registro, notificação ou dispensa, conforme sua classificação e finalidade. Assim, a comprovação da regularidade junto à ANVISA garante que os produtos ofertados foram avaliados ou enquadrados de acordo com as normas vigentes, assegurando sua segurança, qualidade e adequação ao uso pretendido.

Tal exigência é indispensável para a proteção da saúde dos usuários do SUS, prevenindo riscos sanitários decorrentes do fornecimento de produtos irregulares, além de atender aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público, previstos no art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Será assegurada a transparência do procedimento, facultando-se aos demais licitantes o acompanhamento da análise técnica, sem prejuízo da celeridade e regularidade da sessão pública.

#### **d) Do modo de disputa**

A escolha do modo de disputa **aberto e fechado**, conforme previsto no art. 56 da Lei nº 14.133/2021, é justificada pela necessidade de equilibrar a transparência e a competitividade no processo licitatório, ao mesmo tempo em que se assegura a isonomia e a objetividade no julgamento das propostas. Esse modo combina o melhor dos dois formatos: inicialmente, a fase aberta permite que os licitantes apresentem lances públicos e sucessivos, promovendo uma disputa transparente e possibilitando à Administração Pública obter a proposta mais vantajosa para o município, especialmente quando o critério de julgamento adotado é o menor preço.



Na sequência, a fase fechada garante que as propostas detalhadas permaneçam em sigilo até o momento apropriado, preservando a confidencialidade das estratégias de cada licitante e minimizando riscos de colusão ou manipulação no processo. Essa dinâmica protege tanto o interesse público quanto a integridade do certame, assegurando que os licitantes apresentem ofertas competitivas sem a influência direta das condições apresentadas por concorrentes.

Além disso, o uso conjunto desses dois modos atende às exigências legais, conforme o §1º do art. 56, uma vez que o critério de julgamento será o menor preço, vedando o uso isolado do modo fechado. Ao combinar os dois formatos, a Administração garante maior eficiência no processo de disputa, aliando transparência, competitividade e proteção dos interesses públicos à obtenção da proposta mais vantajosa, sem comprometer a qualidade técnica ou a isonomia entre os participantes.

#### **e) Da manutenção e assistência técnica**

Não se aplica a exigência de manutenção e assistência técnica, tendo em vista que o objeto da presente contratação consiste no fornecimento de suplementos nutricionais, caracterizados como bens de consumo, os quais não demandam serviços de instalação, manutenção ou suporte técnico especializado.

Compete à contratada, entretanto, assegurar que os produtos fornecidos atendam integralmente às especificações técnicas, sanitárias e regulatórias previstas neste ETP, incluindo o cumprimento das normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, bem como garantir a qualidade, a integridade, a validade e as condições adequadas de acondicionamento, transporte e entrega dos itens.

#### **f) Detalhamento da solução escolhida**

Para atendimento da necessidade administrativa que motiva o presente objeto de contratação, identificou-se como solução mais adequada a aquisição de alimentação suplementar, compreendendo fórmulas infantis, dietas enterais, suplementos nutricionais e módulos alimentares, destinados aos pacientes assistidos pela rede municipal de saúde.

Tal solução mostra-se técnica e economicamente viável, considerando que os produtos demandados são padronizados, regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e amplamente ofertados no mercado por fornecedores especializados, o que possibilita a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

Além disso, a adoção da modalidade pregão eletrônico permitirá maior flexibilidade no atendimento das demandas, compatibilizando o fornecimento com a necessidade real dos pacientes, assegurando a continuidade do cuidado nutricional e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.



## 8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO VIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021).

A presente contratação, a ser realizada por meio de pregão eletrônico, com vigência inicial de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, será estruturada com **parcelamento por itens**, conforme as especificações constantes no Termo de Referência.

### 1. Justificativa técnica

A adoção do parcelamento por itens mostra-se tecnicamente adequada em razão das seguintes características do objeto:

- **Diversidade dos produtos:** os suplementos nutricionais, fórmulas dietoterápicas e correlatos possuem composições, indicações clínicas e formas de apresentação distintas;
- **Especificidade de mercado:** há fornecedores especializados em determinados tipos de produtos, o que justifica a divisão por item para melhor atendimento da demanda;
- **Flexibilidade na gestão contratual:** possibilita à Administração adquirir apenas os itens necessários, conforme a demanda dos pacientes;
- **Redução de riscos de desabastecimento:** evita a dependência de um único fornecedor para todo o objeto.
- 

### 2. Justificativa econômica

Sob o aspecto econômico, o parcelamento por itens:

- **Amplia a competitividade**, permitindo a participação de um maior número de licitantes;
- **Favorece a obtenção de propostas mais vantajosas**, considerando a especialização dos fornecedores;
- **Evita sobrepreço**, decorrente da contratação concentrada;
- **Otimiza a aplicação dos recursos públicos**, ao possibilitar contratações conforme a necessidade real.

### 3. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que o parcelamento por itens é a solução mais adequada, pois promove maior competitividade, economicidade e eficiência na contratação, além de assegurar o atendimento contínuo e adequado das necessidades dos usuários do SUS no Município de Horizonte/CE, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

Ante o exposto, haverá parcelamento do objeto, assim como, as contratações e emissão de ordem de compras poderão ser parceladas conforme demanda.



## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART.18º, §1º, INCISO III DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)**

a. Entende-se como requisitos de contratação todas as exigências as quais serão necessárias em todas as fases do procedimento. Para julgamento quando do certame licitatório, entende-se necessário que o proponente vencedor apresente os seguintes requisitos:

### **i.Requisitos de habilitação para julgamento:**

1. Os documentos de habilitação poderão ser aqueles exigidos no art. 62 da Lei Federal n.º 14.133/21. A relação detalhada dos documentos os quais serão requisitados para fins de habilitação no certame, serão aqueles constantes do termo de referência, a ser confeccionado tomando como base as perspectivas, especificidades, requisitos e demais informações trazidas e abordadas neste estudo.

2. Para fins de qualificação técnica, considerando a especificidade do objeto e a necessidade de comprovação dos requisitos, serão exigidos os seguintes documentos:

a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de produtos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a.1.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

b. Alvará sanitário ou licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária competente, em nome da licitante, válido na data da habilitação;

### **9.1.1.2.1 JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS E REGULATÓRIAS**

a) A **exigência de Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento** expedida pela autoridade sanitária competente justifica-se pela natureza do objeto, que envolve o fornecimento de alimentação suplementar destinada a pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo públicos vulneráveis, como crianças, idosos e pessoas com condições clínicas específicas.



Tal exigência visa assegurar que a empresa licitante opere em conformidade com as normas sanitárias vigentes, garantindo que suas instalações, processos de armazenamento, transporte e comercialização de produtos alimentícios atendam aos padrões mínimos de higiene, segurança e controle de qualidade, conforme preconiza a legislação sanitária.

Além disso, a exigência encontra amparo no art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir documentos de habilitação técnica compatíveis com o objeto da contratação, bem como nas normas do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS).

**ii. Para o problema indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que no MOMENTO DA CONTRATAÇÃO seja apresentado os seguintes requisitos específicos:**  
Não se aplica.

**10. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL (ART.18º, §1º, INCISO XII)**

A contratação para aquisição de alimentação suplementar destinada aos pacientes assistidos pela Secretaria de Saúde do Município de Horizonte/CE, embora essencial à garantia do direito fundamental à saúde, implica potenciais impactos ambientais associados às etapas de fabricação, acondicionamento, transporte, armazenamento, uso e descarte dos produtos e de suas embalagens.

Em observância aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência, da economicidade e da responsabilidade socioambiental, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como à legislação ambiental e sanitária vigente, foram identificados os seguintes impactos potenciais e respectivas medidas mitigadoras:

**1. Impactos ambientais associados à produção dos produtos**

A fabricação de fórmulas nutricionais, suplementos alimentares e dietas especiais pode gerar consumo significativo de recursos naturais, energia e insumos industriais, além da geração de resíduos e emissões.

Medidas mitigadoras:

- Exigir que fornecedores cumpram com as normas ambientais e sanitárias;
- exigência de regularidade ambiental e sanitária dos fabricantes e distribuidores;
- incentivo à adoção de práticas de produção sustentável, quando aplicável, sem prejuízo da competitividade do certame.

**2. Impactos ambientais relacionados às embalagens**

- As embalagens primárias e secundárias dos produtos podem contribuir para o aumento da geração de resíduos sólidos, especialmente plásticos, papel e metais.
- Medidas mitigadoras:



- exigência de que as embalagens estejam em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente;
- preferência por embalagens recicláveis ou passíveis de reaproveitamento, quando tecnicamente viável;
- observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), especialmente no que se refere à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

### 3. Impactos ambientais decorrentes do transporte e logística

O transporte dos produtos até os pontos de entrega pode resultar em consumo de combustíveis fósseis e emissão de gases de efeito estufa.

Medidas mitigadoras:

- exigência de planejamento logístico eficiente, com otimização de rotas e prazos de entrega;
- adoção de práticas logísticas que reduzam desperdícios, retrabalhos e deslocamentos desnecessários;
- observância das condições adequadas de transporte, evitando perdas e descartes indevidos de produtos.

### 4. Impactos ambientais relacionados ao uso e descarte

O uso dos produtos e o descarte de embalagens e resíduos podem gerar acúmulo de resíduos sólidos e risco de destinação ambientalmente inadequada.

Medidas mitigadoras:

- orientação quanto ao descarte adequado das embalagens, em consonância com as normas de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- estímulo à segregação de resíduos recicláveis;
- observância, quando aplicável, de mecanismos de logística reversa, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

### 5. Requisitos de sustentabilidade na contratação

- A fornecedora cumprirá com as normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho;
- Buscando sempre adotar práticas que reduzam desperdícios de recursos, especialmente energia e materiais;
- O correto acondicionamento e transporte dos produtos.

### 6. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são de baixa magnitude e plenamente mitigáveis mediante a adoção das medidas acima descritas, não comprometendo a viabilidade ambiental do objeto.

A incorporação desses requisitos no planejamento da contratação atende ao disposto no art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a promoção de práticas



sustentáveis, a racionalização do uso de recursos públicos e a preservação do meio ambiente, sem prejuízo da eficiência e da continuidade dos serviços de saúde.

#### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART.18º, §1º, INCISO XI)**

Não há existência de contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto.

### **PARTE D–RESULTADOS ALMEIJADOS E POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

#### **12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS (ART.18º, §1º, INCISO IX DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)**

A contratação de alimentação suplementar (leites e fórmulas nutricionais) visa assegurar o atendimento regular e adequado às necessidades nutricionais dos pacientes assistidos pela rede pública de saúde do Município de Horizonte/CE, com vistas à melhoria da eficiência administrativa e à racionalização da aplicação dos recursos públicos.

A vantajosidade econômica da contratação foi aferida com base na análise do histórico de aquisições realizadas pelo Município nos últimos exercícios, bem como em pesquisa de preços de mercado atualizada, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Verificou-se que a realização de procedimento licitatório estruturado, com definição prévia de quantitativos estimados e fornecimento contínuo, tende a proporcionar maior competitividade entre fornecedores e economia de escala, refletindo em preços unitários mais vantajosos em comparação com contratações emergenciais ou fragmentadas.

Ademais, o planejamento prévio do fornecimento permite aos licitantes melhor organização logística e de produção, o que contribui para a formulação de propostas mais competitivas e sustentáveis ao longo da execução contratual.

Ressalte-se que eventual prorrogação contratual estará condicionada à comprovação da manutenção da vantajosidade econômica, mediante nova pesquisa de preços e análise comparativa com o mercado, conforme art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos, a contratação estruturada permitirá a otimização dos fluxos administrativos e assistenciais, reduzindo a necessidade de procedimentos emergenciais de aquisição e possibilitando que as equipes técnicas e administrativas concentrem seus esforços nas atividades finalísticas da Secretaria de Saúde, com maior previsibilidade e controle do fornecimento dos insumos nutricionais.



No que se refere aos recursos materiais, a padronização das especificações dos produtos e o planejamento do fornecimento contribuirão para a melhoria da logística de armazenamento, distribuição e controle de validade, assegurando a qualidade sanitária dos produtos e minimizando perdas decorrentes de vencimento ou inadequação técnica.

Sob o aspecto financeiro, a contratação pretende garantir maior previsibilidade orçamentária, melhor relação custo-benefício e aplicação eficiente dos recursos públicos, assegurando a continuidade do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde e reduzindo riscos de descontinuidade do fornecimento, que poderiam gerar impactos negativos à saúde da população e custos adicionais à Administração.

Dessa forma, a contratação proposta se alinha aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, contribuindo para o fortalecimento da política municipal de saúde e para a adequada gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (ART.18º, §1º, INCISO X DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)**

As providências adotadas pela Administração serão as de acompanhamento, gestão e fiscalização das eventuais contratações.

A Controladoria Geral do Município dispõe de normativa disciplinar as quais apresentam os direcionamentos da competência de atividades as quais devem ser exercidas pelos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, bem como, regulamenta tais atribuições.

A CGM também promove atividades e ações no sentido de capacitar ou atualizar os servidores envolvidos no processo, de modo a propiciar mais qualificação desses servidores e minoração dos riscos envoltos a relação contratual.

**14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (ART.18º, §1º, INCISO XIII DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021)**

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida se mostra adequada, necessária e proporcional para o atendimento da demanda relacionada ao fornecimento de alimentação suplementar (leites e fórmulas nutricionais) aos pacientes assistidos pela rede pública de saúde do Município de Horizonte/CE.



Restou evidenciado que a demanda possui caráter contínuo e essencial, estando diretamente vinculada à garantia do direito constitucional à saúde, bem como às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, notadamente os princípios da universalidade, integralidade e equidade do atendimento.

As alternativas avaliadas demonstraram que a aquisição por meio de procedimento licitatório, preferencialmente sob pregão eletrônico tradicional, constitui a solução mais eficiente sob os aspectos técnico, econômico, operacional e administrativo, permitindo maior flexibilidade no atendimento das necessidades, redução de riscos de desabastecimento, otimização dos recursos públicos e ampliação da competitividade entre fornecedores.

Verificou-se, ainda, que a solução proposta é compatível com a capacidade operacional da Administração, com a disponibilidade orçamentária e com as exigências legais e sanitárias aplicáveis, não havendo óbices técnicos ou jurídicos à sua implementação.

Dessa forma, conclui-se que a contratação é plenamente adequada para o atendimento da necessidade identificada, apresentando-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, sustentabilidade e interesse público.

## **PARTE E – JUSTIFICATIVAS E ANEXOS**

### **15. JUSTIFICATIVAS:**

As justificativas e demais direcionamentos necessários ao objeto do presente procedimento encontram-se no anexo I deste documento.

### **16. RELAÇÃO DE ANEXOS:**

ANEXO I DO ETP - JUSTIFICATIVAS

ANEXO II DO ETP - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD INICIAL E ALTERADA

ANEXO III DO ETP - OFÍCIO DE DESIGNAÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO

ANEXO IV DO ETP - SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO V DO ETP - RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS (MAPA/ORÇAMENTO, COTAÇÕES E ETC.)

HORIZONTE/CE, 06 DE MAIO DE 2026.

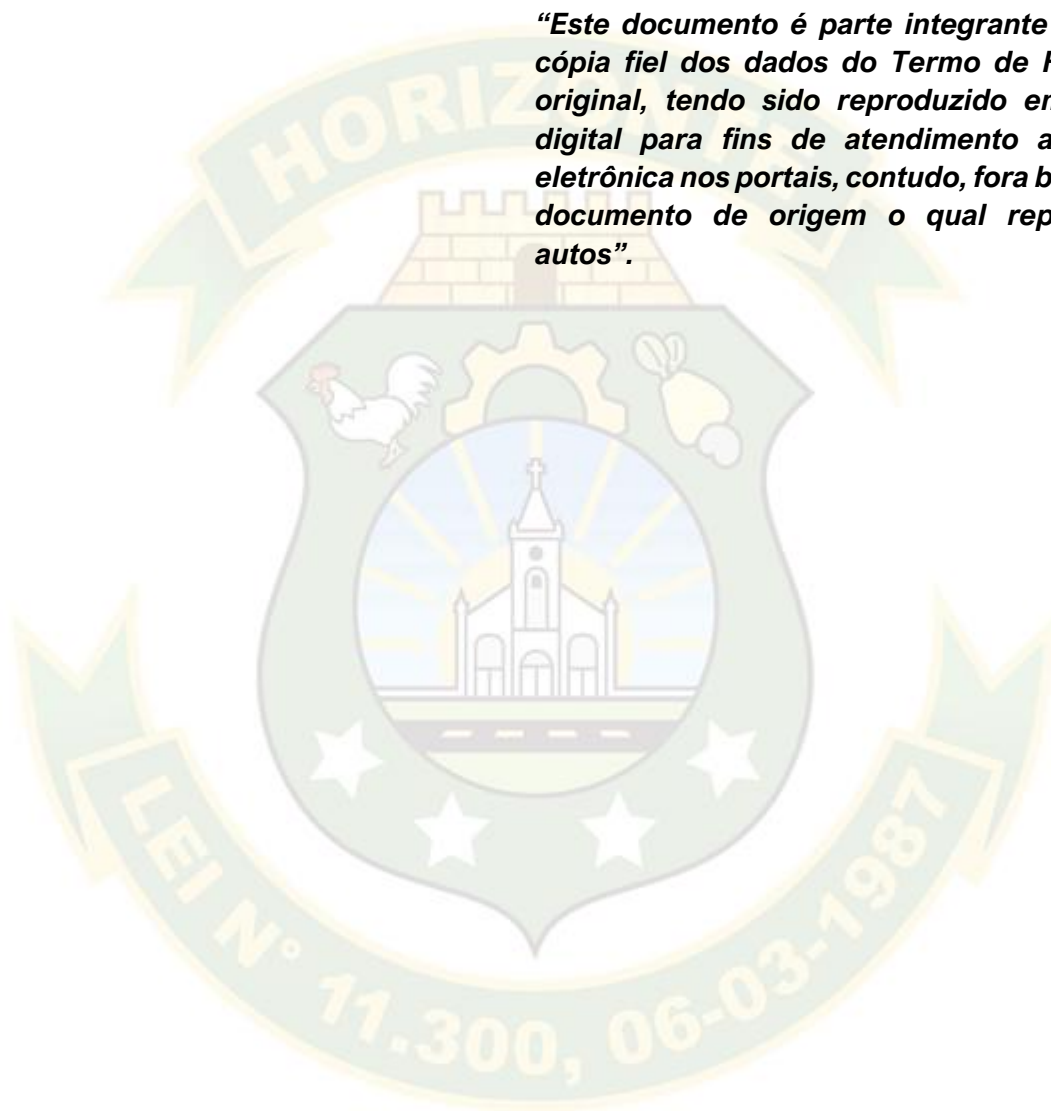
<b>UNIDADE TÉCNICA</b>	<b>ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA</b>
<b>RESPONSÁV(EL)(IS) PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO:</b>  <b>Eduardo Júnior Alves da Silva</b>	<b>RESPONSÁVEL/AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO:</b>  <b>Ana Cláudia de França Moraes</b> Secretária de Saúde



PREFEITURA DE  
**HORIZONTE**  
O TRABALHO CONTINUA

Coordenador de Gestão de Pessoas da Secretaria de Saúde  <b>Raimundo Osmar Lima do Nascimento</b> Nutricionista – NASF CRN11 1948	Secretaria Municipal de Horizonte
--	-----------------------------------

*“Este documento é parte integrante e contém cópia fiel dos dados do Termo de Referência original, tendo sido reproduzido em formato digital para fins de atendimento a inserção eletrônica nos portais, contudo, fora baseado no documento de origem o qual repousa dos autos”.*





## ANEXO I DO ETP - JUSTIFICATIVAS

### **a) Justificativa quanto ao fornecimento contínuo**

Aplica-se ao presente objeto a natureza de fornecimento contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021. A alimentação suplementar (dietas enterais, fórmulas infantis e suplementos nutricionais) constitui insumo essencial à manutenção da vida e à recuperação da saúde dos pacientes assistidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Horizonte/CE. Diferentemente de uma aquisição isolada, a necessidade por esses insumos é permanente e ininterrupta, uma vez que a interrupção no fornecimento compromete diretamente os tratamentos terapêuticos e a integridade física dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), podendo acarretar riscos graves e irreversíveis à saúde.

Considerando que o procedimento licitatório será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, com vistas à celebração de contrato administrativo de fornecimento contínuo, a despesa assume caráter de trato sucessivo. Assim, o contrato poderá ter vigência inicial de até 5 (cinco) anos, admitindo-se prorrogações sucessivas até o limite de 10 (dez) anos, conforme autorizam os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada, a cada renovação, a vantajosidade econômica para a Administração Pública, mediante justificativa formal e demonstração de que os preços praticados permanecem compatíveis com os de mercado.

### **b) Justificativa quanto a adoção de critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas.**

Não se aplica. Não foram adotados critérios e práticas de sustentabilidade no presente procedimento.

### **c) Justificativa quanto a indicação de marcas ou modelo**

Não se aplica. Para o presente objeto não foi feita a indicação de marcas específicas, haja vista não se tratar de procedimento o qual decorre de padronização prévia, de pré-qualificação específica ou de marcas pré-aprovadas pela Administração.

### **d) Justificativa quanto as amostras**

Não se aplica, exigência de apresentação de amostras no âmbito do presente procedimento para a aquisição de alimentação suplementar da Secretaria Municipal de Saúde de Horizonte/CE, considerando as especificidades do objeto e os mecanismos já existentes para assegurar a qualidade do produto fornecido. A apresentação de amostras não é imprescindível neste caso, uma vez que os itens contratados são produtos de mercado com especificações padronizadas e amplamente comercializados, o que permite à Administração verificar previamente as condições de fornecimento durante a análise das propostas e, posteriormente, por meio de mecanismos de controle de qualidade no ato da entrega, tais como a fiscalização pela equipe técnica da Secretaria. Isso torna a exigência de amostras



desnecessária, evitando custos adicionais aos fornecedores e ampliando a competitividade do certame.

**e) Justificativa quanto a subcontratação**

A possibilidade de subcontratação, nos termos do §2º do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, constitui faculdade da Administração, podendo ser vedada ou restringida mediante justificativa técnica e operacional.

No presente caso, a vedação à subcontratação mostra-se necessária em razão das características do objeto, que envolve o fornecimento de suplementos nutricionais e fórmulas dietoterápicas destinados à área da saúde, sujeitos a rigoroso controle sanitário e exigências regulatórias específicas.

A execução contratual demanda rastreabilidade, controle de qualidade, garantia da procedência dos produtos e responsabilidade direta do fornecedor quanto à regularidade sanitária, composição nutricional e conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A eventual subcontratação poderia comprometer esses controles, dificultando a fiscalização, a responsabilização contratual e a garantia da qualidade dos produtos fornecidos.

Ademais, considerando que o objeto consiste no fornecimento de produtos padronizados, disponíveis no mercado por fornecedores regularmente habilitados, não se verifica necessidade técnica ou econômica que justifique a execução indireta por terceiros.

A presente vedação encontra fundamento no §2º do art. 122 da Lei Federal nº 14.133/21, qual seja:

Art. 122.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

Neste sentido, considerando a faculdade legal e a justificativa acima apresentada, entendemos que a subcontratação em questão não é viável e se torna uma boa opção para a administração.

**f) Justificativa quanto a garantia da proposta:**

A garantia da proposta é necessária ao presente objeto haja vista salvaguardar a Administração quanto as propostas ofertadas no curso da disputa licitatória, de modo que seja exigido do licitante, a garantia mínima de cumprimento da proposta.

A Nova Lei de Licitações trouxe tal possibilidade, conforme se observa:



Art. 58. Poderá ser exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

Da mesma forma, a exigência de garantia de proposta não se trata de medida restritiva a competitividade, posto que além de ser uma faculdade legal estampada no art. 58 da NLL, também se coaduna como procedimento basilar no curso da escolha da melhor proposta, garantindo que a Administração possa realizar a melhor escolha para a sua necessidade.

É nesse sentido como vem entendendo a Doutrina, dentre estes, citamos as exposições enfáticas de Joel de Menezes Niebuhr, nesses termos:

“pressupõe-se que, se o licitante não tem condições de oferecer garantia limitada a 1% do valor estimado do contrato, ele não tem condições econômico-financeiras de executá-lo” - NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 5 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022, p. 805

Assim como, Ronny Charles:

“Por conta de tudo isso, entendemos que a garantia de proposta como requisito de pré-habilitação pode ser um excelente instrumento capaz de regular positivamente a licitação, a fim de desestimular a participação de licitantes irresponsáveis e aventureiros, preservando o interesse público e, conseqüentemente, salvaguardando a obtenção da vantajosidade.”

Será exigida a garantia da proposta de que tratam os a consoante os dispostos no artigo 58 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no **percentual de 1% do valor estimado do(s) item(s) ofertado(s)**, conforme regras a serem previstas no edital.

#### **g) Justificativa quanto a garantia da contratação**

g.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os a consoante os dispostos nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, bem como, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar - ETP, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, conforme regras a serem previstas no contrato.

g.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

g.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

g.2.2. Seguro-garantia.

g.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

g.3. Nas modalidades de caução em dinheiro ou fiança bancária, a garantia deverá ser apresentada no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.

g.4. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

g.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



g.6. O percentual da garantia será de:

- a) **até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, para contratações em geral;**
- b) até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato, nos casos de alta complexidade técnica e riscos envolvidos, caso em que deverá haver justificativa específica nos autos;
- c) ser acrescido de garantia adicional aos percentuais citados anteriormente, em casos de previsão de antecipação de pagamento, nos termos do art. 145, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*No art. 96, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, há previsão apenas do prazo para apresentação da garantia na modalidade seguro-garantia, em contratações precedidas de licitações, caso em que o prazo deverá ser contado da homologação da licitação. Nas demais modalidades, deverá a Administração prever o prazo e o termo início de sua contagem para a apresentação da garantia. Como o seguro-garantia, nos termos da lei, teria de ser pré-contratual, esta disposição deve estar contida neste documento igualmente pré-contratual.*

**h) Justificativa quanto a vedação de participação de consórcio:**

Justifica-se a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, haja vista a plausibilidade da ampliação da competitividade, sobretudo, mediante a possibilidade de participação de empresas de pequeno e médio porte, especialmente pelo objeto tratar-se de serviço comum, ou seja, de objeto divisível, onde a pluralidade de empresas pode ser facilmente utilizadas sem que haja a soma de capacidades para o mesmo fim.

Outro ponto quanto a não complexidade do objeto, reforça-se pelas exigências técnicas postuladas no projeto básico/termo de referência e, por conseguinte, neste edital, as quais limitaram, tão somente, as disposições constantes da Lei, condições estas suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

Ademais, entende-se que a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não é o caso.

Em outra vertente, com a atual definição postulada, a Administração visa aumentar o universo de possíveis competidores, bem como, a plena satisfação de suas necessidades prospectadas.

**i) Justificativa quanto a não adoção do SRP**

A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico para celebração de contrato administrativo de fornecimento contínuo, sem a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP). A opção pelo modelo contratual direto, em detrimento do SRP, fundamenta-se em razões técnicas, operacionais e jurídicas, conforme se expõe a seguir.

1. Da natureza do objeto e da previsibilidade da demanda



O objeto da licitação consiste na aquisição de alimentação suplementar, compreendendo fórmulas infantis, dietas enterais, suplementos nutricionais e módulos alimentares destinados ao atendimento de pacientes da rede municipal de saúde.

Tais insumos possuem natureza essencial e caráter contínuo de consumo, sendo utilizados regularmente no tratamento e na recuperação nutricional de pacientes acompanhados pelos serviços de saúde do Município.

Com base no histórico de consumo institucional, nas prescrições nutricionais emitidas pelos profissionais da rede e nas projeções assistenciais constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP), verifica-se que a demanda apresenta comportamento relativamente estável e previsível, permitindo a adequada estimativa de quantitativos anuais e o planejamento orçamentário correspondente.

Dessa forma, mostra-se viável e mais eficiente a celebração de contrato administrativo de fornecimento contínuo, com vigência superior a 12 (doze) meses, observadas as disposições dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, que admitem a prorrogação sucessiva do ajuste até o limite de 10 (dez) anos, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

## 2. Da adequação do modelo contratual direto em relação ao SRP

O Sistema de Registro de Preços, disciplinado pelos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, constitui importante instrumento para contratações futuras e eventuais, especialmente quando há incerteza quanto ao momento ou à quantidade da demanda.

Entretanto, no presente caso, a Administração dispõe de dados suficientes para estimar a demanda anual com razoável precisão, em razão do histórico de consumo e da natureza contínua do fornecimento.

Além disso, a vigência limitada das atas de registro de preços, prevista no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, poderia implicar a necessidade de frequentes renovações ou novos procedimentos licitatórios, aumentando a carga administrativa e gerando risco de descontinuidade no fornecimento de insumos essenciais à assistência à saúde.

Nesse contexto, a celebração de contrato administrativo de fornecimento contínuo revela-se mais adequada para assegurar estabilidade contratual, previsibilidade logística e segurança no abastecimento, aspectos fundamentais para a gestão de insumos destinados à área da saúde.

## 3. Da economicidade e da vantajosidade

A realização de Pregão Eletrônico, nos termos dos arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021, assegura ampla competitividade, transparência e disputa entre os licitantes, permitindo à Administração obter propostas mais vantajosas.

Ademais, a contratação direta com quantitativos estimados possibilita melhor planejamento de fornecimento por parte dos licitantes, o que tende a resultar em propostas mais competitivas e maior eficiência logística, em comparação com modelos contratuais baseados em demandas eventuais.

Cumprir destacar que eventual prorrogação contratual estará sempre condicionada à comprovação de vantajosidade econômica, nos termos do art. 107, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, bem como à disponibilidade orçamentária e ao interesse público.



#### 4. Do planejamento da contratação e da continuidade do serviço público

A adoção do modelo de contratação direta com fornecimento contínuo encontra-se alinhada aos princípios do planejamento, eficiência e interesse público, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes de planejamento das contratações estabelecidas no art. 18 da referida lei.

Tal modelo permite à Administração:

- planejar adequadamente o abastecimento dos insumos;
- otimizar a gestão de estoques;
- reduzir riscos logísticos;
- garantir a continuidade da assistência nutricional aos pacientes da rede municipal de saúde.

#### 5. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que a não adoção do Sistema de Registro de Preços e a opção pela realização de Pregão Eletrônico para celebração de contrato administrativo de fornecimento contínuo mostram-se plenamente justificadas, com na Lei nº 14.133/2021.

A solução adotada atende ao interesse público, fortalece o planejamento da contratação, assegura a continuidade do fornecimento de insumos essenciais à saúde e promove maior eficiência administrativa, sem prejuízo da competitividade e da transparência do certame.

#### **j) Justificar a vedação da participação de pessoas físicas**

A participação de pessoas físicas no presente procedimento licitatório não se mostra adequada em razão das características do objeto, que envolve o fornecimento contínuo, regular e em escala de suplementos nutricionais e fórmulas dietoterápicas, com exigências técnicas e sanitárias específicas.

A execução do objeto demanda estrutura logística, capacidade de fornecimento contínuo, controle de estoque, rastreabilidade dos produtos, regularidade sanitária junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e cumprimento de obrigações fiscais, administrativas e contratuais de forma sistemática, requisitos que, em regra, são compatíveis com a atuação de pessoas jurídicas organizadas.

Nesse contexto, a restrição encontra respaldo na necessidade de assegurar a adequada execução contratual, a eficiência administrativa e a mitigação de riscos operacionais e sanitários, em consonância com os princípios do interesse público, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como com o dever de planejamento estabelecido no art. 18 da referida Lei.

Ademais, a natureza do objeto não se enquadra como prestação de serviço de natureza pessoal ou atividade individual típica, mas sim como fornecimento de produtos padronizados em escala, o que reforça a necessidade de participação de fornecedores com estrutura empresarial compatível.

Dessa forma, a vedação à participação de pessoas físicas justifica-se por critérios técnicos e operacionais relacionados à adequada execução do objeto, não configurando restrição



indevida à competitividade, mas sim medida necessária à garantia da eficiência, da segurança da contratação e da proteção ao interesse público.

**k) Justificar a vedação da participação de cooperativas:**

A vedação da participação de cooperativas em um processo licitatório pode ser fundamentada pela natureza e pela complexidade do objeto da contratação, bem como pela necessidade de uma estrutura mais formalizada e com maior capacidade administrativa. Embora as cooperativas desempenhem um papel importante na economia, sua participação em determinadas licitações pode apresentar riscos ou dificuldades para a administração pública.

Um dos motivos principais para a vedação é que, em muitas situações, as cooperativas não possuem a mesma capacidade técnica, administrativa e financeira de empresas tradicionais. Isso pode resultar em dificuldades na execução do contrato, especialmente em projetos de grande porte ou que exijam uma estrutura complexa de gestão. A ausência de uma clara definição de responsabilidades dentro das cooperativas também pode gerar complicações quanto ao cumprimento das obrigações contratuais.

Além disso, a natureza das cooperativas, que pode envolver múltiplos membros com interesses diversos, pode dificultar a prestação de contas e o acompanhamento da execução do contrato por parte da Administração Pública, tornando o processo de fiscalização mais oneroso e complexo.

Portanto, a vedação da participação de cooperativas visa garantir maior segurança jurídica e operacional à execução do contrato, assegurando que os contratados possuam a estrutura necessária para o cumprimento integral das cláusulas contratuais e a observância dos requisitos legais e administrativos.

**l) Justificativa para exigência de ficha técnica do produto**

A exigência de apresentação de ficha técnica emitido pelo fabricante justifica-se pela necessidade de assegurar a adequada verificação da conformidade técnica e sanitária dos produtos a serem adquiridos, especialmente considerando que o objeto envolve suplementos nutricionais e fórmulas dietoterápicas destinados à promoção e recuperação da saúde de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tais produtos estão sujeitos a regulamentação sanitária específica, sendo indispensável a comprovação prévia de suas características nutricionais, composição, indicação de uso e situação regulatória junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como sua compatibilidade com as especificações definidas no Termo de Referência.

A regularidade sanitária deverá ser comprovada conforme a classificação do produto perante a ANVISA, podendo ocorrer por meio de registro, notificação ou, quando aplicável, mediante comprovação de dispensa de registro ou notificação, nos termos da regulamentação vigente, não sendo admitida exigência incompatível com o enquadramento regulatório do produto.



**PREFEITURA DE**  
**HORIZONTE**  
O TRABALHO CONTINUA

A ficha técnica constitui, portanto, instrumento essencial para a análise objetiva da proposta, permitindo à Administração verificar, de forma clara e documentada, se o produto ofertado atende integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos, reduzindo o risco de aquisição de itens inadequados, incompatíveis com as necessidades clínicas dos usuários ou em desconformidade com as normas sanitárias vigentes.

Adicionalmente, a exigência contribui para a padronização da análise técnica, para a transparência do procedimento licitatório e para a seleção da proposta mais vantajosa, em consonância com os princípios da eficiência, do planejamento, do julgamento objetivo e da proteção ao interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.





**ANEXO II DO ETP - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD INICIAL E ALTERADA**

*“As peças técnicas referidas neste anexo, conforme evidenciado no próprio estudo, repousa nos autos, na fase preparatória constante do procedimento”.*





**ANEXO III DO ETP - OFÍCIO DE DESIGNAÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

*“As peças técnicas referidas neste anexo, conforme evidenciado no próprio estudo, repousa nos autos, na fase preparatória constante do procedimento”.*





PREFEITURA DE  
**HORIZONTE**  
O TRABALHO CONTINUA

**ANEXO IV DO ETP - SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS;**

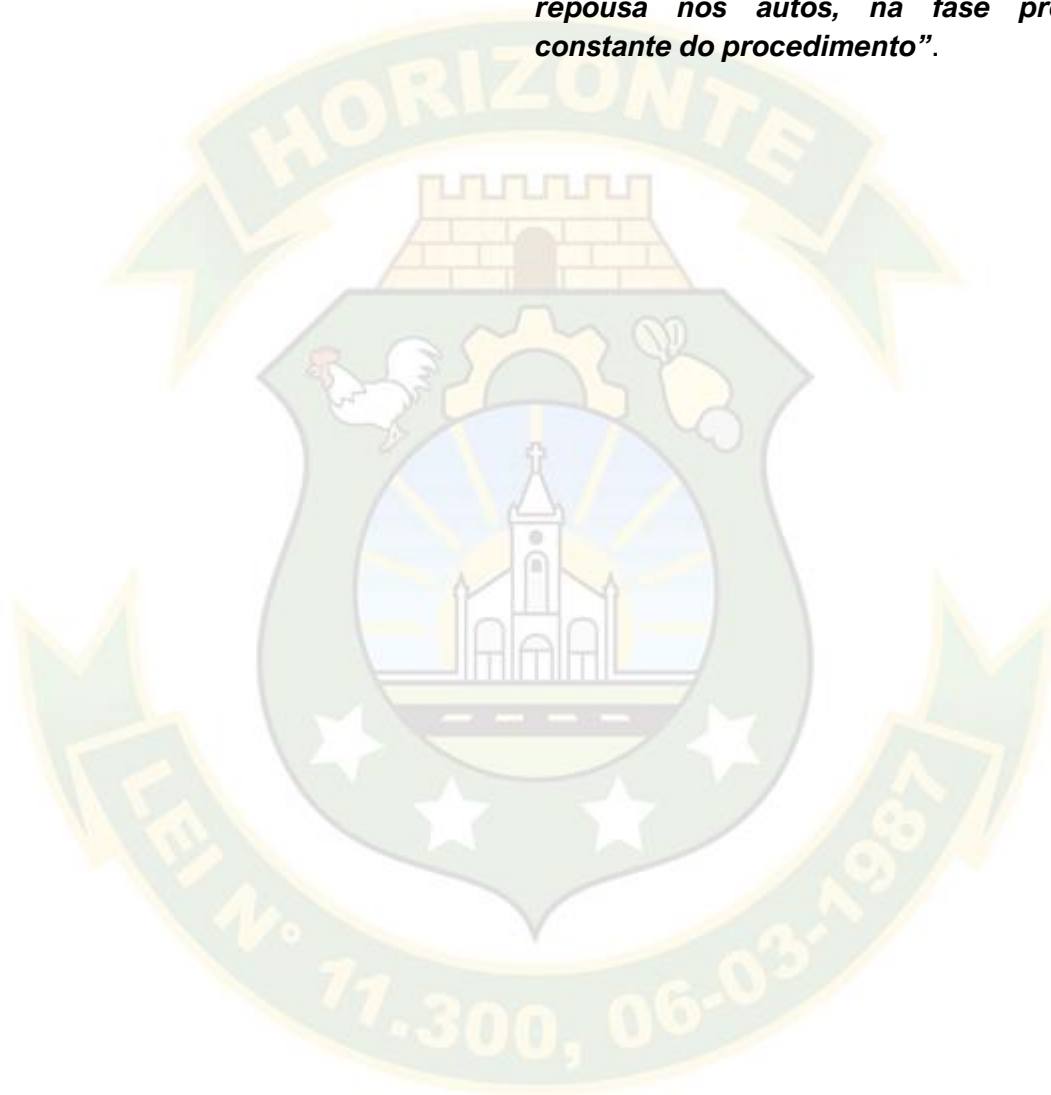
*“As peças técnicas referidas neste anexo, conforme evidenciado no próprio estudo, repousa nos autos, na fase preparatória constante do procedimento”.*





**ANEXO V DO ETP - RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS (RELATÓRIO DE COTAÇÕES, MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS, EXTRATO DE FONTES UTILIZADAS NESTE RELATÓRIO, MEMORIAL DE CÁLCULO, CURVA ABC DA COTAÇÃO, DESPACHO E TERMO DE RATIFICAÇÃO).**

*“As peças técnicas referidas neste anexo, conforme evidenciado no próprio estudo, repousa nos autos, na fase preparatória constante do procedimento”.*





ANEXO IV DO TR  
ANÁLISE DE RISCOS

*“As peças técnicas referidas neste anexo, conforme evidenciado no próprio Termo de Referência, repousa nos autos, na fase preparatória constante do procedimento”.*





**ANEXO II DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

O(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE.

Processo: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.05.11.1

Data e Hora de Abertura: \_\_\_\_\_ às \_\_\_\_\_ horas

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência N.º: \_\_\_\_\_ Conta Corrente n.º: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO SUPLEMENTAR DESTINADA AOS PACIENTES DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE/CE.

**ITEM**

Nº ITEM	CÓDIGO NO CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	UNIDADE	V. UNT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL							R\$

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:** R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

**VALIDADE DA PROPOSTA:** 90 (NOVENTA) dias.

**OBSERVAÇÕES:**

- O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I – Termo de Referência do edital.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento/execução.

**Local/Data:** \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**Assinatura Proponente**

**Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal**



**ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº \_\_\_\_\_**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.05.11.1**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE, E DO OUTRO A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O município de Horizonte/CE, por meio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE**, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº. 23.555.196/0001-86 e CGF sob o Nº 06.920.288-5, com sede na Av. Presidente Castelo Branco, Nº 5100, Centro, HORIZONTE/CE - CEP 62.880-000, através da **SECRETARIA DE \_\_\_\_\_**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, C.P.F. Nº \_\_\_\_\_, aqui denominado(a) de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo (a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

**1.1.** O presente contrato encontra-se fundamentado pelo processo administrativo de Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** tombado sob o nº **2026.05.11.1** em conformidade e com fundamento na Lei Federal Nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 - Lei das Licitações Públicas c/c Decreto Municipal nº 450, de 28 de dezembro de 2023, Lei Federal Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assim como, a legislação complementar em vigor.

**1.2.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência – TR;
- b) O Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- c) O Edital da Licitação;
- d) A proposta de preços do contratado;
- e) Eventuais anexos dos documentos supracitados; e
- f) Legislação Municipal regulamentadora - Decreto Municipal nº 450, de 28 de dezembro de 2023 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

**2.1.** Constitui objeto do presente o **[OBJETO]**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante do anexo I do Edital.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**



3.1. O valor global da presente avença é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), a ser pago na proporção da entrega/execução dos produtos/serviços, segundo as ordens de compras/serviços expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo setor competente, acompanhadas das Certidões Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT do contratado, todas atualizadas, observadas as condições da proposta e o anexo I deste documento.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. A liquidação da despesa e o pagamento será efetuado na proporção de entrega/execução dos produtos/serviços, em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, mediante a constatação da entrega/execução e recebimento definitivo, através de atesto do recebimento dos produtos/serviços e o encaminhamento da documentação necessária, observada todas as disposições pactuadas, bem como, a ordem cronológica de pagamentos.

4.2. O regime de fornecimento e as demais peculiaridades quanto aos pagamentos encontram-se definidas no Termo de Referência do procedimento de origem.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO, ATUALIZAÇÃO E REEQUILÍBRIO

5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento (Relatório de preços), estimado em 06/05/2026.

5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. De acordo com o caso concreto, poderá ser utilizado outro índice específico ou setorial ao já definido, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

5.9. Os pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão respondidos no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (**DOZE**) MESES, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

6.3. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



**6.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

**7.1.** O regime de execução e ou forma de fornecimento, conforme o caso, e o modelo de gestão contratual será aquele definido no termo de referência do procedimento e no Decreto Municipal nº 450, de 28 de dezembro de 2023, assim como, nas demais normativas municipais as quais disciplinam os prazos, condições de fornecimento, conclusão, observações, formas de recebimento do objeto e os demais elementos condizentes a execução contratual.

**7.2.** A gestão e fiscalização do contrato caberá ao Ordenador de Despesa competente ou a quem ele a designar com esta finalidade, devendo ele exercer toda a sua plenitude tudo em atendimento e consonância ao que dispõe na Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 450, de 28 de dezembro de 2023.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA ORIGEM DOS RECURSOS**

**8.1.** As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes a SECRETARIA DE SAÚDE:

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇ.	FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/P-A/Nº DO PROJETO-ATIVIDADE	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS
05	01	10 301 0009 2.030 Manutenção das Atividades da Atenção Primária à Saúde	1500100200 1600000000 1621000000 1706000000	3.3.90.30.00

**8.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA NONA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

**9.1.** As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 450, de 28 de dezembro de 2023 e da proposta adjudicada.

**9.2.** São obrigações do **Contratado**, o dever de cumprir com todas as disposições constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.



- r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, se for o caso, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- t) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- v) Assinar e devolver a ordem de compra ao Município de Horizonte/CE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.
- w) Entregar os itens licitados no prazo máximo estabelecido no termo de referência, contados do recebimento da ordem de compra, nos locais determinados pelo órgão solicitante, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, nos anexos e disposições constantes de sua proposta de preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato.
- x) A reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- y) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- z) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125º da Lei n.º 14.133/21.
- aa) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Horizonte/CE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato.
- bb) No caso de constatação da inadequação do objeto licitado às normas e exigências especificadas no termo de referência, no edital ou na proposta de preços da CONTRATADA, a CONTRATANTE os recusará, devendo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas ser adequados às supracitadas condições.

**9.3. São obrigações do CONTRATANTE, nos termos do art. 92, X, XI e XIV da Lei Federal n.º 14.133/21:**

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.



- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- h) Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021 e norma complementar, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês, nos termos do art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- n) Indicar o local e horário em que deverão ser entregues os produtos/materiais/equipamentos.
- o) Permitir ao pessoal da CONTRATADA, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

#### **9.4. LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO**

9.4.1. O local, forma e prazo de entrega do objeto serão aqueles definidos no Termo de referência do Edital.

9.4.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os bens fornecidos em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

9.4.3. As condições e procedimentos de recebimento provisório e definitivo serão aquelas constantes do Termo de Referência do procedimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**10.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme previsão constante do Estudo Técnico Preliminar – ETP, anexo ao Termo de Referência do procedimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DO CONTRATO**

**11.1.** A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade [**caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro-garantia**], em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total/anual do contrato, correspondente a R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).



**11.2.** Em se tratando da modalidade seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual, haja vista os tramites quanto a verificação do adimplemento, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**11.3.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**11.4.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.

**11.5.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**11.6.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**11.6.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**11.6.2.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

**11.6.3.** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

**11.7.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.

**11.8.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser fornecida pela Administração, com correção monetária.

**11.9.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**11.10.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**11.11.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**11.12.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**11.13.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**11.14.1.** O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**11.14.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**11.15.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;



**11.16.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**11.17.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**11.17.1.** O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

**11.17.2.** Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

**11.17.3.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

**12.1.** Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do Termo de Referência, após o regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no Termo de Referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

<b>Ocorrência</b>	<b>Penalidade</b>
<b>a)</b> Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
<b>b)</b> Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
<b>c)</b> Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
<b>d)</b> Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 1 mês a 6 meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
<b>e)</b> Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
<b>f)</b> Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
<b>g)</b> Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Município pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



Ocorrência	Penalidade
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

**12.2.** Nas condutas previstas nas letras “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item anterior, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**12.3.** As demais disposições quanto ao cálculo de multas, compensações, formas de aplicação da sanção, instrução, condução e julgamento de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR, assim como, as disposições obrigatórias quanto aos padrões éticos serão aquelas constantes do Edital e do Termo de Referência do processo a qual esse contrato se vincula, sem prejuízo das demais normativas municipais correspondentes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LGPD E DOS CASOS OMISSOS**

**13.1.** A LICITANTE obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018, empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário.

**13.2.** A LICITANTE declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar.

**13.3.** É vedado a LICITANTE a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

**13.4.** A LICITANTE será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Município e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pela LICITANTE de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais

**13.5.** O MUNICÍPIO e a LICITANTE, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

**13.6.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições



contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES**

**14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 450, de 28 de dezembro de 2023.

**14.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**15.1.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**15.2.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.3.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**15.4.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**15.6.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**15.6.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**15.6.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**15.6.3.** Indenizações e multas.

**15.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**15.8.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como, na Imprensa Oficial (Diário Oficial do Município – DOM) e no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**17.1.** O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**17.2.** O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 104º da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, alterada e consolidada.

**17.3.** A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, sociais, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

**17.4.** A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

**18.1.** O foro da Comarca de Horizonte é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao art. 92, §1º da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Prefeitura Municipal de Horizonte, perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Horizonte - CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Secretário(a) de \_\_\_\_  
CONTRATANTE

EMPRESA: \_\_\_\_  
Sr(a). \_\_\_\_  
CONTRATADA

### **TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF nº \_\_\_\_\_



**ANEXO I DO CONTRATO**

Nº ITEM	CÓDIGO NO CATÁLOGO	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	UNIDADE	V. UNT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL							R\$

